

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA**

**JULIANA MARA F. VIANA GANDRA**

**MUDANÇAS NOS PADRÕES DE FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS DOMICILIARES  
BRASILEIRAS: UM ESTUDO DAS COMPLEXIDADES RECENTES, DOS  
DIFERENCIAIS SOCIOECONÔMICOS E DE PAPÉIS DE GÊNERO**

Belo Horizonte  
2023

Juliana Mara F. Viana Gandra

**MUDANÇAS NOS PADRÕES DE FORMAÇÃO DAS FAMÍLIAS DOMICILIARES  
BRASILEIRAS: UM ESTUDO DAS COMPLEXIDADES RECENTES, DOS  
DIFERENCIAIS SOCIOECONÔMICOS E DE PAPÉIS DE GÊNERO**

Versão Final

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Demografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Demografia.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Simone Wajnman

Coorientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Luciana Soares Luz do Amaral

Belo Horizonte  
2023

Ficha catalográfica

Gandra, Juliana Mara F. Viana.  
G196m 2023 Mudanças nos padrões de formação das famílias domiciliares  
brasileiras [manuscrito] : um estudo das complexidades recentes, dos  
diferenciais socioeconômicos e de papéis de gênero / Juliana Mara F.  
Viana Gandra . – 2023.  
145 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Simone Wajnman .

Coorientadora: Luciana Soares Luz do Amaral .

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro  
de Desenvolvimento e Planejamento Regional.

Inclui bibliografia (fls. 137-142).

1. Economia – Teses. 2. Demografia – Teses. 3. Família –  
Condições econômicas – Teses I. Wajnman, Simone. II. Amaral,  
Luciana Soares Luz do III. Universidade Federal de Minas Gerais.  
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 330

Elaborado por Rosilene Santos CRB-6/2527  
Biblioteca da FACE/UFMG. –RSS59/2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE TESE DE JULIANA MARA DE FATIMA VIANA GANDRA – NÚMERO DE REGISTRO 2018651247.

Às quatorze horas do dia seis do mês de março de dois mil e vinte e três, reuniu-se, por videoconferência, a Comissão Examinadora de TESE, indicada *ad referendum* pelo Colegiado do Curso em 07/02/2023, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado “Mudanças nos padrões de formação das famílias domiciliares brasileiras: um estudo das complexidades recentes, dos diferenciais socioeconômicos e de papéis de gênero”, requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Demografia, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Simone Wajnman, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão composta pelos professores Simone Wajnman, Luciana Soares Luz do Amaral, Ana Paula de Andrade Verona, Cássio Maldonado Turra, Suzana Marta Cavenaghi e Jordana Cristina de Jesus se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão **APROVOU** a candidata por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 06 de março de 2023.

Profa. Simone Wajnman (Orientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Luciana Soares Luz do Amaral (Coorientadora) (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Ana Paula de Andrade Verona (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Prof. Cássio Maldonado Turra (CEDEPLAR/FACE/UFMG)

Profa. Suzana Marta Cavenaghi (Consultora Independente)

Profa. Jordana Cristina de Jesus (PPGDEM/UFRN)

PROFA. LAURA LÍDIA RODRÍGUEZ WONG

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Demografia



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Marta Cavenaghi, Usuária Externa**, em 07/03/2023, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Andrade Verona, Professora do Magistério Superior**, em 07/03/2023, às 14:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jordana Cristina de Jesus, Usuária Externa**, em 08/03/2023, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Wajnman, Professora do Magistério Superior**, em 09/03/2023, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura Lidia Rodriguez Wong, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 13/03/2023, às 10:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cassio Maldonado Turra, Professor do Magistério Superior**, em 15/03/2023, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Soares Luz do Amaral, Professora do Magistério Superior**, em 15/03/2023, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2101200** e o código CRC **9168E648**.

*À minha família: Nagai, Sueli, Paulo e Renan*

## AGRADECIMENTOS

Foram cinco anos intensos. Confesso que existiram momentos em que pensei que não escreveria essas linhas. Alguns desafiaram o início e a conclusão desta tese. O primeiro, ainda em 2018, estudando há oito meses sem bolsa, senti o aperto financeiro me fazer perder o fôlego. Naquele momento, nosso saudoso Zé Alberto e a querida Simone Wajnman me estenderam a mão. Fui adiante! Já na reta final, em 2022, agora trabalhando, minha dedicação exclusiva se transformou em poucas horas semanais, muitas vezes com cansaço e pesar por não poder estar com a minha família. Eu não ia dar conta. Não, eu dei conta!

Estas linhas guardam muito mais sentimentos do que elas conseguem demonstrar. E muitos, não vale a pena serem lembrados agora. Irei substituí-los somente por dois – carinho e gratidão às pessoas que muitas vezes acreditaram mais em mim do que eu mesma. A começar pelo meu maior incentivador, Nagai. Muito obrigada por passar tudo isso ao meu lado, por ter sido carinhoso, paciente e o maior entusiasta desse momento. Meu grande parceiro! Aos meus pais, Paulo e Sueli, e meu irmão Renan, que a mim dedicaram orações e sempre seguiram me apoiando.

Minha gratidão aos professores do Cedeplar, não só pelo aprendizado generosamente repassado, mas também por ter me proporcionado, com a competência e genialidade de vocês, a melhor vivência como discente. À minha orientadora, Simone, um carinho muito especial. Me acolheu, acreditou no meu trabalho, apresentou e compartilhou comigo, sem ficar com ciúmes, uma paixão: a Demografia da Família. Foram conversas tão prazerosas sobre o tema, sobre o trabalho, sobre a vida! Me desenvolvi profissionalmente e como pessoa. Muito obrigada! Agradeço também à Luciana, minha coorientadora, pela generosidade nas palavras, pelo suporte e incentivo que me deixaram mais confiante diante dos desafios. A você, Zé Alberto, onde quer que esteja, minha eterna gratidão.

Agradeço à Capes pelo apoio financeiro e a todos os funcionários da UFMG, por cuidarem tão bem dos estudantes e dessa belíssima e admirada instituição. Por fim, não menos importante, meus queridos colegas. Da ABEP para a vida: Nathália, Juliana, Vanessa e Richard. Que time! Agradeço a parceria, as boas conversas, os desabafos, as risadas e todos os momentos que nos fizeram ser o suporte uns dos outros nessa caminhada. À Sarah e Iracy, colegas ainda no mestrado, parceiras nessa jornada, sempre disponíveis a ajudar.

Desta caminhada, o que realmente fica, são todos vocês!

## RESUMO

A mudança nos padrões familiares observada a partir da segunda metade do século XX levantou a necessidade de se pensar a estrutura de uma família muito além dos contornos de tamanho e composição decorrentes da Transição Demográfica. As mudanças culturais, institucionais e valorativas que ocorrem na sociedade, com seus efeitos na formação e dissolução das famílias, assumiram um protagonismo nas construções teóricas que acompanharam as transformações desse período. Com a intenção de se pensar essas mudanças para o Brasil, este trabalho se dedicou a compreender e descrever a complexidade associada às mudanças familiares observadas no país, privilegiando, na apresentação dos resultados, sua manifestação a partir de duas óticas: as estruturas familiares/composição domiciliar, com a ascensão de famílias monoparentais e estendidas; e o arranjo doméstico dos casais que cada vez mais se afastam do modelo *male breadwinner/female homemaker*. Na primeira abordagem foram utilizados dados dos Censos Demográficos, de 1960 a 2010, para descrever a evolução da estrutura familiar do domicílio. Para isso, desenvolveu-se um algoritmo que permitiu identificar, para todos que residem em um domicílio, os possíveis relacionamentos parentais e conjugais com todos os demais membros corresidentes. A avaliação da composição dos domicílios mostrou que, ao longo de 50 anos, caiu a proporção de pessoas no tipo familiar mais tradicional, casal com filhos, e a pluralidade nas formas familiares ficou aparente com o crescimento relativo de arranjos complexos, como monoparental e estendido. Os resultados mostram que o crescimento das famílias monoparentais no período é muito maior quando consideramos não só os domicílios nucleares, mas também os núcleos familiares monoparentais dentro dos domicílios estendidos, sendo que estes últimos ainda estão associados à uma condição de maior vulnerabilidade socioeconômica. Na segunda abordagem, discute-se a simetria de papéis de gênero, os tipos conjugais e a organização doméstica entre os cônjuges. Utilizando dados da Pnad 2014, os casais foram classificados em uma escala de tradicionalismo de papéis de gênero, em uma aplicação metodológica de análise de perfis latentes. As evidências encontradas mostram que a grande maioria dos casais ainda se organizam em uma divisão tradicional de responsabilidades (42,4%). Quase 39% dos casais reúnem características da revolução de gênero estagnada: as mulheres dividem a responsabilidade de provimento de renda com seu parceiro, mas eles não dividem com elas as responsabilidades domésticas. Somente uma pequena parcela de casais, com alta escolaridade e alta renda, parece usufruir de uma divisão em que ambos compartilham igualmente as responsabilidades domésticas (12,6%). Os resultados sugerem que parcerias mais igualitárias podem ser uma realidade mais alcançável por mulheres casadas e com educação de nível superior.

Palavras chaves: famílias domiciliares, mudanças, complexidade, papéis de gênero, estratificação socioeconômica



## ABSTRACT

The change in family patterns, observed from the second half of the 20th century, raised the need to think about the structure of a family beyond the size and composition contours resulting from the Demographic Transition. The cultural, institutional and value changes that occur in society, with their effects on the formation and dissolution of families, assumed a central role in the theoretical constructions that accompanied the transformations of this period. This thesis aims to understand and describe the complexity associated with the family changes observed in Brazil, privileging their manifestation from two perspectives: the family structures/composition, with the rise of single-parent and extended families; and the domestic arrangement of couples, which are moving away from the male breadwinner/female homemaker model. In the first approach, data from Brazilian demographic census, from 1960 to 2010, were used to describe the evolution of the household structure. For this, an algorithm was developed to identify, for everyone residing in a household, the possible parental and marital relationships with all other coresident members. The evaluation of the composition of households showed that, over 50 years, the proportion of people in the more traditional family type, couple with children, fell, and the plurality of family forms became apparent with the relative growth of complex arrangements, such as single-parent and extended families. The results show that the growth of single-parent families in the period is much greater when we consider not only the nuclear households, but also the single-parent family within extended households. These families are still associated with a condition of greater socioeconomic vulnerability. In the second approach, we discuss the symmetry of gender roles, marital types, and domestic organization between spouses. Using data from PNAD 2014, couples were classified on a scale of gender traditionalism in the division of labor using latent profiles analysis. The evidence shows that most couples are still organized in a traditional division of responsibilities (42.4%). Almost 39% of couples have characteristics of a stalled gender revolution: women share the responsibility of providing income with their partner, but they do not share domestic responsibilities with them. Only a small portion of couples, with high education and high income, seem to enjoy a division in which both equally share their domestic responsibilities (12.6%). The results suggest that more egalitarian partnerships may be a more achievable reality for married women with higher education.

Keywords: household structure, changes, complexity, gender roles, socioeconomic stratification

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1 - Modelo Teórico dos Determinantes da Composição e Estrutura do Domicílio .....	22
Figura 2 - Mudanças familiares ocorridas nos últimos 60 anos e as principais estruturas teóricas.....	30
Figura 3 - Relação entre igualdade de gênero e estabilidade de parcerias .....	39
Figura 4 - Matriz de relações de parentesco e não parentesco dos membros i com membros j – exemplo de um domicílio com 7 membros .....	61
Figura 5 - Categorias de identificação da posição das pessoas no domicílio nos Censos Demográficos e IPUMS .....	63
Figura 6 - Distribuição das pessoas por tipo de domicílio e tipo de arranjo familiar nos Censos de 1960 a 2010.....	68
Figura 7 - Classificação das pessoas por tipo de arranjo familiar e decil de renda domiciliar per capita em 1970 e 2010.....	74
Figura 8 - Variação na participação das pessoas em arranjos estendidos em cada decil de renda domiciliar per capita entre 1970 e 2010.....	75
Figura 9 - Distribuição relativa de pessoas que moram em domicílios estendidos, com um núcleo, segundo número de gerações no domicílio .....	84
Figura 10 - Distribuição por idade e sexo das pessoas em domicílios estendidos com mais de um núcleo, por tipo de arranjo do núcleo secundário, em 1960 e 2010.....	88
Figura 11 - Nível educacional de chefes de núcleo, dos chefes de domicílio estendido e de todos os domicílios em 1960, 1991 e 2010 .....	89
Figura 12 - Distribuição dos núcleos secundários de acordo com a parcela da renda do seu núcleo sobre a renda do domicílio .....	92
Figura 13 - Distribuição das mulheres em cada classe nos níveis educacionais .....	119
Figura 14 - Distribuição das classes nos decis de renda domiciliar per capita.....	120
Figura 15 - Distribuição das classes nos decis de renda individual masculina .....	130

### TABELAS

Tabela 1 - Relações familiares e domiciliar do serial 11811000.....	62
Tabela 2 - Relações familiares, domiciliar e núcleos do serial 11811000 .....	65
Tabela 3 - Distribuição relativa da população segundo os tipos de arranjos familiares .....	69

Tabela 4 - Percentual de pessoas, em cada tipo de arranjo familiar, vivendo com um tipo de parente. Comparativo entre os Censos 1960 e 2010 .....	70
Tabela 5 - Total e distribuição de domicílios por número de famílias, segundo Regiões e diferentes metodologias – 2010 .....	78
Tabela 6 - Distribuição dos domicílios por tipo e quantidade de núcleos familiares nos censos de 1960 a 2010.....	78
Tabela 7 - Distribuição das pessoas por tipo de domicílio e quantidade de núcleos familiares nos censos de 1960 a 2010 .....	79
Tabela 8 - Percentual de domicílios estendidos de 1 núcleo, por número de corresidentes, em 1960, 1991 e 2010.....	80
Tabela 9 - Composição dos Domicílios estendidos com 1 núcleo familiar, de acordo com o número de corresidentes no domicílio, em 1960, 1991 e 2010 .....	82
Tabela 10 - Distribuição dos domicílios estendidos, com dois núcleos ou mais, nos diferentes tipos de arranjos conviventes.....	85
Tabela 11 - Caracterização dos núcleos familiares (famílias conviventes).....	87
Tabela 12 - Percentual de núcleos familiares com renda total igual a zero em domicílios com famílias conviventes, em 1970 e 2010 .....	91
Tabela 13 - Distribuição percentual de características de mulheres unidas, por tipo de união .....	112
Tabela 14 - Valores médios das variáveis para as quatro classes latentes .....	114
Tabela 15 - Características sociodemográficas dos casais classificados em cada classe.....	117
Tabela 16 - Resultados do modelo de predição das chances de estar em diferentes classes de tradicionalismo de papais de gênero em vez do arranjo Male Breadwinner .....	123

## QUADROS

Quadro 1 - Categorias das variáveis HHTYPE (IPUMS) e ARRANJO_FAMILIAR (construída por algoritmo no software STATA 15).....	65
--	----

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	12
1.1. O problema de pesquisa .....	15
2. A EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS: UM CONTEXTO DEMOGRÁFICO, SOCIAL E ECONÔMICO.....	20
2.1. A evolução da família tradicional para a família moderna .....	23
2.2. A evolução a partir da segunda metade do século XX: Diversidade nas famílias ...	29
2.2.1. The male breadwinner model.....	31
2.2.2. A Segunda Transição Demográfica.....	34
2.2.3. A Revolução de Gênero.....	36
2.2.4. The Prima Facie Case .....	40
2.3. Revisão da Literatura - Estudos sobre os diferenciais nos padrões familiares por status socioeconômico .....	42
3. CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO COMPLEXIDADE E INSTABILIDADE .....	51
4. A MUDANÇA NAS FAMÍLIAS E A COMPLEXIDADE (INSTABILIDADE) VISTA NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS .....	54
4.1. Dados e métodos.....	58
4.1.1. Identificação das relações de parentesco e dos arranjos familiares do domicílio nos Censos Demográficos Brasileiros .....	61
4.2. Características das famílias domiciliares nos Censos Demográficos Brasileiros.....	67
4.3. Características dos domicílios estendidos e seus núcleos familiares.....	76
4.4. Discussão.....	93
5. O ARRANJO DOMÉSTICO E FAMILIAR DE CASAIS BRASILEIROS NA PNAD 2014 .....	97
5.1. Status socioeconômico, tipo de união e papéis de gênero.....	99
5.2. Dados e métodos.....	107
5.2.1. A análise de Classe Latente .....	108
5.2.2. Modelo Multinomial.....	110
5.3. A Divisão do trabalho e da renda: escala de tradicionalismo de papéis de gênero	111
5.4. Como as características socioeconômicas e a dinâmica familiar se relacionam com os níveis de relações de gênero dos casais.....	121
5.5. Discussão.....	125
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	137
ANEXO .....	143

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como principal objetivo descrever e analisar as mudanças ocorridas nos arranjos domiciliares brasileiros a partir da segunda metade do século XX, sob a ótica da complexidade, das desigualdades socioeconômicas e de gênero. A segunda metade do século XX é a referência de muitos pesquisadores para apontar um caminho de mudanças que tornaram as famílias mais diversas e complexas.

As mudanças na estrutura das famílias aconteceram em um contexto de revolução contraceptiva e sexual que dissociaram a sexualidade da reprodução e do casamento (Lesthaeghe, 1995), proporcionando às mulheres mais autonomia para exercer funções na vida pública. O aumento na realização educacional e da participação da mulher no mercado de trabalho consolidou a mudança no papel social da mulher alterando o equilíbrio familiar até então presente sob as relações de gênero tradicionais, que tinha a figura do homem provedor (*male breadwinner*) e o consolidado papel da mulher dona de casa (*female homemaker*). A desestabilização de uniões tradicionais resultou, para muitos países, em uma queda nos casamentos e número de filhos, em maior instabilidade conjugal, aumento nas taxas de divórcio e em relacionamentos que permitem aos parceiros maior liberdade e menor comprometimento, como a coabitação (Esping-Andersen, 2016).

Para as duas teorias mais influentes do comportamento familiar – *New Home Economics* (Becker, 1973; 1974) e Segunda Transição Demográfica (Lesthaeghe e Surkyn, 1988; Lesthaeghe, 2010; van de Kaa, 1987) – este seria um cenário de longo prazo, de caráter irreversível. A norma familiar dominante até então, teve seu equilíbrio rompido e uma situação de fluxo normativo se instaurava com formas alternativas de estabelecer parcerias e a vida familiar. No entanto, as duas abordagens divergem completamente na maneira pela qual a transformação familiar aconteceria.

Becker argumentou que os casamentos eram mais eficientes e, portanto, mais estáveis, quando os maridos se especializavam em trabalho de mercado e esposas especializavam em trabalho doméstico. Em um casamento eficiente, o marido troca os salários de sua produção no mercado pela produção doméstica de sua esposa, e ambos ganhariam. Por implicação, quanto mais educação uma esposa alcança (um indicador de seu potencial de ganho salarial), menos ela ganha em se especializar na produção doméstica e menos eficiente se torna seu casamento. Portanto, a probabilidade de que o casamento termine em divórcio aumenta.

Para os expoentes da segunda transição demográfica, o conjunto de resultados sobre a fecundidade e nupcialidade seriam respostas a uma mudança de valores em países mais

prósperos. Na raiz das mudanças valorativas e comportamentais que definem a STD estaria a emergência de um novo *ethos* individualista, pautado pela busca de autonomia e autorrealização do indivíduo, com aspirações voltadas para o bem-estar dos adultos e não dos filhos (Oliveira, 2015). Como resultado, os indivíduos dão menos importância às recompensas convencionais, como ter filhos e manter casamentos por toda a vida (Cherlin, 2016).

Após meio século de transformações, trabalhos mais recentes como os de Esping-Andersen e Billari (2015) e Goldscheider *et al* (2015) dão conta de um novo fenômeno que se manifesta no novo século. Eles argumentam que as sociedades ocidentais estão entrando em uma nova fase da vida familiar, baseada em parcerias mais estáveis e mais igualitárias e recuperando a fecundidade. Sobre isso, Esping-Andersen (2016) escreveu: “*in a growing number of countries the “ever-less family” scenario appears to have come to a halt and is being replaced by “more family” on all key dimensions*”. Para Esping-Andersen e Billari (2015) “a tendência de menos família seria transitória e não um prenúncio da nova era”.

O caráter transitório das mudanças sobre as famílias marcaria a existência de duas fases distintas nesse período, caracterizadas por Goldscheider *et al* (2015) e definidas em uma sequência intitulada “Revolução de Gênero”. A primeira fase seria definida pela mudança estrutural que se observou nas relações fundamentais entre homens e mulheres. As mulheres entram na esfera pública e com o foco na carreira, ambos cônjuges veem uma falta de tempo para questões familiares. As tensões e os conflitos gerados pelo novo papel social das mulheres gerariam instabilidade conjugal e refletiriam nas menores taxas de casamento e maiores taxas de divórcio.

A reversão de cenário estaria relacionada a uma adaptação da sociedade aos novos papéis das mulheres. Espera-se que as tensões conjugais relacionadas ao novo status econômico das mulheres diminuam quando os casais (e especialmente os homens) adotem visões mais igualitárias de gênero (Esping-Andersen, 2016). A segunda fase da revolução de gênero prevê a entrada dos homens na esfera privada (doméstica), permitindo uma divisão mais igualitária do trabalho doméstico e de cuidados das crianças, levando a uniões mais estáveis e a uma recuperação dos níveis de fecundidade (embora ainda abaixo do nível de reposição). Desta maneira, observaríamos um retorno à formação de famílias e estabilidade familiar, à medida que o igualitarismo de gênero ganhe um status normativo cada vez mais dominante.

Seria possível observar para um país em desenvolvimento elementos que correspondam ao processo de reversão desenhado pelos autores citados acima? Como, de fato, aconteceram as mudanças nos padrões familiares brasileiros a partir da segunda metade do século XX? Essas perguntas vêm acompanhadas por um entendimento de que o Brasil possui características

socioeconômicas distintas dos países nos quais vem sendo observado o retorno à estabilidade de famílias. O fato de o país não possuir um estado de bem-estar social desenvolvido e ter sua população extremamente estratificada é um elemento crucial nessa análise.

A esse respeito, Cherlin (2016) faz sua crítica à teoria da revolução de gênero, expondo as limitações da segunda fase do processo. O autor coloca que a transição para a vida adulta pode diferir de acordo com a quantidade de educação que se tem. O ganho potencial de uma mulher altamente instruída, permite-lhe atrair um homem escolarizado no mercado de relacionamentos permanentes, e a maioria desses casais espera reunir dois rendimentos para atingir o status de classe média. Essa mulher está procurando não apenas um “*steady earner*” mas também atitudes igualitárias em relação à divisão do trabalho doméstico.

Uma mulher com menos instrução pode ter menos chances de encontrar um homem com poder aquisitivo adequado. Ainda que um homem com um potencial de ganhos limitado tenha atitudes igualitárias, uma mulher pode achar uma parceria de longo prazo com ele arriscada em comparação com alternativas como uma união informal de baixo comprometimento ou a maternidade solo (Cherlin, 2016). As uniões informais são menos estáveis do que os casamentos, em parte porque podem ser estabelecidas com um nível de comprometimento menor do que o casamento e, em parte, porque os custos de sair do relacionamento são reduzidos (Cherlin 2016, Castro-Martins apud Cunha e Verona, 2019).

Um ponto destacado por Esping-Andersen e Billari (2015) e Goldscheider *et al* (2015) no qual Cherlin (2016) parece concordar é que as preferências das pessoas pelo tipo de família em que gostariam de criar filhos não mudaram muito nas últimas décadas. A maioria das pessoas ainda prefere ter filhos dentro de um relacionamento estável a longo prazo que é, em algum momento, convertido em casamento. Porém, as mulheres jovens podem ser atraídas para arranjos alternativos por não verem em seus parceiros o potencial para ser um “*steady earner*”, outra preferência que, segundo Cherlin (2016), não mudou com o tempo.

A análise feita por Cherlin (2016) é uma clara comparação entre países com regimes de bem-estar social generosos (notadamente os escandinavos) com o que ele observa para os Estados Unidos, de regime liberal menos generoso. Como ele destaca, para o caso americano, a tendência de uma sociedade para parcerias estáveis não é aparente - ao contrário, a situação atual se parece mais com dois sistemas familiares diferentes no mesmo país (Cherlin, 2016). A desigualdade é um assunto de especial atenção na literatura americana sendo possível encontrar diversos trabalhos que atentam para as estruturas familiares como reflexo e reprodução dessas desigualdades. Como o próprio Cherlin coloca em outro trabalho, “... meio século atrás, pobre

e rico cresciam em um mesmo tipo de família: pais casados com seus filhos biológicos. Hoje, o tipo de família em que se vive depende de sua educação e da sua renda” (Cherlin, 2011).

### **1.1. O problema de pesquisa**

O que o contexto acima nos mostra é que a estrutura das famílias mudou – a começar pela estabilidade conjugal, antes garantida por um modelo tradicionalista que não é mais normativo. O fortalecimento das uniões a partir do avanço da Revolução de Gênero ainda parece ser utópico em países em desenvolvimento, principalmente porque os desdobramentos da instabilidade podem ser diferentes a depender do estrato socioeconômico em que se está inserido, além de estarem associados a diferentes complexidades na composição das famílias.

Considerando o contexto de profunda desigualdade social no Brasil, a hipótese levantada é que a normatização dessa nova estabilidade não aconteceria para todos os grupos sociais já que, em países marcados pela estratificação social, a desigualdade tem um papel relevante na formação de famílias. O equilíbrio igualitário entre casais com uniões mais estáveis, se observado, também estaria limitado aos grupos mais privilegiados.

O Brasil reúne elementos importantes que precisam ser situados nessa discussão. Primeiro, é possível ver que, tal qual ocorreu nos demais países desenvolvidos, houve uma mudança na estrutura das famílias domiciliares<sup>1</sup> e uma progressão de valores que permitiram verificar novos arranjos familiares não tradicionais e complexos. Desde que foi instituído em 1977, as taxas de divórcio vêm aumentando, as uniões informais também cresceram, assim como a parcela de domicílios formados por famílias monoparentais e estendidas (Wajnman, 2012; Camarano e Fernandes, 2014; Cunha e Verona, 2019).

Como será demonstrado adiante, a instabilidade conjugal guarda uma estreita relação com as estruturas familiares complexas. De acordo com Carlson e Meyer (2014), a complexidade se caracteriza pelo afastamento do equilíbrio da família nuclear, quando os papéis e os relacionamentos divergem do esquema familiar nuclear simples. Neste trabalho, o termo complexidade caracteriza as diversas variações observadas, tanto na composição das famílias, quanto no modelo de conjugalidade escolhido pelos casais, e é discutido em conjunto com seus marcadores socioeconômicos.

No Brasil, pode-se observar a complexidade que está presente nas estruturas familiares dos domicílios a partir do aumento relativo de arranjos que fogem ao tipo mais tradicional, de casal com filhos. E, nesse sentido, a família estendida torna-se um reflexo dessa mudança, por

---

<sup>1</sup> Considera-se família domiciliar o grupo de parentesco restrito ao domicílio.



ser um tipo compatível com a instabilidade e indicadora de erosão familiar. Na configuração atual, a formação desse tipo de família parece muito mais ser uma consequência da fragilidade das uniões do que da necessidade de moradia. A presença de núcleos monoparentais na composição das famílias estendidas atuais torna a estrutura de coresidência dessas famílias mais complexa.

Diante destes fatos, busca-se compreender como as famílias brasileiras, caracterizadas nos grupos domiciliares, se adaptaram às mudanças ocorridas na última metade do século XX e se estabeleceram diante de um contexto de instabilidade conjugal e complexidade familiar. Ainda resta saber como a estratificação social espelha e define os diferentes tipos de arranjos que são marcados pela instabilidade e complexidade (como os arranjos monoparentais e estendidos).

Para além deste cenário, também pretende-se explorar o principal argumento da segunda fase da revolução de gênero: que as uniões tendem a se tornar mais estáveis e igualitárias. Para essa discussão, o interesse de pesquisa passa a ser o casal e as características da conjugalidade definidas no tipo de união, no arranjo familiar em que vivem e na organização das responsabilidades domésticas. Neste ponto, a complexidade aparece nas várias formas menos comuns no passado para os padrões de formação de famílias e no afastamento do modelo tradicional de papéis de gênero. Mantem-se a investigação da relação entre a complexidade e os marcadores socioeconômicos, buscando concluir se os casais de camadas mais privilegiadas, com mais escolaridade, têm maiores chances de estarem em uniões mais igualitárias.

Busca-se, portanto, descrever a mudança observável nos padrões das famílias domiciliares brasileiras focando em marcadores de instabilidade e complexidade, bem como identificar como os diferentes tipos de uniões conjugais e as diferentes tipologias familiares podem estar relacionados com fatores socioeconômicos e papéis de gênero.

Tendo em vista todos estes aspectos, o trabalho conta com dois objetivos específicos. Inicialmente, descrever a mudança ocorrida nos padrões de famílias domiciliares brasileiras, destacando os tipos de complexidades mais frequentes e a estratificação social a elas associadas. Evidências mostram que a complexidade pode criar dificuldades ou estar correlacionada com marcadores de desvantagem (pobreza e desigualdade social), por afetar a composição e o compartilhamento de recursos nas famílias. Nesse sentido, a estrutura familiar tem se tornado um importante mecanismo na reprodução de desigualdades de classe, raça e gênero, dentro e entre gerações. Descrever a evolução dos arranjos familiares nas últimas décadas é importante para compreender, não só os aspectos da dinâmica da população, mas

também como marcadores de desvantagens e bem-estar podem estar associados ao tipo de família a qual se está inserido.

No Brasil, o registro do aumento da proporção das famílias estendidas, nas últimas décadas, surpreendeu por não ser um padrão esperado diante da tendência de nuclearização domiciliar das sociedades modernas. Um fato pouco investigado foi o motivo por trás desse crescimento. De maneira inédita, os domicílios com famílias estendidas foram detalhados em sua menor unidade, os núcleos familiares que os compõem. Conhecer a composição desses núcleos familiares permite encontrar as respostas para as suspeitas sobre a instabilidade familiar e seus marcadores de desvantagens socioeconômicas, já que revela quais os tipos de parentesco estão sendo acionados para a formação das famílias estendidas.

No segundo objetivo específico, busca-se analisar a associação entre os diferentes arranjos domésticos e familiares de casais e papéis de gênero, além da relação que pode existir com o status socioeconômico. As mudanças familiares ocorridas ao longo do século XX evidenciaram uma diversificação na formação de uniões entre os casais, também visto pela literatura como mais complexas. O afastamento do padrão *male breadwinner/female homemaker* envolveu uma ruptura no papel tradicional da mulher (de esposa e mãe) com resultados menos normativos sobre a escolha do tipo de união e da organização doméstica entre os cônjuges/parceiros.

Considerando o contexto de marcantes diferenciais socioeconômicos na formação familiar da população da América Latina, a hipótese levantada é que uniões tidas como mais modernas e mais igualitárias estariam limitadas às mulheres de nível educacional mais elevado e com melhores condições econômicas, traços que caracterizam a revolução de gênero estagnada. Como estratégia de análise, verifica-se a associação entre o tipo de união e o tipo de arranjo familiar às características dos casais quanto a sua distribuição de horas de trabalho remunerado, não remunerado e a renda do casal. Os casais são classificados em uma escala de tradicionalismo de gênero, em uma aplicação metodológica que considera a alocação de tempo dos cônjuges entre as duas esferas, pública e privada. Posteriormente, entende-se como o nível educacional dos cônjuges, a posição econômica, características demográficas e tipo de família podem contribuir para estar em uma relação mais ou menos igualitária.

Com o desenvolvimento do trabalho proposto, espera-se proporcionar à demografia da família e dos domicílios duas contribuições. A primeira é a possibilidade de estender, para um país em desenvolvimento, a discussão de dois eixos temáticos muito presentes na literatura internacional – notadamente no contexto de países desenvolvidos – mas ainda incipiente para o Brasil. O primeiro eixo trata da formação de famílias e as relações de gênero, muito presente

na Europa, principalmente em países escandinavos. Nestes lugares é possível acompanhar avançadas políticas de bem-estar social, principalmente políticas que valorizam os papéis de cuidados, tipicamente atribuídos às mulheres e à família, sendo que os resultados alcançados podem ser vistos em muitos trabalhos sobre o tema. Faz-se o esforço de trazer esta leitura para o contexto brasileiro, resguardando todos os diferenciais entre as duas realidades.

O segundo eixo temático discute as desigualdades e a complexidade familiar, muito estudada no contexto norte-americano. Em uma seção própria, o conceito de complexidade será melhor trabalhado, ficando clara sua relação com a diversidade dos novos tipos familiares. Suas implicações sobre as vulnerabilidades sociais, o bem-estar e a definição de políticas públicas, tornam a complexidade familiar um tema tão investigado pela literatura americana. A América Latina, com países fortemente marcados pela desigualdade, contém claras particularidades em aspectos de formação de famílias e este trabalho pretende situá-las nas temáticas mais atuais.

A segunda contribuição deste trabalho será apresentar um retrato das famílias brasileiras a partir dos arranjos domiciliares, capaz de documentar a evolução da distribuição dos brasileiros nos diversos tipos de arranjos familiares, as principais mudanças e como as escolhas de coresidência em domicílios estendidos respondem a aspectos sociodemográficos e à instabilidade familiar. Para isso, é necessário explorar todas as relações conjugais e familiares presentes em um domicílio a partir dos registros dos Censos Demográficos, o que implica avançar sobre o limite de relações de parentesco presente nos censos, que é, exclusivamente, a relação de cada membro com a pessoa de referência do domicílio. Com essa finalidade, desenvolveu-se um algoritmo que permite identificar, para todos que residem em um domicílio, os possíveis relacionamentos parentais e conjugais com todos os demais membros coresidentes.

A grande vantagem desta abordagem é tratar as relações residenciais na perspectiva de cada um dos indivíduos, independentemente de sua posição no domicílio. Como consequência, é possível examinar as composições dos núcleos familiares que compõem um domicílio multinuclear e identificar a posição do indivíduo que conecta os núcleos e inferir sobre as relações de interdependência econômica entre eles<sup>2</sup>. Com essa abordagem metodológica, espera-se ser capaz de deixar a descoberto todo tipo de relação familiar presente no domicílio, além de explorar seu perfil sociodemográfico.

---

<sup>2</sup> Note-se que a partir de 2010 o Censo Demográfico Brasileiro deixou de identificar as relações de parentesco entre cada indivíduo e o chefe de cada núcleo familiar, o que facilitava a análise destas interrelações.

Este trabalho está organizado de forma a apresentar, no capítulo que se segue, a revisão da literatura relacionada ao tema, iniciando pela apresentação do modelo teórico dos determinantes da composição e estrutura do domicílio e avançando por uma discussão da evolução histórica da família, do modelo tradicional para a família moderna. Neste capítulo também são apresentadas as mudanças observadas na segunda metade do século XX (período investigativo em que se concentra este trabalho) com a descrição das principais correntes teóricas que buscam explicá-las.

Segue-se a isso, no capítulo 3, uma apresentação da relação entre a instabilidade e a complexidade familiar, dois termos que norteiam as discussões dos resultados apresentados. No quarto capítulo estão concentrados todos os esforços para o alcance do primeiro objetivo. Apresenta-se a metodologia empregada na construção das relações de parentesco e na caracterização dos núcleos familiares de um domicílio e discute-se os resultados encontrados para as mudanças das famílias à luz da complexidade das formas familiares monoparental e estendida e da relação com marcadores de vulnerabilidade socioeconômica.

No quinto capítulo muda-se o foco para a relação entre casais. Faz-se uma discussão das principais características de nupcialidade dos países latino-americanos e a complexidade envolvida nos arranjos domésticos e familiares dos casais. Apresenta-se o resultado da classificação dos casais em uma tipologia de papéis de gênero e a relação encontrada entre uniões mais ou menos igualitárias e características sociodemográficas dos cônjuges/parceiros.

## **2. A EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS: UM CONTEXTO DEMOGRÁFICO, SOCIAL E ECONÔMICO**

A definição de família pode assumir diversas formas, a depender do aspecto que se deseja retratar. Para uma pessoa, a definição de família possivelmente passa pelo seu próprio entendimento de relação de parentesco: pessoas com as quais nós sentimos relacionadas e aquelas que esperamos que também nos definam como membro de sua família (Cohen, 2011). Mas a definição pessoal pode não ser capaz de assumir os aspectos legais e institucionais necessários para o entendimento da vida em sociedade. Para se tornar mais completa, lançamos mão de definições teóricas por sua maior abrangência e melhor sistematização. Assim, para as ciências sociais, as famílias são grupos de pessoas relacionadas, vinculadas por conexões biológicas, legais ou emocionais (Burch, 1979; Cohen, 2011).

Quando se atenta para a família como uma unidade de intermediação relevante, estamos reconhecendo que os resultados para a população, sejam eles demográficos, sociais ou econômicos, estão relacionados aos padrões e mudanças observadas nas famílias. Ao pesquisador, uma parcela de complexidade é adicionada, pois perde-se a simplicidade em trabalhar com os atributos do indivíduo (sexo, idade, estado civil), para estudar a interrelação entre estas características, dos diferentes membros, de arranjos familiares diversos. É interessante notar que é exatamente essa complexidade que faz dos arranjos familiares unidades de análise interessantes, pois sendo, em sua concepção, a principal unidade de trocas de recursos e cuidados e de proteção econômica, a associação de seus principais parâmetros econômicos, diferenças no tamanho e estrutura, moldam diferentes respostas à ordem social de uma sociedade.

A Demografia da Família, como campo de estudo, preocupa-se com a composição das famílias e as transições que os indivíduos fazem para entrar e sair de vários tipos de família (Demeny e McNicoll, 2003). Para a composição interessam fatores como o número de membros da família, suas idades, seu status marital, a coresidência e relacionamento com outros membros da família. As transições, por sua vez, são bem definidas por eventos do curso de vida, além dos eventos vitais – nascimento e morte, o momento e a duração da coabitação, casamento, separação, divórcio e novos casamentos.

Ao medir e descrever a organização dos grupos familiares, torna-se aparente a variação desses aspectos entre nações e subgrupos em cada nação, além de variações ao longo do tempo. Assim, a Demografia da Família tem sua função aumentada, buscando compreender os eventos

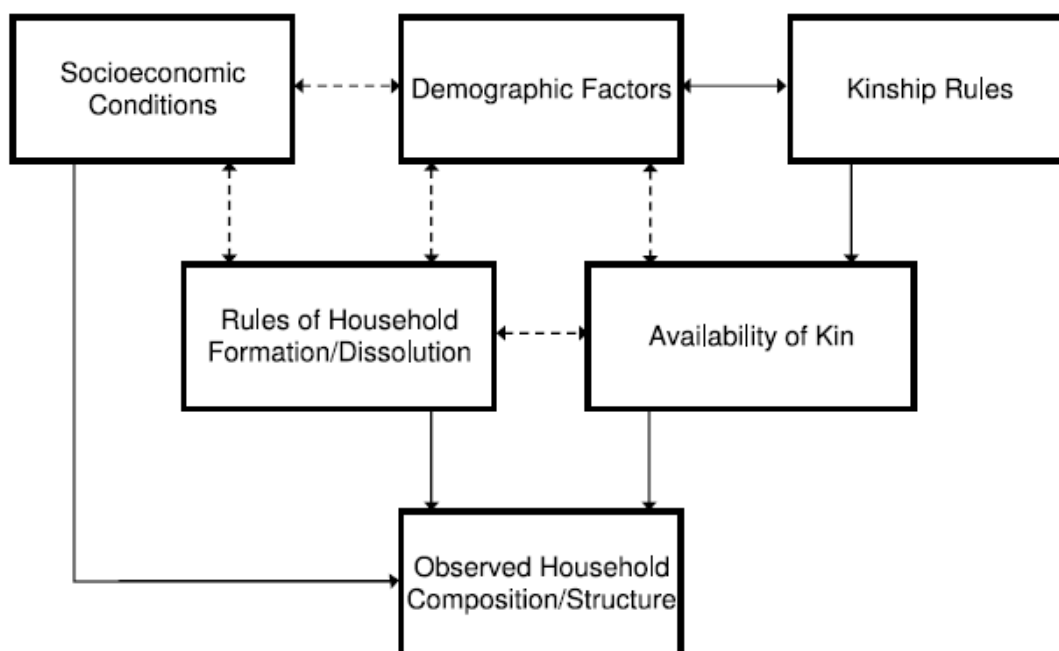
que alteram a estrutura, os determinantes da mudança, bem como as consequências socioeconômicas decorrentes.

Nas aplicações empíricas, em que a família se torna o objeto de análise, é muito comum que o termo venha atrelado a uma definição mais precisa, a depender do propósito da pesquisa e, principalmente, das limitações de informações disponíveis para análise. A família pode assumir o conceito de família domiciliar se o grupo pessoas relacionadas por laço de parentesco se restringe aos limites da residência. Essa abordagem tornou-se muito comum quando os estudos da Demografia da Família passaram a utilizar informações de *surveys* e Censos Demográficos modernos, que têm os domicílios como unidade de enumeração.

As grandes transformações observadas nas famílias despertaram o crescente interesse na compreensão dos mecanismos que as provocam e nas possíveis consequências sobre o bem-estar dos indivíduos. E, para a descrição e compreensão dos eventos, parece mais assertivo que se estabeleça uma abordagem interdisciplinar. O que se deve destacar é que tanto as transições quanto o tipo e o momento de coresidência estão intrinsecamente ligados à aspectos que são muito bem definidos na Sociologia e na Economia. A presença de instituições e normas, assim como a avaliação dos custos de oportunidade, restringem às escolhas individuais e o momento em que elas são feitas.

Nesse sentido, é de se esperar que a estrutura e composição das famílias sejam responsivas a um conjunto de determinantes próximos e fatores indiretos, variantes no tempo. No desenvolvimento deste trabalho, entende-se que esses fatores devem ser caracterizados em três dimensões: econômicos, culturais/normativos e demográficos. Para tanto, o modelo teórico desenvolvido por De Vos e Palloni (1989) mostra-se muito adequado, e permite-nos entender como se desenham essas relações (Figura 1).

Figura 1 - Modelo Teórico dos Determinantes da Composição e Estrutura do Domicílio



Fonte: Extraído de De Vos e Palloni (1989).

O objeto de pesquisa é a composição das estruturas familiares/domiciliares que, no modelo, está sujeita diretamente (linhas sólidas) às condições socioeconômicas, às regras de formação e dissolução familiar e à disponibilidade de parentes. Para De Vos e Palloni (1989), as linhas pontilhadas indicam associações cuja natureza causal é menos clara e pode incluir *feedbacks*.

As regras de formação e dissolução são aquelas determinadas pelas normas sociais e que caracterizam a coresidência. São normas (legais ou culturais) associadas ao casamento (coabitação), divórcio, adoção, novas uniões e convivência com não parentes. Essas regras são importantes para a constituição da união e para determinar o momento em que ocorrem mudanças em uma família nuclear (De Vos e Palloni, 1989).

As condições socioeconômicas que afetam as famílias incluem tanto a riqueza dos membros potenciais da família e os custos de moradia, quanto o papel da família como locus de produção ou consumo. Já a disponibilidade de parentes determina as alianças e os arranjos de vida potenciais. É diretamente determinada pelas regras de parentesco e pelos fatores demográficos – níveis e padrões de fecundidade, mortalidade, nupcialidade e migração. As regras de parentesco definem quem é apropriado para relacionamentos matrimoniais (regras

que impedem o incesto e proíbem a poligamia são exemplos deste tipo de regra de parentesco) e quem entre os parentes de sangue é mais ou menos importante como um potencial corresidente em uma família (Stockmayes, 2004).

As relações desenhadas no modelo de De Vos e Palloni (1989) não são estritas. Os próprios autores reconhecem ser difícil considerar somente uma via de influência sobre as estruturas familiares/domiciliares observadas. Em modelos demográficos, por exemplo, mortalidade, fecundidade e migração têm efeitos diretos sobre a estrutura das famílias e domicílios, mas estão sujeitos às restrições impostas pelas condições socioeconômicas, regras de formação e dissolução familiar e à disponibilidade de parentes.

A Teoria da Transição Demográfica nos proporciona um simples exercício de aplicação do modelo de De Vos e Palloni (1989), pois é capaz de ilustrar a natureza mutável das famílias e dos laços de parentesco e as consequências de novas formas familiares para o bem-estar individual. De maneira geral, a transição demográfica resulta em sociedades em que domicílios e famílias menores tendem a prevalecer (Dyson, 2011). Não limitado a isso, a redução da fecundidade permite às mulheres mais autonomia e provoca mudanças sobre as possibilidades de formação de família. Quando consideramos a transição demográfica e seus efeitos junto a modernização e a urbanização, observamos o impacto desses eventos no nível geral de complexidade social. A estrutura das famílias não foge a estes efeitos, acomodando em sua evolução, uma história de mudanças em resposta às condições demográficas e socioeconômicas.

Para o propósito dessa tese, que é descrever as mudanças na formação e estrutura das famílias domiciliares brasileiras, a discussão de um modelo teórico nos permite esquematizar uma sequência de fatos, mas, mais do que isso, permite que a história de transformação das famílias seja contada de forma abrangente, atentos à simultaneidade de fatores que a definem. Essa abordagem será utilizada nas duas seções seguintes para descrever a história de evolução das famílias.

### **2.1. A evolução da família tradicional para a família moderna**

Acreditava-se que as famílias pré-transicionais fossem complexas e extensas, com a corresidente de membros de diferentes gerações. E que, com a modernização e industrialização, a estrutura familiar tivesse passado por uma transição, de estendida para nuclear. No entanto, uma revisão feita por sociólogos e antropólogos das evidências empíricas para os séculos XVIII e XIX (Laslett e Harisson, 1963; Levy 1965; Burch, 1967), mostrou que a estrutura familiar permaneceu inalterada e predominantemente nuclear no noroeste da Europa



e na América do Norte por séculos (Ruggles, 1994), o que levou à formulação da ideia de que as famílias estendidas do período pré-transicional não passavam de um mito.

O entendimento da família estendida como mito, ou o *Parsonian Myth*<sup>3</sup>, sustentou a preferência histórica pela forma nuclear e parecia indicar uma ligação fraca entre os elos familiares em sociedades antigas. No entanto, as similaridades empíricas encontradas nos padrões de coresidência poderiam ser explicadas pelas condições demográficas prevalentes à época. As altas taxas de mortalidade registradas, combinadas com a elevada idade ao casamento, restringiam o número de parentes de diferentes gerações que podiam viver juntos (Dyson, 2011). Este argumento demográfico foi originalmente defendido por Marion Levy (Levy, 1965), e nos alerta para a necessidade de se fazer uma distinção entre a estrutura domiciliar e as preferências de coresidência, já que a oportunidade de residir em famílias extensas mudou dramaticamente com a transição demográfica (Ruggles, 1994).

Levy (1965) argumentou que, embora a família estendida fosse o tipo ideal em sociedades pré-industriais, raramente eram observadas nas populações. Ruggles (1994) reforça esse entendimento ao sugerir que famílias de três gerações não poderiam ser a norma em sociedades em que a maioria das pessoas morre antes do nascimento dos netos ou logo depois.

Por outro lado, se a alta mortalidade reduzia a possibilidade de relações de parentesco verticais, em outra instância, uma fecundidade relativamente alta poderia sustentar a prevalência de famílias extensas mantidas por relações familiares horizontais – por exemplo, aquelas entre irmãos e primos da mesma geração. Para justificar a não prevalência desse tipo de estrutura, as regras de formação de famílias se somam às condições demográficas para explicar a baixa frequência de famílias estendidas observadas na maior parte da Europa pré-industrial.

A constituição de famílias estendidas ocorre por diferentes padrões. Uma família patriarcal (em inglês, *joint family*) acomoda as relações familiares horizontais com a permanência de irmãos casados morando juntos. Nesse tipo familiar, todos vivem juntos com seus cônjuges e filhos em uma propriedade e sob a autoridade de um dos membros, geralmente o pai ou o irmão mais velho. Segundo Ruggles (1994), essas famílias eram comuns na Itália central do século XIX e a Rússia do final do século XVIII e início do século XIX. Eram sociedades com alta mortalidade e alta fecundidade tendo, a grande maioria dos adultos, irmãos sobreviventes com quem poderiam residir.

---

<sup>3</sup> Em referência ao sociólogo Talcott Parsons, teórico funcionalista, que acreditava na transição de famílias estendidas para nucleares, estas últimas, mais adequada às necessidades de uma sociedade industrializada (Cherlin, 2012).

Nas sociedades ocidentais, no entanto, o padrão familiar patriarcal não era dominante. A aversão à coresidência de irmãos casados limitava o potencial de famílias multigeracionais a famílias do tipo tronco (em inglês, *stem family*). Em famílias desse tipo, um filho permanece na casa dos pais após o casamento, trabalhando na propriedade e seguindo a orientação familiar, enquanto os demais saem e formam famílias nucleares quando se casam. A família tronco nasce nuclear, torna-se estendida quando o filho que permanece se casa e volta a ser nuclear com a morte dos pais. Para Berkner (1975), essa sequência faz com que a família tronco seja um processo, não um tipo particular de família. A família estendida derivada de uma família tronco aconteceria em somente um momento no tempo e sua duração poderia variar, a depender dos padrões de casamento e fecundidade (cedo ou tardio) combinado à mortalidade elevada.

Levando em consideração o caráter transitório da coresidência multigeracional em famílias troncos e o conhecimento de evidências pontuais em certas comunidades e em momentos específicos no tempo, teóricos revisionistas concluíram que a família nuclear sempre foi preferida na sociedade ocidental. Mas, para Ruggles (1994), que realizou análises nos dados censitários dos Estados Unidos, em anos consecutivos, se considerarmos o potencial de famílias estendidas que poderiam existir, observa-se que elas de fato existiram, pelo menos entre o século XVIII e início do século XX. Com essa conclusão é possível quebrar um novo mito, da preferência histórica pela família do tipo nuclear.

A organização econômica estruturada em torno da família explica muito a composição familiar nas sociedades pré-industriais. Sobre isso, Gary Becker (1981) em sua obra "*Treatise of the Family*", faz uma descrição de evolução das sociedades sob sua forma de estrutura familiar, utilizando um importante arcabouço teórico: a abordagem econômica familiar.

Becker (1981) propõe que, nas sociedades tradicionais, a economia e a vida social tendem a ser estáticas e estacionárias, cabendo ao sistema familiar um importante papel na preservação das sociedades. Em seu entendimento, a família - ou mais precisamente, o grupo de parentesco<sup>4</sup> - é importante nas sociedades tradicionais, em grande medida porque protege os membros contra a incerteza: viviam em uma época em que a economia agrícola contava com técnicas pouco evolutivas e estava vulnerável a pragas e questões climáticas; o trabalhador

---

<sup>4</sup> Um aspecto importante que as condições demográficas impunham às sociedades tradicionais para além da disponibilidade de parentes era a incerteza. E por esse motivo, laços familiares fortes e estendidos, que iam além dos parentes que coresidiavam, moldavam a organização e a influência familiar na vida do indivíduo nas sociedades tradicionais.

familiar, seu maior ativo, também estava vulnerável em um período caracterizado pelas taxas de mortalidade bastante elevadas.

Um sistema rígido e patriarcal, em que os mais velhos desempenham um papel importante, garante a sobrevivência de gerações como uma companhia de seguros – a manutenção da produção familiar, seja na fazenda ou em outros negócios familiares, era assegurada pela transferência de conhecimento e habilidades dos mais velhos aos mais jovens com origens familiares semelhantes (Becker, 1981). Estes, por sua vez, seguiam as mesmas ocupações e/ou cultivavam a mesma terra que seus pais e outros parentes. As atividades produtivas eram transmitidas de geração em geração.

A manutenção da força da família e as atividades desempenhadas também dependiam de acordos e arranjos. Sendo uma forma bastante convincente de honrá-los, para Becker (1981), os casamentos estão entre os eventos mais importantes nas sociedades tradicionais. As famílias exercem um controle considerável sobre os companheiros escolhidos por seus membros, sem atenção aos seus sentimentos. Nessas circunstâncias, o casamento por amor não é sancionado, a menos que também contribua para os interesses da família (Becker, 1981).

Nas sociedades tradicionais, a importância do parentesco e descendência assim como a concentração dos eventos sociais na família, tinha seu preço. Não era possível pensar em privacidade e individualismo. O comportamento de cada membro afetava o bem-estar dos outros membros e assim, as estratégias familiares não permitiam escolhas individuais. Assim como em outros momentos da história (e que será amplamente abordado nessa tese), pertencer a estratos socioeconômicos mais baixos poderia significar trajetórias distintas. Nas famílias mais pobres, a falta de recursos e patrimônio reduzia a importância do nome, da reputação e da validade de acordos. Como tinham pouco a perder, tinham a possibilidade de livre escolha, seja de relacionamentos e/ou atividades.

A descrição dos arranjos familiares e a importância dos laços de parentesco em sociedades tradicionais mudariam frente a nova organização da sociedade, resultante da evolução dos mercados, da modernização econômica e a industrialização. Ainda segundo a abordagem econômica proposta por Becker (1981), a evolução dos mercados quebraria a força da economia familiar e todo o sistema patriarcal que a sustentava.

O conhecimento e a influência dos membros mais velhos se tornaram muito menos úteis para os membros mais jovens do que nas sociedades tradicionais, principalmente porque os jovens enfrentavam um meio econômico mais dinâmico. Sendo assegurados pelo mercado (e não mais pela família) e com novas oportunidades de trabalho, o jovem se dispersa, e o parentesco torna-se menos importante em sociedades modernas.

A importância reduzida da família permitiu que os membros de famílias de classe média e alta ganhassem a liberdade e a privacidade até então disponíveis apenas para famílias pobres nas sociedades tradicionais. Como desdobramento, as famílias extensas e os grupos de parentesco da sociedade tradicional evoluíram para o individualismo e o familismo nuclear da sociedade moderna, porque muitas funções familiares nas sociedades tradicionais passaram a ser administradas com mais eficácia pelos mercados e outras organizações das sociedades modernas (Becker, 1981).

Ainda dentro de uma perspectiva econômica, mas sobre um outro ponto de vista, Ruggles (2015) defende que a mudança no sistema econômico em direção à industrialização e a grande oferta de trabalhos assalariados (para homens, em sua essência) teriam sido primordiais para as mudanças no padrão familiar tradicional. O autor entende que as mudanças observadas nas famílias nos séculos XIX e XX refletiram as mudanças ocorridas no trabalho.

Ao longo do século XIX, os traços da família moderna surgiram à medida que o modo produtivo familiar foi substituído por famílias do tipo *male breadwinner* e *female homemaker* - definidas como aquelas em que o marido trabalha por um salário e a esposa não tem uma ocupação no mercado, sendo responsável pelos afazeres domésticos. Assim, famílias extensas marcadas pela convivência intergeracional foram substituídas por famílias nucleares, já que o aumento das oportunidades de trabalho para os jovens, os permitiam alcançar independência financeira sem necessitar de heranças familiares, e se tornarem chefes de sua própria família.

Os efeitos econômicos da industrialização e a consequente independência do jovem, também foram definidas por William J. Goode como fatores importantes da mudança familiar em sociedades modernas. Em sua obra "*World Revolution and Family Patterns*" (Goode, 1963), ele faz sua principal proposição: "*Wherever the economic system expands through industrialization, family patterns change. Extended kinship ties weaken, lineage patterns dissolve, and a trend toward some form of the conjugal system generally begins to appear - that is, the nuclear family becomes a more independent kinship unit*" (Goode 1963, p.6).

Havia, por parte do autor, a convicção de que esse modelo familiar conjugal<sup>5</sup> se tornaria dominante por se mostrar um ajuste perfeito na era da industrialização – a família conjugal seria consistente com uma estrutura de valores que enfatizava a realização pessoal e não dependência da rede de familiares. Alicerçado na teoria da modernização, Goode (1963)

---

<sup>5</sup> Família conjugal foi o termo definido por Goode (1963) para caracterizar famílias formadas por "pequenas unidades independentes baseada no casamento e nos filhos". Apesar de se assemelhar muito à definição de uma família nuclear, a distinção foi feita por entender que esses adultos não seriam completamente independentes dos parentes – manteriam laços com os pais mais velhos (Cherlin, 2012).

entendia que a família conjugal seria um modelo também adotado por países em desenvolvimento, já que a modernização e a industrialização apareceriam mais cedo ou mais tarde em todas as sociedades em sua forma ocidental atual – uma clara associação do sistema da família nuclear com progresso e desenvolvimento.

Todo esse desenvolvimento parecia se encaixar perfeitamente nos países ocidentais na segunda metade do século XIX, início do século XX. William Goode escreveu seu livro na década de 1960, observando o aumento nas taxas de casamento e a redução na idade ao se casar no pós Segunda Guerra Mundial. A fecundidade diminuiria para níveis moderados. Assim como proposto por Becker, as evidências até então pareciam convergir para um tipo particular de família nuclear do século XX: *breadwinner-homemaker family*.

As expectativas sobre esse modelo normativo foram construídas principalmente pelos teóricos funcionalistas e adeptos da teoria da modernização. A família conjugal relativamente independente, baseada no casamento, era ideal para sociedades economicamente desenvolvidas e, em um caminho de desenvolvimento econômico, se espalharia pelo mundo - não porque era moralmente superior, mas porque atendia às necessidades das sociedades industrializadas (Cherlin, 2012).

Porém, na segunda metade do século XX, os desdobramentos que se seguiram indicaram que alguma coisa não foi considerada para a construção desse padrão, algo que Talcott Parsons descreveu como uma tensão na estrutura de papéis sexuais (Parsons, 1942). Ele se referia ao papel social da mulher em uma estrutura familiar do tipo *breadwinner-homemaker*, que as excluía de qualquer ocupação de prestígio. Nessa estrutura normativa, o status fundamental da mulher é o da esposa de seu marido, a mãe de seus filhos e, tradicionalmente, a pessoa responsável pelas atividades relacionadas à administração da casa e aos cuidados dos filhos (Parsons, 1942). Como se sabe, isso não permaneceu assim.

Mulheres casadas e com filhos se moveram para a força de trabalho em grandes números. Além disso, como expõe Cherlin (2012), a natureza individualista das atitudes dos cônjuges em relação a seus casamentos os encoraja a encerrar uma união se ela não estiver atendendo às suas necessidades pessoais. Nessa soma de fatores, dentre outros que serão discutidas a diante, é possível pensar que, em algum momento, ocorreu uma ruptura em direção à evolução das famílias, que se tornariam mais diversas, instáveis e complexas a partir da última metade do século XX.

## 2.2. A evolução a partir da segunda metade do século XX: Diversidade nas famílias

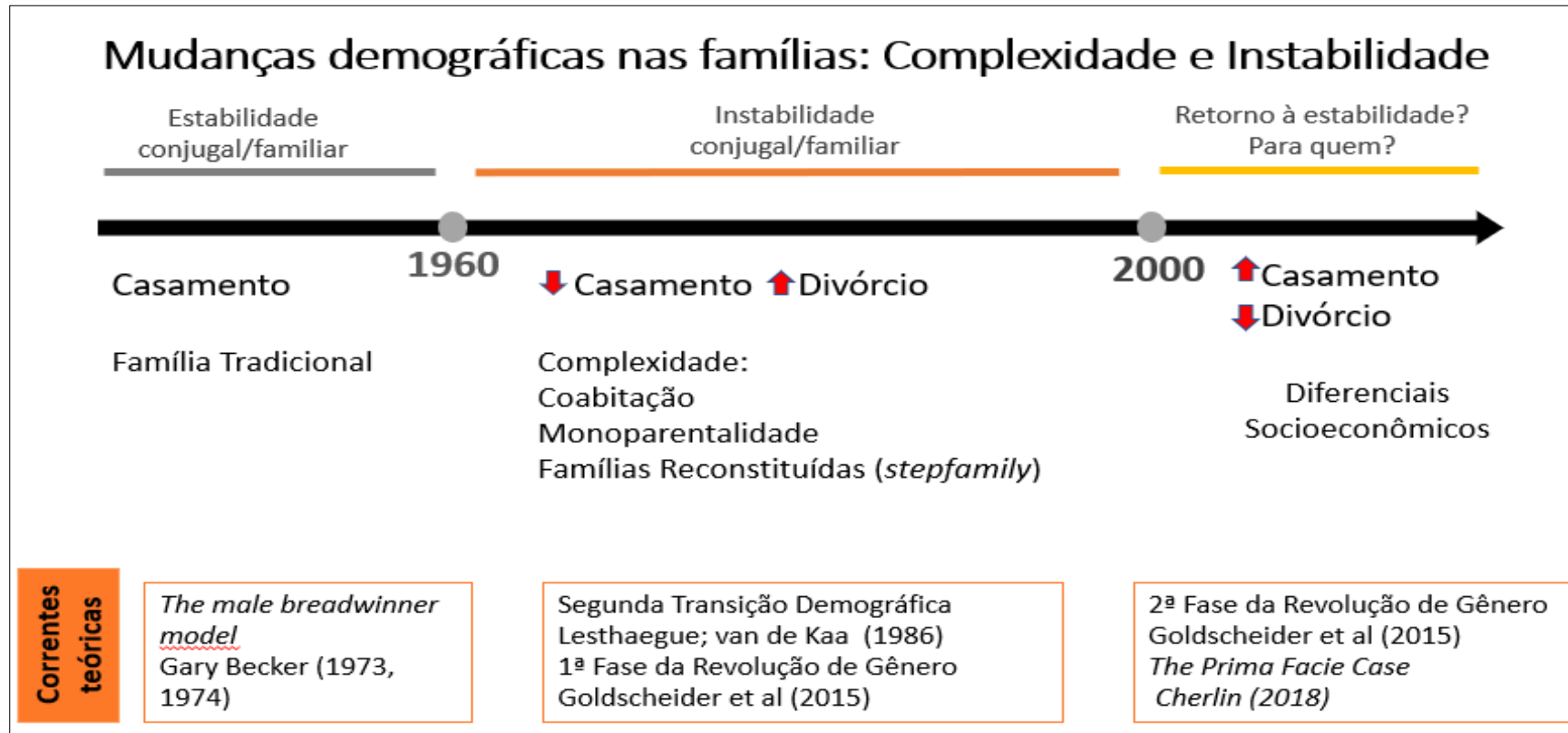
As mudanças observadas na formação e tipologias de famílias na maioria dos países industrializados e depois em países em desenvolvimento, segue uma estrutura temporal normativa, a partir da segunda metade do século XX. É possível pontuar alguns fatores que foram importantes para o rompimento de padrões na estrutura familiar, como a introdução de métodos eficazes de contracepção, a queda na fecundidade e a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho.

A partir de então, o equilíbrio até então mantido pelo modelo “*male breadwinner e female homemaker*” começa a dar lugar a complexidades familiares que se tornaram comuns e amplamente aceitas. Diversos autores buscaram construir estruturas teóricas que fossem capazes de explicar as mudanças que emergiram. Dentre as mais conhecidas e difundidas, estão “*The male breadwinner model*” de Becker (1973;1974), a Segunda Transição Demográfica proposta por Lesthaegue e Van de Kaa (1986) e a Revolução de Gênero de Goldscheider, Bernhardt e Lappegard (2015).

Dadas as características diferenciadas que se observa nas mudanças dos padrões familiares em países não europeus ou de modelos de bem-estar social menos generosos, é pertinente que às teorias propostas seja acrescido um framework capaz de explicar os diferenciais socioeconômicos encontrados em países como os Estados Unidos e na América Latina. Nesse sentido, Cherlin (2011, 2016, 2018) formula o que ele chama de “*The Prima Facie Case*”, associando as desigualdades socioeconômicas à formação de famílias. Com a proposta de se discutir as mudanças ocorridas no Brasil à mesma época, e considerando que no país é possível observar características socioeconômicas bastante marcadas pela estratificação social, é pertinente que essa última abordagem seja considerada.

A Figura 2 esquematiza as mudanças ocorridas a partir da segunda metade do século XX e as principais estruturas teóricas associadas a elas. Faz-se necessário destacar que as datas indicadas nessa linha sequencial que divide as teorias são apenas referências temporais, sem a intenção de serem exatas. Há, evidentemente, grande variabilidade e superposição tanto do ponto de vista das evidências quanto das teorias. Na próxima seção, os quatro modelos teóricos serão apresentados e será possível observar que seus principais elementos foram incorporados na construção das hipóteses deste trabalho.

Figura 2 - Mudanças familiares ocorridas nos últimos 60 anos e as principais estruturas teóricas



Fonte: Elaboração Própria

### 2.2.1. The male breadwinner model

A aventura de economistas da segunda metade do século XX em explicar, a partir de modelos, comportamentos fora do mercado monetário inspirou Becker (1973, 1974) a construir a Teoria do Casamento partindo do pressuposto de que esse tipo de união também constitui um comportamento de gestão de recursos escassos.

Dois princípios simples formam a base da análise. O primeiro permite uma aplicação simples da teoria econômica das preferências: entendendo o casamento sempre como voluntário (seja a escolha feita pelos cônjuges ou seus pais), presume-se que as pessoas que se casam esperam elevar seu nível de utilidade acima do que seria se eles continuassem solteiros (Becker, 1974). O segundo pressupõe que, como muitos homens e mulheres competem à procura de parceiros, existe um mercado de casamentos. Cada pessoa tenta encontrar o melhor parceiro sujeito às restrições impostas pelas condições do mercado (Becker, 1974).

Para Becker (1974) homens e mulheres se casam dado o desejo de criar seus próprios filhos e como resposta a atração física e emocional entre os sexos. Para o autor, a presença dos filhos distingue os agregados familiares de casados dos demais: a satisfação sexual, a limpeza, a alimentação e outros serviços podem ser adquiridos, mas não os filhos: é necessário que o homem e a mulher produzam seus próprios filhos e, talvez, os criem (Becker, 1974).

Em sua visão, os ganhos do casamento estão atrelados a complementariedade entre os cônjuges e as uniões monogâmicas - um homem casado com uma mulher - predominam porque seriam a forma conjugal mais eficiente. O ganho do casamento, comparado ao fato de permanecer solteiro, está positivamente relacionado à renda, à diferença relativa em seus salários e ao nível de variáveis que aumentam a produtividade do mercado, como educação ou beleza. Por exemplo, o ganho para um homem e uma mulher em se casar, em comparação aos pares solteiros, depende positivamente de sua renda, capital humano e diferença relativa na taxa de salário (Becker, 1974).

O ganho é maior quanto mais complementares são os insumos: o tempo dos cônjuges e os bens de mercado. Becker (1974) argumenta que esses insumos são complementares em boa parte por causa do desejo de criar seus próprios filhos – o ganho estaria positivamente relacionado à importância dos filhos. Portanto, as pessoas que desejam ter poucos filhos se casam mais tarde, ou terminam seus casamentos mais cedo ou fazem as duas coisas.

Na construção apresentada acima, Becker (1974) parte do entendimento que a complementariedade necessária para a eficiência do casamento decorre da especialização de tarefas entre homens e mulheres: eles no trabalho de mercado e elas no trabalho doméstico. Em



desenvolvimento posterior (Becker, 1991), o autor toma um maior cuidado ao definir os papéis de cada um no âmbito conjugal, mas defende sua argumentação mostrando que a acentuada divisão sexual do trabalho em todas as sociedades (entre o mercado e os setores domésticos) se deva, em parte, aos ganhos de investimentos especializados e também, em parte, às diferenças intrínsecas entre os sexos.

As mulheres não apenas têm um forte compromisso biológico com a produção e alimentação das crianças, mas também estão biologicamente comprometidas com o cuidado das crianças de outras maneiras mais sutis. Os homens estariam menos comprometidos biologicamente com o cuidado das crianças e gastam seu tempo e energia em busca de alimentos, roupas, proteção e outras atividades de mercado. Essas diferenças entre homens e mulheres explicariam vários aspectos da composição dos lares e da divisão do trabalho nas famílias que não são explicados apenas pelas vantagens de investimentos especializados em capital humano.

Se as mulheres tiverem uma vantagem comparativa sobre os homens nas tarefas domésticas, uma família eficiente alocaria o tempo das mulheres principalmente no setor doméstico e o tempo dos homens principalmente no setor de mercado. Para Becker (1991) os agregados familiares apenas com homens ou apenas mulheres são menos eficientes porque são incapazes de lucrar com a diferença sexual em vantagens comparativas.

Os investimentos especializados começam enquanto meninos e meninas são muito jovens. Apenas uma pequena fração das meninas é biologicamente orientada para o mercado, e não para as atividades domésticas, enquanto apenas uma pequena fração dos meninos é biologicamente orientada para as atividades domésticas. Então, diante de nenhuma informação preliminar contrária, a estratégia ideal seria: investir principalmente em capital familiar em todas as meninas e principalmente capital de mercado em todos os meninos até que qualquer desvio dessa norma seja estabelecido (Becker, 1991).

Becker (1991) conclui sua argumentação afirmando que os investimentos especializados e a alocação de tempo, juntamente com diferenças biológicas nas vantagens comparativas, implicam que os homens casados se especializariam no setor de mercado e as mulheres casadas no setor doméstico. Portanto, os salários de mercado dos homens casados excederão os das mulheres casadas, em parte porque as mulheres passam mais tempo em casa e investem mais em capital humano da casa.

Observando a quebra desse equilíbrio nos últimos 60 anos, Becker também utilizou de sua estrutura teórica para explicar as mudanças familiares. Para o autor, a principal causa dessas mudanças é o crescimento do poder aquisitivo das mulheres, à medida que a economia se

desenvolve. Segue-se que os retornos ao casamento declinam quanto mais as habilidades comercializáveis de homens e mulheres começarem a convergir.

“Eventualmente, no entanto, à medida que o poder aquisitivo das mulheres continua a crescer e a fecundidade continua a diminuir, o tempo gasto com cuidados infantis é suficientemente reduzido para permitir que as mulheres casadas passem um tempo considerável na força de trabalho antes do primeiro filho e após a entrada do último filho na escola. A expectativa de maior participação na força de trabalho em idades mais avançadas incentiva meninas e mulheres jovens a investir mais em capital humano orientado para o mercado, o que aumenta ainda mais o poder aquisitivo e a participação e reduz ainda mais a fecundidade. Consequentemente, o aumento da participação da força de trabalho e o declínio da fecundidade acabam se acelerando, mesmo quando o crescimento do poder aquisitivo das mulheres não. Além disso, esses dois fatores aceleram o aumento da taxa de divórcio porque o declínio no ganho do casamento também se acelera. Além disso, um crescimento da taxa de divórcios propriamente dito acaba incentivando divórcios adicionais; as pessoas divorciadas tornam-se menos estigmatizadas e podem encontrar mais prontamente outros divorciados para se casar”.

(BECKER, 1991, tradução da autora)

Portanto, o ganho do casamento é reduzido pelo aumento da participação das mulheres na força de trabalho e pela queda na fecundidade, fazendo com que uma divisão sexual do trabalho seja menos vantajosa. O divórcio torna-se mais atraente quando o ganho do casamento é reduzido. Becker (1991) apresenta evidências encontradas em outros estudos mostrando que o declínio no ganho do casamento e o aumento do divórcio aumentaram o número de casais não casados vivendo juntos e a porcentagem de famílias chefiadas por mulheres. Juntos, seriam parcialmente responsáveis pelo grande crescimento da taxa de natalidade referente aos nascimentos fora do casamento.

Como pode ser observado na Figura 2, entre as distintas fases da mudança familiar, o modelo teórico de Becker apresenta elementos, apesar de não serem esgotáveis, capazes de explicar principalmente o ponto de ruptura do estado familiar normativo presente até meados do século XX. Entende-se que a mudança no papel social da mulher esteja fortemente relacionada às mudanças na estrutura familiar que se seguiram. Porém, é mais cauteloso

considerar que esta é uma condição necessária, mas não suficiente. Uma visão mais abrangente, que considere os elementos levantados pelas demais teorias, garantirá uma maior cobertura da sucessão de eventos que desenham o caminho de mudanças.

### 2.2.2. A Segunda Transição Demográfica

Ron Lesthaeghe e Dirk Van de Kaa utilizaram o termo Segunda Transição Demográfica (STD) pela primeira vez em 1986, ao observar a simultaneidade e a rapidez das mudanças na fecundidade e na formação da família nas sociedades industrializadas ocorridas a partir de meados de 1960 (Van de Kaa, 2004). O declínio da fecundidade para níveis abaixo da reposição populacional é a principal característica demográfica da STD, mas o conceito envolve um cenário muito mais amplo, com uma infinidade de arranjos de vida que não o casamento, assim como a desconexão entre casamento e a concepção.

A motivação para a estruturação de uma nova teoria que fosse capaz de explicar os acontecimentos recentes e entendidos pelos autores como revolucionários (Van de Kaa, 2004), partiu da análise de Philippe Ariès para a explicação do declínio da fecundidade (Lesthaeghe, 2010). Segundo Ariès (1980), durante a primeira transição demográfica, o declínio da fecundidade foi “desencadeado por um enorme investimento sentimental e financeiro na criança”, chamado pelo autor de “*king child era*” (Ariès 1980, p. 649), enquanto a motivação durante a segunda transição é a autorrealização adulta dentro do papel ou estilo de vida como pai ou adulto mais completo e realizado. A mudança ideacional foi amplamente facilitada pelas novas formas de contracepção emergentes, como a pílula anticoncepcional, e isso mudou a forma de agir dos casais. Segundo Lesthaeghe (2010), durante a primeira transição, os casais optavam por adotar a contracepção para evitar a gravidez; já na segunda transição, a decisão básica é interromper a contracepção para iniciar uma gravidez, sendo este mais um aspecto da STD: o adiamento da maternidade e uma redução acentuada de nascimentos de ordem superior.

Van de Kaa (2004) argumenta que as mudanças nas tendências são resultado não apenas da motivação de “ter filhos”, mas muito mais em relação à família. As duas transições demográficas fundamentam-se em modelos familiares diferentes. O "modelo de família burguesa" subjacente à primeira transição, aparentemente, estava dando lugar ao "modelo de família individualista" (Van de Kaa, 2004).

A emergência do *ethos* individualista, fundamental para o entendimento das novas atitudes na formação de família, encontra-se amparada no conceito de “desvio de preferência de Maslow”. Quando as necessidades fisiológicas são satisfeitas, emergem as necessidades psicológicas (Maslow *apud* Lesthaeghe e Surkyn, 1988). As mudanças nas orientações,

preferências e aspirações de valor seriam resultantes da riqueza e do crescimento econômico. Em um resumo deste entendimento, Lesthaeghe (2010) coloca que um maior desenvolvimento econômico produziu uma mudança nas preocupações sobre necessidades materiais (subsistência, abrigo, segurança física e econômica) para um foco nas necessidades não-materiais (liberdade de expressão, participação e emancipação, autonomia e reconhecimento). Maslow se refere a elas como "necessidades de ordem superior", que se originam essencialmente de um universo de significado que enfatiza o individualismo (amor, liberdade, autorrealização).

Com esse pano de fundo em mente, a Primeira Transição Demográfica estaria ancorada principalmente no estágio de realização de necessidades materiais básicas, enquanto a Segunda Transição Demográfica é a expressão do desenvolvimento de necessidades não-materiais de ordem superior e de valores expressivos. Assim, seguiu-se às mudanças de comportamento dos indivíduos com a normatização do divórcio, queda nas taxas de casamento, fecundidade não marital, postergação da idade ao primeiro filho e até mesmo a escolha de não casar e não ter filhos.

Os primeiros sinais da Segunda Transição Demográfica surgiram na década de 1950: as taxas de divórcio aumentaram, especialmente nos Estados Unidos e nos países escandinavos, e o afastamento de um compromisso de longo prazo foi justificado pela lógica de que “um bom divórcio é melhor que um mau casamento” (Lesthaeghe, 2010). A partir da segunda metade dos anos 60, a fecundidade começou a cair. Além disso, a tendência em idades ao primeiro casamento inverteu-se e as proporções de solteiros começaram a subir. Logo depois, tornou-se evidente que a coabitação pré-matrimonial estava em ascensão e que o divórcio e a viuvez eram seguidos com menos frequência por um novo casamento e, mais frequentemente, por coabitação pós-matrimonial (Lesthaeghe, 2010).

Muitas críticas seguiram à estrutura teórica defendida por Lesthaeghe e Van de Kaa. Coleman (2004) talvez seja um dos principais autores que traçaram críticas mais contundentes, ao descaracterizar a STD em todos os seus aspectos. Segundo ele, o termo não seria “segundo”, mas "secundário", e o processo não seria "demográfico" e não poderia ser adequadamente descrito como uma "transição" (Coleman, 2004). Bernhardt (2004) também acredita que, para que seja entendida como transição, seria preciso observar uma mudança dinâmica de um equilíbrio para outro. Para a autora, um termo melhor seria “revolução nos padrões de formação familiar”.

No entanto, o ponto mais importante da crítica de Bernhardt (2004) é sua crença de que a utilidade da STD seria reforçada por uma perspectiva de gênero mais forte. Na sua

argumentação, os conceitos centrais de autonomia e autorrealização não são neutros em termos de gênero, e teriam significados e implicações marcadamente diferentes para homens e mulheres. A autorrealização das mulheres tem consequências mais profundas. Elas passam à busca de realização educacional e, com a liberação do seu papel “exclusivo” de cuidar dos filhos (resultante das quedas da mortalidade e fecundidade), ficam disponíveis para entrar no mercado de trabalho remunerado. Os homens, por sua vez, veem muito pouca alteração (ou mesmo nenhuma) no seu papel na estrutura familiar, compartilhando muito menos responsabilidades domésticas com suas esposas do que as mulheres compartilham tarefas econômicas com os homens (Bernhardt, 2004).

Para um importante grupo de pesquisadores, essa assimetria nas obrigações de papéis, contribuiu grandemente para aspectos cruciais da Segunda Transição Demográfica, a saber, o crescimento do divórcio e da coabitação. E aqui cabe um paralelo. Assim como a mudança no papel social da mulher foi destaque na teoria de Becker, novamente ela nos é apresentada com um papel primordial no entendimento das transformações familiares. A consolidação teórica deste importante fator está reunida no que foi chamado por Goldscheider, Bernhardt e Lappegard (2015) como Revolução de Gênero. Na seção a seguir, os principais *insights* produzidos por esta corrente teórica são apresentados.

### **2.2.3. A Revolução de Gênero**

Como exposto anteriormente, uma importante crítica à teoria da Segunda Transição Demográfica é a pequena atenção dispensada por ela aos conflitos de gênero, creditando somente à mudança ideacional as novas tendências familiares. Assim como Becker (1973;1974) já havia demonstrado, até meados do século XX, era possível encontrar um equilíbrio familiar representado pelo modelo *male breadwinner-female homemaker*, em que a especialização do trabalho (dos homens no mercado de trabalho e das mulheres nos afazeres domésticos) permitia a eficiência das parcerias conjugais e resultados pró-família. No entanto, a crescente escolarização das mulheres e sua inserção no mercado de trabalho inauguraria uma tendência ao conflito trabalho-família, resultando no declínio do casamento e da fecundidade.

Contudo, o que também parece estar bem documentado na literatura recente é uma reversão nas tendências associadas a SDT, aumentando a formação de uniões, a fecundidade e reduzindo a instabilidade das parcerias (Esping-Andersen e Billari (2015) e Goldscheider *et al* (2015); Cherlin, (2016)). E a compreensão dos novos fatos passa pela mudança estrutural nas relações fundamentais entre homens e mulheres, caracterizada pelas duas fases da Revolução de Gênero.

Goldscheider *et al* (2015) definem que a primeira fase da Revolução de Gênero começou quando as mulheres saíram de casa e entraram na esfera pública. Desde a revolução industrial, a esfera pública cresceu com o aumento de atividades não familiares, incluindo trabalho remunerado em fábricas e escritórios, bem como atividades de investimento como política e educação que eram, até então, dominadas pelos homens. Mudanças demográficas como a queda da mortalidade e fecundidade permitiram às mulheres um redesenho do seu curso de vida, não mais exclusivamente atrelado ao cuidado de filhos e da casa como uma carreira para a vida inteira. Elas então assumiram novas demandas, proporcionando apoio econômico às suas famílias.

O aumento da participação das mulheres na força de trabalho teve como consequência o enfraquecimento da família. Assim como colocam os autores, há ampla evidência de que, durante os primeiros anos do crescimento da participação feminina na força de trabalho, as mulheres empregadas casaram-se mais tarde e tiveram menos filhos do que as mulheres que não estavam empregadas; ainda haveria evidências de que casamentos em que a mulher estava empregada eram menos estáveis do que aqueles em que ela não era (Goldscheider *et al*, 2015). Ainda que não seja possível estabelecer uma relação de causalidade inequívoca, os autores enfatizam que o aumento maciço do divórcio foi paralelo ao crescimento inicial da participação da força de trabalho feminina.

Essa nova dinâmica estabelecia de maneira cada vez mais comum a formação de casais em que ambos trabalhavam e geravam renda (casais de dupla renda). A dedicação de ambos ao mercado de trabalho reduz a disponibilidade para a atuação nos papéis familiares (como ter e cuidar de crianças), criando a necessidade contínua de renegociação entre o casal. O conflito família-trabalho tornou-se emergente, elevando as taxas de divórcio e levando homens e mulheres a resistir ao compromisso. Por sua vez, foram observados aumentos generalizados na coabitação e na gravidez não conjugal, que são as principais características do SDT (Sobotka apud Goldscheider *et al*, 2015).

O argumento defendido pelos autores da revolução de gênero é que a maioria dessas tendências não é o resultado do crescimento das necessidades de ordem superior como pauta a STD, mas de a uma mudança estrutural nas relações entre homens e mulheres, resultante do aumento da participação da força de trabalho feminina. Com a mulher exercendo atividades na esfera pública, haveria um desequilíbrio nas expectativas que homens e mulheres teriam um sobre o outro, levando a infundáveis negociações e uma pré-disposição dos casais a não assumirem compromissos familiares como casar e ter filhos (Goldscheider *et al*, 2015).

A reversão da tendência de instabilidade familiar pode ser explicada pelas características que definem a segunda fase da Revolução de Gênero. Na estrutura desenhada pelos autores, na segunda fase haveria o crescente envolvimento dos homens na esfera privada do lar e da família. A princípio, as mulheres estavam assumindo novos papéis sem se afastar do compromisso com a família. A consolidação das atividades das mulheres no mercado de trabalho mudou a percepção de que seu ganho seria apenas um “complemento” e sua orientação à carreira se tornou cada vez mais forte. A parcela de tarefas domésticas que tradicionalmente lhe cabiam mostrou-se injusta. Como resultado, começa a aumentar a pressão para que os homens contribuam mais para o bem-estar de suas famílias, acrescentando os cuidados familiares aos seus papéis básicos (Goldscheider *et al*, 2015).

O relacionamento mais igualitário entre homens e mulheres, juntamente com um maior compromisso dos homens com seus filhos, resultariam em um novo equilíbrio. Para Goldscheider *et al* (2015), com a conclusão da Revolução de Gênero é provável que as populações experimentem pelo menos uma fecundidade um pouco maior e maior estabilidade familiar. Embora ainda não esteja muito avançado, esse processo está em andamento em vários países da Europa Ocidental (Goldscheider *et al*, 2015).

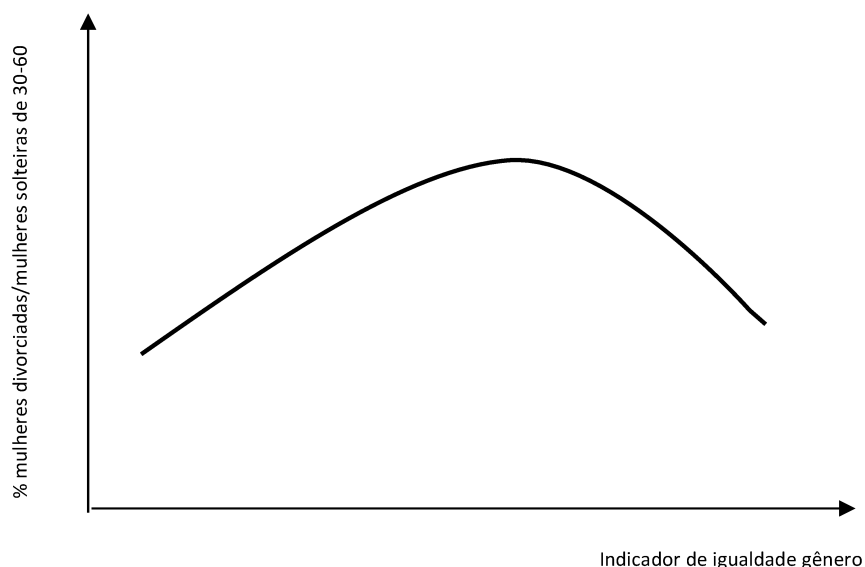
A transformação contínua dos papéis e relações de gênero também fizeram Esping-Andersen e Billari (2015) afirmarem que a tendência de “menos famílias seria transitória e não um prenúncio da nova era”. Em outras palavras, postulam um retorno à formação de famílias e estabilidade familiar, à medida que o igualitarismo de gênero ganhe um status normativo, cada vez mais dominante. Apesar de construírem uma estrutura teórica para uma análise em nível macro, ou seja, entre países, os autores partem do mesmo ponto que Goldscheider *et al* (2015), argumentando que a dinâmica das mudanças nas famílias são uma consequência de segunda ordem do desdobramento da transformação do papel da mulher – uma flutuação normativa que acompanhou a erosão do modelo *male breadwinner - female homemaker*. O equilíbrio familiar outrora estável deu lugar a um período prolongado de incerteza e confusão sobre o que constituiria papéis e identidades de gênero adequados na vida familiar (Andersen e Billari, 2015).

Na estrutura criada pelos autores, para um novo e dominante equilíbrio familiar emergir, é essencial que dinâmicas de reforço endógeno, que favoreçam normas igualitárias de gênero, sejam acionadas. Seria então necessário haver uma massa crítica que promova a difusão das expectativas normativas em favor dos arranjos gênero-igualitários e que as instituições sociais e, talvez mais importante, as relações familiares, se adaptem às novas expectativas (Andersen e Billari, 2015). Haveria, em funcionamento nas sociedades, um modelo familiar de

múltiplo equilíbrio. O ponto em que cada sociedade se encontra dependeria da fase em que se encontra a revolução nos papéis das mulheres (chamada pelos autores de revolução feminina) e a difusão das normas de atitudes igualitárias.

Usando o divórcio como uma medida de instabilidade da parceria para testar o argumento desenvolvido, Andersen e Billari esperam que uma função em forma de U invertido evolua ao longo do tempo e entre países, refletindo a ideia central de que a estabilidade do relacionamento deve ser mais pronunciada onde predominam ou as normas tradicionais ou as normas igualitárias ao gênero, e a instabilidade, ao contrário, deve atingir o pico quando nenhuma delas prevalecer. Dito de outra forma, observa-se maior estabilidade conjugal em países em que predominam o modelo *male breadwinner - female homemaker* entre casais, bem como naqueles em que a difusão de atitudes igualitárias e uma distribuição mais equitativa das atividades entre homens e mulheres se tornam presentes. A Figura 3 resume o modelo teórico proposto por Andersen e Billari (2015).

Figura 3 - Relação entre igualdade de gênero e estabilidade de parcerias



Fonte: produção própria adaptado de Esping-Andersen e Billari (2015).

A teoria da Revolução de Gênero se desenvolveu diante da necessidade de entender as reversões encontradas na formação de família e na fecundidade. São sinais que hoje são observados de forma mais contundente na Europa, principalmente entre os países escandinavos. Uma característica bastante acentuada nestes países é a prevalência de fortes políticas de bem-estar social que fornecem apoio às famílias, incentivando o emprego dos pais



e a parturição, reduzindo o conflito trabalho-família para as pessoas com funções parentais ativas. Isto pode indicar que, em sociedades marcadas pela maior estratificação social e com políticas de bem-estar social menos generosas, o avanço observado em direção a atitudes de gênero mais igualitárias pode estar dirigido àqueles mais privilegiados que, por meio de sua condição socioeconômica, encontra mais facilidades em contornar o conflito trabalho-família.

Essa concepção é adotada nos trabalhos de Andrew Cherlin (2011, 2016, 2018) para uma avaliação do que se observa para os Estados Unidos. A partir das evidências encontradas, ele constrói uma estrutura teórica que pontua a forte relação das desigualdades socioeconômicas com a formação familiar. O que ele chamou de *The Prima Facie Case* é apresentado a seguir.

#### 2.2.4. The Prima Facie Case

Observando a deterioração do mercado de trabalho americano para os moderadamente educados (isto é, aqueles que não possuem ensino superior), Cherlin defende seu "*Prima Facie Case*<sup>6</sup>" com a proposição de que o aumento da desigualdade de renda tem sido um importante indicador de mudanças na formação da família. Aqueles que experimentaram um mercado de trabalho deteriorado tendem a ambientes familiares menos estáveis. Aqueles que experimentaram uma melhoria no mercado de trabalho tendem a ambientes familiares estáveis baseados no casamento (Cherlin, 2018).

A construção do *Prima Facie* parte de duas tendências básicas. A primeira é o crescimento observado do diferencial de ganhos entre aqueles com ensino superior e os que têm menos escolaridade. No caso americano, isso refletiu um declínio relativo de oportunidades de emprego para aqueles moderadamente educados, condição que atingiu mais profundamente os homens (Cherlin, 2018).

A segunda tendência observada por Cherlin (2018) consiste nos caminhos divergentes que a estrutura familiar seguiu no mesmo período, de acordo com os níveis de escolaridade dos adultos envolvidos. Nos anos iniciais de mudança, observava-se as mesmas tendências no casamento e na gravidez para adultos em todos os níveis educacionais: o casamento estava sendo adiado, a coabitação e as taxas de divórcio estavam aumentando. Nesse ponto, Cherlin (2018) não nega a existência de um fator cultural ou mesmo ideacional como proposto pela Segunda Transição Demográfica. Mas não o entende como determinante suficiente, dado o que

---

<sup>6</sup> O termo "*prima facie*" é usado no inglês jurídico moderno (incluindo direito civil e direito penal) para significar que, após exame inicial, parece existir evidência corroborante suficiente para apoiar um caso. No inglês moderno, coloquial e de conversação, uma expressão comum correspondente seria "*on the face of it*".

ele observa a seguir: para aqueles com alto nível de escolaridade, a vida da família permaneceu focada no casamento como contexto para a criação dos filhos e, embora eles agora se casem em idades posteriores, acabam tendo maiores taxas de casamento ao longo da vida do que aqueles com menos educação. Além disso, a taxa de divórcio de casais com alto nível de escolaridade diminuiu acentuadamente desde seu pico por volta de 1980. Enquanto isso, a porcentagem de nascimentos dissociados do casamento continua baixa entre os mais instruídos (Cherlin, 2018).

Por outro lado, a vida familiar de pessoas com um diploma do ensino médio, mas não um diploma universitário, a quem Cherlin chamou de moderadamente educados, se afastou do casamento estável. Para estes houve uma eclosão de nascimentos em coabitações. Cherlin destaca que, ao contrário das uniões coabitantes típicas de alguns países europeus, essas uniões tendem a ser frágeis e a causar interrupções em alta velocidade. E, para aqueles sem o ensino médio, a quem o autor chama de menos instruídos, permaneceu a alta proporção de nascimentos dissociados do casamento, embora tenha havido menos mudanças em seus padrões familiares desde 1980.

A argumentação desenvolvida por Cherlin não exclui os achados de pesquisadores americanos e europeus sobre a nova conformação dos papéis de gênero e a continuidade familiar. Porém, como o autor coloca, ela pode ser insuficiente para países com grandes desigualdades socioeconômicas como os EUA. Isto porque a barganha igualitária se baseia na disponibilidade de boas oportunidades de mercado de trabalho e benefícios generosos de bem-estar social para os casais, como assistência à infância e licença parental.

Embora não seja mais necessário que o marido seja o único a trazer renda para a família, ainda persistiria a ideia de que um homem deve ter potencial para ser um “*steady earner*” para ser considerado um bom parceiro de longo prazo (Cherlin, 2016 e 2018; Killewald, 2016). Sob este argumento, a transição para a vida adulta pode diferir de acordo com a quantidade de educação que se tem. Entre os moderadamente instruídos e os menos instruídos, é cada vez mais difícil para os homens demonstrar potencial suficiente. Consequentemente, é provável que o surgimento de um equilíbrio igualitário de gênero entre casais comprometidos e que compartilham o trabalho doméstico em relacionamentos de longo prazo seja mais comum nos estratos privilegiados com formação universitária do naqueles menos favorecidos e com menor escolaridade.

Cherlin (2016) desenvolve essa lógica de maneira bem simples: o potencial de ganho de uma mulher altamente instruída permite-lhe atrair um homem bem-educado no mercado de relacionamentos permanentes, e a maioria desses casais espera reunir dois rendimentos para

atingir, manter ou aumentar seu status. Por segurança, ela está procurando não apenas um *steady earner*, mas também atitudes igualitárias em relação à divisão do trabalho doméstico (Cherlin, 2016). E seu alto nível educacional aumenta a probabilidade de que ela encontre essa parceria. No entanto, uma mulher com menos instrução pode ter menos probabilidade de encontrar um homem com poder aquisitivo adequado. E, mesmo que um homem com um potencial de ganhos limitado tenha atitudes igualitárias, uma mulher pode achar uma parceria de longo prazo com ele arriscada em comparação com alternativas como uma união coabitante de baixo comprometimento ou a maternidade solo (Cherlin, 2016).

O que se espera para o Brasil é que, tal como ocorre nos EUA, as desigualdades socioeconômicas presentes sejam fator determinante para o padrão de família e suas mudanças observadas nos últimos 60 anos. Ainda é preciso entender qual o papel as instituições de gênero (seja na esfera pública ou privada) exercem sobre a estabilidade familiar. Os estudos que serão apresentados na próxima seção reúnem evidências empíricas encontradas na literatura que correspondem às diferentes abordagens desenvolvidas dentro deste arcabouço teórico. O que ficará claro, no entanto, é que os resultados para maior estabilidade (ou instabilidade) familiar será diferenciado a depender do contexto institucional, político e econômico do país em estudo.

### **2.3. Revisão da Literatura - Estudos sobre os diferenciais nos padrões familiares por status socioeconômico**

As grandes mudanças observadas nos padrões e comportamentos das famílias nas últimas décadas incluíram atraso e declínio no casamento, aumento na coabitação, um aumento notável nas taxas de divórcio (seguido por um declínio em algumas nações), uma alta prevalência de novas uniões após divórcio/separação e um grande aumento na proporção de nascimentos que ocorrem dissociados do casamento (Carlson, 2018). Estas são características do que a literatura chamou de complexidade e instabilidade familiar (McLanahan e Percheski, 2008; Carlson e England, 2011; Carlson, 2018; Cherlin, 2018), em que adultos, provavelmente, passam por arranjos familiares com parceiros distintos, em uniões conjugais e/ou em coabitação, ao longo do curso de suas vidas, com as crianças experimentando mudanças nos adultos com os quais corresidem e que lhes servem como figuras parentais (Carlson, 2018).

As mudanças na estrutura familiar, no entanto, não ocorreram uniformemente entre os subgrupos populacionais. Em vez disso, os estudos apontam que existem gradientes socioeconômicos na formação e dissolução de uniões, coabitação e monoparentalidade, agravados pelo contexto de crescente desigualdade socioeconômica em muitos países

industrializados (Carlson e England, 2011; McLanahan e Percheski, 2008; Cherlin, 2016 e 2018). Os contrastes entre aqueles com alto e baixo status socioeconômico são geralmente mensurados pela educação, tendo alguns estudiosos mostrado que as trajetórias de formação e dissolução das uniões seriam divergentes pela educação: com o adiamento mas, eventualmente o casamento, para aqueles com ensino superior, e para aqueles com menor escolaridade, haveria maior probabilidade de coabitar ou se divorciar ao se casarem (Perelli-Harris *et al*, 2016; McLanahan, 2004; Cherlin, 2011; Martin, 2006).

O conjunto de estudos encontrado na literatura geralmente aponta para duas perspectivas ao discutir a formação e manutenção de parceria mais estáveis. A primeira e mais previsível delas, é a perspectiva econômica que agora leva em consideração os rendimentos potenciais do homem e da mulher, dada a crescente inserção feminina no mercado de trabalho. A segunda e mais recente é a perspectiva de instituição de gênero, que aponta as tensões das parcerias quanto ao cumprimento das expectativas de gênero de maridos e esposas.

Assim como exposto anteriormente, as teorias econômicas (Becker, 1991) e ideacionais (Lesthaeghe, 2010) indicavam que o aumento da realização educacional das mulheres estaria relacionado com a disseminação de novos comportamentos, principalmente aqueles ligados às suas parcerias. A entrada delas no mercado de trabalho e a consequente independência financeira permitiu que a fase adulta do ciclo de vida fosse dissociada do casamento e, quando casadas, o divórcio se tornasse uma possibilidade diante de um casamento infeliz. O declínio do estigma associado a arranjos familiares não tradicionais e a oposição a instituições tradicionais, como a Igreja, diminuiu as barreiras ao divórcio e permitiu que as mulheres buscassem novas parcerias em novos casamentos ou uniões em coabitação (Lesthaeghe 2010). Esse comportamento se encaixa no que Killewald (2016) chamou de perspectiva da independência econômica que prevê que os casamentos serão mais propensos a se dissolver quando os custos de sair dele forem baixos. E, nesse sentido, mulheres com maior escolaridade e de camadas mais privilegiadas estariam em ampla vantagem por ter melhores condições de assumir os comportamentos até então vanguardistas.

No entanto, trabalhos recentes mostram uma reversão no gradiente educacional e tendem a enfatizar que mulheres com formação universitária tem mais chances de se casar e ter casamentos mais estáveis (Martin, 2006; Cherlin, 2011, 2016, 2018; Van Bavel *et al*, 2018; Perelli-Harris *et al*, 2016; Boertien e Harkonen, 2014). E a desigualdade entre classes opera de forma importante neste contexto, já que algumas evidências mostram que o potencial de ganhos se tornou um ativo importante no mercado de parcerias para mulheres e homens (McLanahan e Percheski, 2008; Cherlin, 2016; Carlson, 2018; Killewald, 2016).

Ao analisar uma série de estudos que apontam taxas mais elevadas de casamento entre mulheres com maior escolaridade, Van Bavel *et al* (2018) concluem que o gradiente educacional positivo pode ser devido ao agravamento das perspectivas daqueles com menos escolaridade. As perspectivas econômicas deteriorantes entre os homens com menos escolaridade podem ter reduzido sua capacidade de casar-se e diminuído a atratividade do casamento para mulheres com menos escolaridade (Van Bavel *et al*, 2018).

McLanahan e Percheski (2008) também acreditam que um potencial limitado de ganhos pode tornar os homens na metade inferior da distribuição de renda menos atraentes como parceiros no casamento, moldando os comportamentos familiares entre os mais desfavorecidos. As autoras entendem que, apesar do aumento do emprego das mulheres, o papel “*breadwinner*” masculino continua a ser uma norma importante, e homens que não conseguem atender às expectativas associadas a esse papel, provavelmente, serão considerados como fracassados pela sociedade, por si e por suas parceiras (McLanahan e Percheski, 2008). As evidências empíricas encontradas a partir de trabalhos etnográficos as deixam convencidas de que o desemprego e o subemprego masculinos podem ser considerados como os principais obstáculos ao casamento e às famílias estáveis.

O estudo de Killewald (2016) sobre o divórcio entre casais norte-americanos casados antes e depois de 1975 apoia a noção de que a norma “*male breadwinner*” não enfraqueceu ao longo dos anos. Ela encontra evidências de que o emprego de período integral dos maridos está associado a menores riscos de divórcio nas coortes mais jovens e nas mais velhas, enquanto os efeitos negativos do emprego de período integral das esposas na estabilidade conjugal diminuiriam entre as coortes.

A restrição financeira não estaria relacionada somente às chances de formação de casamento. Também é importante na manutenção dele. Ao analisar a estabilidade das uniões, Killewald (2016) aponta ser importante considerar a perspectiva de tensão financeira, considerando que os recursos financeiros limitados estressam os casamentos e aumentam o risco de divórcio. De fato, mais uma vez, a desigualdade socioeconômica opera como determinante neste cenário, estando as famílias de camadas menos privilegiadas mais vulneráveis.

As mudanças de comportamento e estilo de vida observadas nos tempos recentes podem, segundo Perelli-Harris *et al* (2016), tornar o casamento vantajoso para aqueles que se complementam, e não para aqueles que se especializam em diferentes domínios (visão de especialização defendida por Becker). Neste contexto, os autores argumentam que os níveis mais altos de educação das mulheres seriam benéficos ao casamento e uma proteção contra o

divórcio, na medida em que os recursos que estas mulheres trazem para a união reduzem o risco e estabilizam o casamento. Além disso, novas demandas do mercado de trabalho e aspirações da classe média resultaram na escolha de um modelo de dupla renda, que muitas vezes beneficia aqueles com maior potencial econômico. Ter uma renda compartilhada mais alta permite ao casal manter um padrão de vida mais alto e protege contra o desemprego ou doença, resultando em maior estabilidade do relacionamento (Perelli-Harris *et al*, 2016).

Um ponto em comum em muitas pesquisas recentes é a conclusão de que as preferências das pessoas pelo tipo de família em que gostariam de criar filhos não mudaram muito nas últimas décadas. Estudos em profundidade feito com jovens americanos mostraram que, em todas as classes, o casamento ainda é bastante valorizado (McLanahan e Percheski, 2008; Cherlin, 2011; 2016). É possível encontrar esse direcionamento até mesmo para o Brasil, a partir da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey/WVS), que entre as rodadas realizadas em 1991 e 2006 mostra uma queda considerável no percentual de pessoas que concordam com a afirmação “casamento é uma instituição ultrapassada”.

Para pesquisadores como Cherlin (2011, 2016) e McLanahan e Percheski (2008), a preocupação que surge, no entanto, é que casais de baixa renda podem encontrar dificuldades em atingir a “linha do casamento” definida como o padrão de vida que um casal deve obter antes de se casar. Cherlin (2011) argumenta que, para os jovens americanos, o casamento só seria uma possibilidade após a estabilidade financeira e o acesso aos recursos financeiros para uma festa com amigos e família. Para o autor, esta atitude sugere que o casamento é um passo simbólico para muitos jovens casais, sendo publicamente celebrado quando o casal está em uma situação financeira adequada e seu relacionamento está bem emocionalmente.

Nesse sentido, McLanahan e Percheski (2008) apostam em um pequeno exercício para mostrar sua preocupação com as diferenças socioeconômicas que podem marcar o casamento:

“If we assume that the marriage bar is some function of the population’s median income (as opposed to an absolute standard), then increases in income inequality make it harder for couples at the bottom of the income distribution to reach the bar. Moreover, if we assume that the bar is a function of the median income of married couples, the distance becomes even greater as marriage becomes increasingly concentrated among high-income couples. Thus, the decline in marriage among low-income populations likely has a negative feedback effect by raising the bar even further” (McLanahan e Percheski, p. 261, 2008).

Cherlin (2016) conclui que uma consequência da dificuldade de alcance da “linha do casamento” seria a preferência por parcerias alternativas que não o casamento. “Um indivíduo

que pondera os benefícios e os custos de uma parceria pode valorizar a estabilidade a longo prazo, mas, mesmo assim, optar por uma união em coabitação com compromisso limitado ou por ter um filho fora de uma união comprometida, porque alternativas à parceria estão disponíveis” (Cherlin, 2016).

Uma linha mais recente de estudos acrescenta ao aspecto econômico, a importância de instituições de gênero na formação e estabilidade conjugal. As tendências ao casamento e ao divórcio podem estar relacionadas a tensões entre parceiros quando os comportamentos de trabalho ou resultados de ganhos são considerados conformes ou desviantes de gênero. Embora vários estudos apontem para a convergência de gênero nas preferências dos cônjuges (Stanfors e Goldscheider, 2017 por exemplo), outros estudos sugerem que os padrões gerais ainda estariam alinhados com o modelo “*male breadwinner–female homemaker*” (Van Bavel *et al*, 2018).

Assim como toda a discussão anterior sobre a preferência por parceiros com potencial de ganhos, Killewald (2016) entende que estas preferências indicam que a norma *male breadwinner* tenha permanecido, mas por outro lado, a norma *female homemaker* enfraqueceu, principalmente para coortes de casamentos recentes. Os achados da autora mostram que, em coortes de casamento mais recentes, pelo menos algum igualitarismo na divisão do trabalho doméstico pode aumentar a estabilidade conjugal.

Para países da Europa, a investigação sobre gradientes socioeconômicos e estabilidade familiar, muitas vezes, mostram resultados variados e é possível observar que muito tem relação com as normas de gênero difundidas no país em estudo. Bertrand *et al* (2016) investigaram as tendências temporais sobre a escolaridade das mulheres e a formação de uniões em vários países encontrando um gradiente positivo para Reino Unido e Irlanda e nos países nórdicos Suécia e Finlândia. Por outro lado, nos países do sul da Europa, as taxas recentes de casamento ainda são mais baixas para mulheres com alto nível de escolaridade. Estas descobertas estão associadas às normas de gênero no nível do país: nos países em que as pessoas tendem a concordar com a afirmação de que os homens têm mais direito a um emprego do que as mulheres quando os empregos são escassos, as mulheres com alta escolaridade tendem a menor probabilidade de se casar do que mulheres com menos escolaridade (Bertrand *et al*, 2016).

Carlson (2018) mostra resultados de uma pesquisa feita para vinte e cinco países europeus (Kalmijn *apud* Carlson, 2018) que constatou que, para as mulheres, o ensino superior está negativamente relacionado ao casamento quando os papéis de gênero são altamente segregados, mas está positivamente relacionado ao casamento em países com igualdade de

gênero. Na mesma pesquisa, também foi investigado o efeito do gradiente educacional sobre o divórcio. No geral, homens - mas não mulheres - com ensino superior eram menos propensos a se divorciar. No entanto, a associação diferiu pelas atitudes de gênero nos países - uma educação superior foi associada a uma menor probabilidade de divórcio em sociedades igualitárias de gênero, mas a uma maior probabilidade de divórcio em países mais tradicionais de gênero (Carlson, 2018).

Em um estudo longitudinal usando dados de 1968 a 2012, Pessin (2017) faz um claro teste de validade da estrutura da Teoria da Revolução de Gênero (Goldscheider, Bernhardt & Lappegård, 2015) para o contexto americano, entre o final da década de 1960 e o início de 2010. Além disso, verifica se a relação entre normas contextuais de gênero e dinâmica do casamento é a mesma entre grupos educacionais. Ela descobriu que o aumento do igualitarismo de gênero estava inicialmente associado negativamente às taxas de casamento. No entanto, para as mulheres com educação superior, a associação se tornou positiva quando o igualitarismo de gênero continuou a aumentar. Portanto, para mulheres com nível superior, a relação entre normas de gênero e casamento seguiu de perto as previsões da estrutura da Revolução de Gênero, de uma relação em forma de U entre normas igualitárias de gênero e casamento. Um aumento inicial no igualitarismo, quando as normas de gênero eram principalmente tradicionais, previa um declínio no casamento. No entanto, o relacionamento reverteu à medida que as normas igualitárias de gênero se tornaram dominantes. Em níveis muito altos do índice de normas de gênero, as mulheres com ensino superior até experimentaram uma maior probabilidade de casamento em relação às suas colegas menos instruídas (Pessin, 2017).

Estes resultados estariam em conformidade com a previsão de Cherlin (2016) ao criticar a aplicabilidade da Revolução de Gênero de maneira igual à todas as populações e subgrupos. Os testes feitos para a Europa (Kalmijn *apud* Carlson, 2018) e EUA (Pessin, 2017) indicam uma clara variação por escolaridade e contexto social. Neste último caso, assim como colocado por Andersen e Billari (2015), a difusão de normas igualitárias de gênero no contexto regional tem uma importante relação com os resultados familiares. Um exemplo é observado no trabalho de Cooke (2006). Usando dados de casais que se casaram pela primeira vez entre 1985 e 1995, Cooke (2006) descobriu que, quando os maridos fazem uma parte maior do trabalho doméstico, eles têm menos probabilidade de se divorciar nos Estados Unidos, mas mais probabilidade de se divorciar no oeste da Alemanha. No oeste da Alemanha, a política social há muito tempo reforça o modelo *male breadwinner* e qualquer afastamento da divisão do trabalho em esferas separadas estaria associado à instabilidade conjugal (Van Bavel *et al*, 2018).



Este conjunto de estudos tem como característica principal a possibilidade de avaliar a trajetória de uniões por dados longitudinais. Esse tipo de informação mostrou-se essencial na determinação da formação e estabilidade conjugal, a depender dos fatores estudados, sejam econômicos ou de normas de gênero. Na literatura nacional não se encontra essa riqueza de análise em razão da especificidade dos dados brasileiros: dispõe-se de dados transversais para tratar de questões que seriam mais bem compreendidas a partir de dados longitudinais. Mesmo assim, tentativas são feitas e chegam a resultados que, de alguma forma, nos dão evidências válidas para entender o que acontece no contexto nacional.

Partindo da perspectiva proposta por Cherlin (2016), ao indicar a coabitação e a maternidade dissociada do casamento como perspectivas alternativas e mais instáveis ao casamento, alguns estudos dão conta de como o gradiente socioeconômico é importante para determinar esses comportamentos e mudanças dos padrões observados ao longo do tempo.

Esteve, Lesthaeghe e Lopez-Gay (2012) buscaram entender os determinantes históricos e recentes da coabitação para países da América Latina incluindo o Brasil. Para tanto, os autores fazem uma diferenciação entre dois tipos de coabitação: a antiga e a nova. A primeira é caracterizada pela comum incidência de coabitação em grupos étnicos não europeus ou grupos racialmente mistos e em estratos sociais mais baixos. Esse tipo de coabitação já era observado antes da metade do século XX, ou seja, antes de qualquer resposta a mudanças ideacionais e de normas de gênero. O segundo tipo tornou-se mais frequente durante a segunda metade do século XX, e continuou até o início do século XXI, entre grupos que dificilmente viam a coabitação como norma comum antes.

Os autores encontraram o que eles chamaram de "boom da coabitação", observado desde a década de 1960, em alguns casos, e acelerando, nos anos 1990, na maioria dos países. Isto vale particularmente para o Brasil, que iniciou a série com níveis relativamente baixos de coabitação "antiga" ou tradicional. Os autores afirmam que uma parte considerável do boom se deve à "nova" coabitação. Além disso, o gradiente negativo de coabitação com a educação feminina foi aliviado ao longo do tempo (mas não se reverteu), uma vez que o aumento da coabitação afetou todas as categorias educacionais, com os grupos de ensino médio e os mais instruídos alcançando uma extensão significativa.

Em um trabalho mais recente, Esteve *et al* (2016) mostram a proporção de mulheres em coabitação no Brasil para dados do Censo de 1970 a 2010. O resultado geral até 2010 é claro: o gradiente educacional da coabitação permanece negativo o tempo todo e torna-se mais acentuado apesar dos níveis subirem de maneira muito sistemática entre todos os estratos sociais. Eles mostram que a coabitação não é mais uma prerrogativa das mulheres com menos

escolaridade e também não é mais uma característica exclusiva da população não branca. Às conclusões eles acrescentam que a probabilidade de coabitação depende não apenas das características do nível individual, mas também de efeitos contextuais adicionais que operam no nível das mesorregiões. Além disso, a progressão ao longo do tempo mostra um claro perfil de coorte estável que se estende por toda a vida útil, pelo menos até as idades de 50 e 60. Portanto, a coabitação no Brasil não se assemelha ao perfil encontrado em grande parte da Europa e nos Estados Unidos: não seria um padrão de breves testes de parceria seguidos por casamento, mas uma coabitação prolongada (Esteve *et al*, 2016).

A importância do gradiente educacional nas chances de coabitar também foi resultado de um estudo feito por Cunha e Verona (2019). Comparando dados do Censo brasileiro para os anos de 1980 e 2010, os resultados mostram que, apesar de a união informal estar se tornando mais comum para todos os segmentos sociais, as mulheres de maior escolaridade e classe social ainda apresentam maior chance de optarem pela união formal, ou seja, o casamento com certificado civil. As autoras ainda acrescentam que os diferenciais por escolaridade aumentaram entre 1980 e 2010, indicando que essa preferência se tornou mais forte ao longo do tempo no país.

As autoras também contestam a afirmação de que o crescimento da união informal no Brasil seria um indício da STD (presente nos trabalhos de Esteve, Lesthaeghe e Lopez-Gay, 2012 e Esteve *et al*, 2016). Apesar de os resultados apontarem para uma expansão da união informal no Brasil, elas ainda parecem ser majoritariamente do tipo tradicional, não permitindo assim, afirmar que se tornou uma alternativa amplamente considerada ao casamento formal no país.

O contexto da gravidez no Brasil também sofreu mudanças consideráveis ao longo dos anos. Esteve e Florez-Paredes (2018), em uma análise para dados dos censos brasileiros (1991, 2000 e 2010) mostram que a porcentagem de mulheres de 25 a 29 anos que são mães é mais alta entre aquelas com ensino fundamental, intermediária entre as mulheres com apenas o ensino médio e menos comum entre as mulheres com ensino superior. Isso indica que mulheres com alta escolaridade têm filhos em idades posteriores, quando comparados com mulheres com níveis mais baixos de educação. Mas o resultado que mais chama atenção dos autores é a mudança no contexto de parceria da criação de filhos. Isso é mais perceptível entre as mulheres com ensino médio ou menos. Para esses dois grupos, a proporção de mulheres que criam filhos no casamento está diminuindo.

Vieira, Verona e Martins (2019) ressaltam que, apesar da rápida difusão da coabitação também entre as mulheres das camadas mais privilegiadas, entre elas prevalece a prática de ter

filhos dentro do casamento. Avaliando os dados dos Censos de 1980 e 2010, os resultados mostram claramente uma queda na fecundidade entre as mulheres mais educadas, mas quanto mais escolarizada a mulher, maior a proporção de fecundidade realizada dentro do casamento nos dois pontos observados no tempo (Vieira, Verona e Martins, 2019).

A fecundidade realizada fora de qualquer tipo de união (maternidade solo) cresce em todos os grupos educacionais entre 1980 e 2010 mas, é entre as mulheres de menor instrução que o fenômeno mais se destaca. Por fim, a decomposição da fecundidade por status conjugal segundo escolaridade e religião feita por estes autores revelam que os diferenciais impostos pela educação parecem ser mais resistentes ao longo do tempo. A contribuição das mulheres casadas para a fecundidade também é mais acentuada em grupos mais conservadores do ponto de vista religioso e em grupos mais privilegiados do ponto de vista educacional.

Como ressaltado anteriormente, para dados brasileiros há a dificuldade de avaliar uma transição de status conjugal, impedindo que se obtenha de maneira direta uma medida de estabilidade/instabilidade familiar. Isto explica a falta de trabalhos na literatura brasileira que explorem profundamente a questão da instabilidade familiar e suas associações. Na literatura americana, onde o tema já está bastante desenvolvido, ainda há a preocupação de entender os efeitos da instabilidade das uniões sobre a diversidade de estruturas familiares e a complexidade associada a elas.

A relação da instabilidade conjugal com a complexidade será aprofundada no próximo capítulo. De antemão, o que se pode dizer é que a complexidade pode se desenvolver em estruturas familiares que escapam ao rito tradicional de formação de famílias nucleares quando, por exemplo, homens e mulheres passam por uniões instáveis, vivenciam o divórcio, casam-se novamente, têm filhos com diferentes parceiros ou vivem a maternidade solo (no caso das mulheres). Em muitos casos, o enfraquecimento da conjugalidade acaba sendo substituído por composições familiares que ofereçam algum tipo de suporte de outros parentes, seja material ou de cuidado, principalmente quando há crianças.

Em países mais pobres, a família estendida carrega consigo uma função de suporte, mas, principalmente no caso brasileiro, assume traços de complexidade por conterem em sua composição núcleos familiares que, de alguma forma, experimentaram a instabilidade conjugal, como as mães solo que corresidem com seus pais (avós da criança, formando uma família multigeracional). Infelizmente, ainda não há trabalhos na literatura que retratem como se dá essa relação. Esse trabalho visa suprir essa lacuna ao fazer uma leitura mais profunda sobre as famílias estendidas, em sua composição e em seus marcadores socioeconômicos.

### 3. CONSTRUÇÃO DA RELAÇÃO COMPLEXIDADE E INSTABILIDADE

Buscando alcançar os objetivos propostos, pretende-se, para cada um deles, adotar uma abordagem metodológica específica, as quais serão apresentadas nos capítulos seguintes. No entanto, antes disso, este capítulo é destinado a esclarecer os conceitos de instabilidade e complexidade familiar, bem como a relação entre eles, fundamental para as premissas que foram adotadas no desenvolvimento deste trabalho.

A complexidade e a instabilidade são constantemente citadas na literatura (principalmente a americana) em discussões que buscam entender a diversidade encontrada nos arranjos familiares. Neste trabalho, esses termos são utilizados com frequência para sustentar as mudanças ocorridas nas estruturas das famílias. Apesar de cada um carregar consigo uma importante definição, vê-se adiante que eles estão amplamente associados, principalmente se considerarmos as mudanças observadas na composição das famílias a partir da segunda metade do século XX.

De acordo com Carlson e Meyer (2014), a complexidade se caracteriza pelo afastamento do equilíbrio da família nuclear. Ocorre quando o casamento e os vínculos legais, a fecundidade e a parentalidade não são coincidentes, ou seja, quando os papéis e os relacionamentos divergem do esquema familiar nuclear simples. Para facilitar o entendimento, os autores propõem um exercício simples: pense em jovens que se casam, começam a viver juntos a partir do casamento, tem seus filhos em sequência e não se divorciam ou têm filhos com outros parceiros. Essa é a família nuclear (ou a família conjugal como propôs Goode (1963) na sua teoria da mudança familiar), caracterizada pelo casamento duradouro e a concomitância entre coresidência, casamento e parentalidade.

Quando isso não ocorre ou quando a conformação familiar observada dentro dos domicílios se afasta dessa configuração simplista de formação de famílias, as diversas variações observadas na composição em conjunto com seus marcadores socioeconômicos definem a complexidade estrutural familiar. Assim, são exemplos da complexidade familiar: (1) famílias reconstituídas, em que um dos pais tem parentesco biológico com o(s) filho(s) e o outro adulto tem parentesco social com o(s) filho(s) do primeiro progenitor; (2) famílias monoparentais, em que a mãe tem filhos com dois ou mais companheiros (que podem ou não ter morado com ela); (3) famílias de três gerações, em que filhos, pais e avós compartilham a mesma residência (4) *skip generation* ou geração pulada, quando netos vivem com seus avós na ausência dos pais e (5) famílias em que filhos adultos (com seus cônjuges ou não) vivem com seus pais.

A complexidade familiar não é nova. Mas mudou a forma como se apresenta. Com altas taxas de mortalidade no início do século XX, não era incomum que um homem ou mulher perdesse um cônjuge para a morte durante os anos de criação dos filhos, e então, se casasse novamente (Bumpass, 1984). Uma mulher poderia, assim, ter filhos com um novo parceiro depois de perder o marido ainda em seus anos reprodutivos. Um homem de qualquer idade poderia ter filhos com uma nova mulher, depois de perder sua esposa ou companheira (Carlson e Meyer, 2014).

Hoje, ainda que ocorra, não é mais a mortalidade o principal fator que antecede a complexidade. A instabilidade das uniões, definida pela decisão do casal de não estarem mais juntos (e não pela morte), estaria levando a um aumento na complexidade familiar. As formas mais recentes de instabilidade da união ocorrem principalmente porque os indivíduos não entram em uma união (estável) antes de ter filhos (gravidez não conjugal) ou porque a gravidez ocorre dentro de uniões que não duram até o final do período reprodutivo da mulher (separação ou divórcio) (Carlson e Meyer, 2014). Com o aumento do divórcio, a partir da segunda metade do século XX, o novo casamento e a gravidez subsequente também aumentaram a complexidade da família.

Concentrando-se no contexto brasileiro, as bases de dados existentes não permitem medidas de instabilidade conjugal. Não dispomos de bases longitudinais que permitiriam identificar a instabilidade conjugal por meio da média de duração do casamento. Também não dispomos de pesquisas que avaliem a (in)satisfação conjugal, que pode ser utilizada como uma proxy da instabilidade. Assim, somente torna-se possível avaliar a duração das uniões por meio de arranjos familiares caracterizados pela instabilidade e sua consequente associação com complexidade familiar.

É possível encontrar na literatura bases que justifiquem essa estratégia metodológica. Trabalhos como de Fussel e Palloni (2004) e Musick e Michelmore (2018) discutem a instabilidade associada a coabitação (uniões informais). A hipótese levantada é que esse tipo de união seria mais instável por se relacionar com transições familiares precoces, principalmente no contexto da América Latina. As famílias monoparentais, por outro lado, podem ser resultado da instabilidade de uniões e ser marcada por laços familiares enfraquecidos (Cherlin, 2016 e Seltzer, 2019). Por fim, as famílias reconstituídas também poderiam apresentar mais chances de instabilidade conjugal já que ter um filho de um relacionamento anterior estaria associado a maiores chances de dissolução (Musick e Michelmore, 2018 e Seltzer, 2019). Ainda há poucas possibilidades de identificar as famílias reconstituídas nos

principais *surveys* disponíveis com dados para o Brasil. No Censo Demográfico, é possível somente no ano 2010<sup>7</sup>. Por esse motivo, esse tipo familiar não será abordado aqui.

Como será visto adiante, um esforço será empregado na discussão das famílias estendidas brasileiras. A conexão das famílias estendidas com a complexidade e instabilidade acontece à medida que se observa uma mudança no perfil de coresidência deste tipo familiar, que deixou de ser horizontal para ser vertical, mas não somente isso, por também incorporar indicadores de erosão familiar presentes nos núcleos que formam o arranjo estendido, que podem ser, em sua maioria, de arranjos monoparentais.

Em sociedades pré-industriais a família estendida era o modelo central de arranjo familiar e mantinha um caráter de estabilidade, uma vez que sua segurança repousava na continuidade da família entre gerações. Conforme mostrado na seção anterior, na evolução para uma sociedade industrial, as famílias estendidas deram lugar à família nuclear e a estabilidade passou a se expressar fortemente na conjugalidade.

No entanto, em países mais pobres, principalmente na América Latina, a coresidência familiar na forma estendida nunca deixou de ser importante, não declinando como ocorrido em países desenvolvidos (Ruggles e Heggeness, 2008). O que se modificou foram as formas de extensão que hoje tendem a se desenhar pela presença de um neto, principalmente quando acompanhado somente da mãe ou de nenhum dos pais, muitas vezes financeiramente dependente dos avós (Kennedy e Ruggles, 2012; Heggeness, 2010; Dunifon *et al*, 2014). Nesta nova conformação estendida a instabilidade se configura principalmente na presença de núcleos monoparentais, decorrentes uniões de instáveis. Conseqüentemente, a complexidade se manifesta com a formação de uma família multigeracional que seria, na forma atual, uma compensação à falta de um vínculo conjugal estável.

Destaca-se por fim, um ponto importante sobre a complexidade: sua associação à estratificação socioeconômica. A literatura americana, fortemente desenvolvida sobre o tema, é enfática ao dizer que a complexidade familiar ocorre desproporcionalmente entre aqueles de baixo status socioeconômico (Carlson e Meyer, 2014; Furstenberg, 2014; Cherlin e Seltzer, 2014; dentre outros). Nesse sentido, é possível entender por que a complexidade nos seus moldes atuais (já que ela sempre existiu) é tão importante no campo científico: ela carrega consigo marcadores de vulnerabilidade social e tem implicações nas discussões sobre o bem-estar e políticas públicas.

---

<sup>7</sup> Pela primeira vez, o Censo 2010 incluiu no questionário aplicado a todos os domicílios do Brasil a pergunta sobre a situação dos filhos nas famílias. Foi verificado se o filho é do casal, apenas do responsável ou apenas do cônjuge permitindo assim, serem identificadas as famílias reconstituídas.

#### 4. A MUDANÇA NAS FAMÍLIAS E A COMPLEXIDADE (INSTABILIDADE) VISTA NOS CENSOS DEMOGRÁFICOS BRASILEIROS

Para pensarmos sobre a evolução da família brasileira é importante partirmos de uma perspectiva histórica. A interdisciplinaridade observada nos estudos sobre o tema mostra a importância e grandeza das funções socioeconômicas desempenhadas pela família na organização e desenvolvimento da sociedade brasileira. No entanto, por muito tempo, o perfil e a composição das famílias brasileiras ao longo da história de formação do país eram desconhecidos por muitos estudiosos da área.

Datam do início do século XX as primeiras análises da família no Brasil liderados, principalmente, por antropólogos e sociólogos. Três autores, Gilberto Freyre, Oliveira Viana e Antônio Cândido, com publicações entre 1930 e 1950, são constantemente referenciados quando se apresenta o perfil da “tradicional família brasileira”. Mas são os argumentos de Freyre (2001), em sua obra *Casa Grande e Senzala*<sup>8</sup>, que são tomados como as principais referências da história da família, como também de uma ampla variedade de questões históricas no Brasil (Barickman, 2003).

A típica família brasileira do período colonial e até pelo menos o final do século XIX, seria uma família rural, patriarcal e extensa. Definida como um grupo complexo e numeroso, composto pelo núcleo conjugal e sua prole legítima, ao qual se incorporavam parentes, afilhados, agregados, escravos e até mesmo concubinas e bastardos; todos abrigados sob o mesmo domínio, na casa-grande ou na senzala, sob a autoridade do patriarca (Teruya, 2016).

Em sua obra, Freyre não definiu o conceito de família patriarcal, nem mesmo o que entendia por família. Mas a estrutura que descreveu sobre a casa-grande, na região de lavoura canavieira do Nordeste, passou a representar o modelo teórico da estrutura das famílias brasileiras (Almeida, 1987; Samara 1987; Barickman, 2003). Os trabalhos que se seguiram partiram desta referência, seja para ampliar suas hipóteses ou para contestá-las, neste último caso ressaltando sua limitação como uma descrição da organização familiar brasileira.

Em comum em todos os trabalhos está o reconhecimento do modelo familiar de Gilberto Freyre para a representação da ordem social e cultural do país. Para muitos (Almeida, 1987; Bilac, 1995) há um modelo ideológico que caracterizou a importância da família na definição de relações, na representação de um grupo estruturado dentro de uma hierarquia, na definição de papéis na organização econômica, social e política de uma região. A família brasileira seria

---

<sup>8</sup> A 1ª edição da obra foi publicada em 1933.

o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, gerando um modelo com características patriarcais e com tendências conservadoras em sua essência (Samara, 1987).

Porém, para aqueles que desejavam testar a representatividade dos argumentos de Freyre para a dinâmica de formação e organização da vida familiar, faltavam registros e base empírica de modo a atestar a veracidade de um padrão extensível a toda população brasileira.

Nas décadas de 1960 e 1970, quando a historiografia brasileira viveu um período de grande produção, a compreensão dos sistemas familiares do passado passou a contar com os trabalhos produzidos no âmbito da Demografia Histórica. Segundo Bacellar *et al* (2005), a origem da demografia histórica brasileira esteve fortemente atrelada à chamada escola francesa, que tinha por base o método de reconstituição de famílias desenvolvido na década de 1950, por Louis Henry. Anos mais tarde, a reconstituição familiar tornou-se uma ferramenta poderosa nas mãos do *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure*, fundado em 1964. Peter Laslett e seus colaboradores desenvolveram o método de reconstituição de famílias de Louis Henry para os registros paroquiais ingleses e estabeleceu como princípio de investigação o grupo familiar corresidente (*household*), e não a rede de parentesco nem as relações familiares entre domicílios distintos (Teruya, 2016).

Essas duas escolas analíticas moldaram grande parte da produção nacional em demografia histórica, história da população e história da família (Bacellar *et al*, 2005). Para Scott (2009), os trabalhos produzidos foram fundamentais para expor a diversidade de arranjos familiares brasileiros que se mostraram variantes no tempo, no espaço e de acordo com os distintos grupos sociais, o que permitiu uma fuga da generalização do modelo teórico familiar de Gilberto Freyre.

A abertura teórico-metodológica proporcionada pela demografia histórica permitiu ao estudo histórico da família brasileira a inserção de fontes variadas de informações, baseada na exploração de duas séries documentais principais: os registros paroquiais e as listas nominativas de habitantes, também conhecidas como maços de população ou censos nominativos. Além disso, possibilitou que as famílias brasileiras fossem conhecidas pela composição demográfica e por critérios de corresidentência, permitindo que identifiquemos a família brasileira do passado a partir da composição do grupo domiciliar.

As listas nominativas relacionavam informações detalhadas sobre cada indivíduo, livre ou escravo: nome, idade, grau de parentesco ou de relação com o chefe do domicílio, estado conjugal, cor, naturalidade e ocupação, além dos dados sobre a atividade econômica do domicílio. É uma documentação de caráter seriado, que organizava a população em fogos ou



domicílios, isto é, arrolava e sistematizava todos os indivíduos de uma dada vila segundo critérios de corresidência (Scott, 2009). São registros concentrados entre os anos de 1750 e 1850, trazendo características, principalmente, das populações de distritos de São Paulo e Minas Gerais.

Apesar da limitação dos registros no espaço (por serem regionalizados) e no tempo (para o século XVIII e XIX), a nova abordagem investigativa inserida pela demografia histórica provocou uma “revisão” do modelo familiar brasileiro. Os estudos baseados nesse tipo de documentação mostraram que, em sua grande maioria, nos fogos se organizavam grupos familiares com uma estrutura nuclear, com ou sem escravos, não sendo regra a presença de numerosos parentes, agregados e outros dependentes livres (Barickman, 2003)<sup>9</sup>. Os fogos habitados por famílias extensas e complexas não eram a norma no Sudeste brasileiro (Samara, 1983; Marcílio, 1986).

Essas pesquisas ajudaram a refutar a imagem única de família, revelando uma diversidade regional e social no Brasil do final do século XVIII e das primeiras décadas do século XIX. Também ajudaram a dissociar alguns conceitos que se confundiam: o de família brasileira que era sinônimo de patriarcal, e mesmo o de família patriarcal que muitas vezes foi usado como sinônimo de família extensa (Samara, 1987). A visão tradicional da casa-grande patriarcal que se associa a Freyre, quando referida a uma estrutura extensa, com a presença de um grande grupo de parentes, mostrou aos estudiosos da família brasileira que o mito da família estendida no Brasil, decorreu, em grande medida, das definições diferentes do conceito de família. Por um lado, a família como uma rede de parentesco, ou seja, como parentela; e, por outro, a família como grupo doméstico censitário, isto é, conforme as listas nominativas, um fogo ou um domicílio. As contradições entre as conclusões começam a se desfazer assim que se levaram em conta a distinção entre as duas definições de família (Barickman, 2003).

Uma análise que se limita ao conhecimento da estrutura e composição do domicílio não permite que as relações entre parentes em domicílios distintos sejam exploradas para compor um conceito de família. Por isso mesmo que autores como Barickman (2003) e Samara (1983, 1987) não invalidam a noção de família patriarcal proposta por Gilberto Freyre. No entanto, as abordagens sobre o grupo domiciliar e a identificação das relações de parentesco entre aqueles

---

<sup>9</sup> Além de trazer essa conclusão a partir de estudos para populações registradas em listas nominativas do Sudeste brasileiro, Barickman (2003) faz uma análise das estruturas domiciliares para uma freguesia da Bahia, Santiago Maior do Iguape, para o ano de 1835. Comparando seus resultados aos estudos de colegas como Ramos (1978) e Marcílio (1986), Barickman (2003) mostra que a proporção de unidades domésticas nucleares entre os fogos analisados no Iguape é igual ou, em alguns casos, até superior àquela encontrada, no início do século XIX, em algumas áreas do Sudeste brasileiro.

que corresidem refutou, para muitos autores, o mito da dominância da família extensa<sup>10</sup> e do domicílio complexo – esse, tal qual descrito por Costa (1991) como “o domicílio que congregava, além do núcleo familiar básico, parentes integrantes do mesmo e/ou núcleos familiares secundários, igualmente compostos por pessoas que mantinham laços de parentesco com aqueles primeiros”.

Em muitos estudos, para diferentes vilas e distritos do país, o peso relativo dos domicílios complexos não se mostrou expressivamente distinto. Reservadas as diferenças de metodologias, a família extensa era apenas uma das formas de organização familiar e representavam, de 20 a 30% dos domicílios das vilas/distritos estudados (Samara, 1983; Ramos, 1978; Marcílio, 1986; Barickman, 2003). Comparados aos números atuais, para autores como Costa e Nozoe (1987) e Samara (2002), ao menos quanto à estrutura domiciliar, a família brasileira não apresentou grandes transformações.

Já com dados do século XX, mais especificamente a partir do exame das informações dos censos de 1960 até 2000, Wajnman (2012) mostra que a proporção de domicílios estendidos, passou de 16% dos domicílios (20% das pessoas) em 1960 para 20% dos domicílios (27% das pessoas) em 2000. São números até mais baixos do que aqueles relatados para o período colonial. Não se descarta que esse cenário possa sinalizar que, também no Brasil, a estrutura das famílias se adaptou ao processo de modernização e industrialização, quando a família nuclear passa a responder às necessidades de autonomia e individualização (assim como apresentado na seção 2.1).

Ainda que os números deixem a impressão de que, a complexidade estabelecida no domicílio estendido (ou extenso, ou ampliado, aqui usados como sinônimos), não mudou sua representatividade ao longo do tempo (quando se compara ao período colonial), é possível que a forma de se apresentar, ou seja, o tipo de extensão nesse tipo de estrutura familiar, tenha mudado. Com os números trazidos por Wajnman (2012), além de se observar o aumento da frequência deste tipo de arranjo, na segunda metade do século XX, verifica-se que há um declínio na extensão horizontal (definida pela presença de irmãos, tios, primos, sobrinhos do

---

<sup>10</sup> É possível encontrar em alguns trabalhos os termos família extensa/estendida sendo usadas como sinônimo de domicílios extensos/estendidos. Neste trabalho, os dois termos são utilizados de forma intercambiável somente porque na abordagem metodológica aqui utilizada, a unidade de análise é o domicílio e, na composição deste, considera-se a família domiciliar. A família domiciliar, por sua vez, pode ser nuclear, quando há um núcleo do tipo casal, casal e filhos, pai e filhos ou mãe e filhos, ou estendida quando há dois ou mais núcleos familiares ou um núcleo e outros parentes. Como já foi apresentado, a família extensa referenciada na histografia brasileira por vezes sofre de um viés de definição conceitual, muitas vezes não sendo muito precisa se se refere a famílias com grande número de integrantes parentes (corresidentes ou não) ou domicílios com numerosas famílias coabitantes.

chefe ou do cônjuge do chefe) e observa-se maior frequência da extensão vertical (decorrente da presença de netos, bisnetos, pais, avós do chefe ou seu cônjuge).

Na literatura atual, principalmente para países em desenvolvimento como o Brasil, observa-se que uma razão associada à maior incidência da extensão vertical é o aumento da maternidade solo, associado à maior probabilidade de que as mães sem cônjuges permaneçam corresidentes com seus pais. Para esta tese, o que se vê é uma das formas com as quais a complexidade moderna pode se apresentar. A partir das concepções sobre a complexidade discutidas no capítulo 3, a estrutura familiar estendida mais recente, observada no trabalho de Wajnman (2012), pode ser o resultado da presença de núcleos monoparentais nestes domicílios, decorrentes da falta de um vínculo conjugal estável, configurando uma complexidade que se manifesta na formação de uma família multigeracional. Além disso, considera-se a hipótese de que esta complexidade familiar esteja associada à um status socioeconômico menos privilegiado.

O esforço empírico apresentado nas seções seguintes tem como objetivo ir além do interesse sobre a representatividade da família estendida na composição da estrutura familiar brasileira. Aprofunda-se os achados de Wajnman (2012) ao incluir na análise mais um ano de dados censitários (2010) e desenvolver, para os dados do Censo, uma metodologia capaz de identificar o número e a composição de famílias corresidentes em um domicílio estendido. A investigação dos núcleos familiares que compõe o domicílio estendido surgiu como uma fonte valiosa de informação da complexidade das famílias. Estes núcleos familiares foram identificados, contados e caracterizados, a partir da relação de parentesco entre os corresidentes do domicílio. Os resultados são apresentados para uma série histórica e as diferentes fotografias das famílias brasileiras ao longo desses anos nos contam as mudanças nas composições familiares complexas, identificando a estratificação social a elas associada.

#### **4.1. Dados e métodos**

A análise descritiva aqui proposta objetiva conhecer as mudanças ocorridas ao longo da segunda metade do século XX na composição das famílias brasileiras e os fatores socioeconômicos e demográficos associados. Nesse ponto, o interesse é explorar o aumento da complexidade dos arranjos familiares, dada a sua relação com a instabilidade das uniões e o desencadeamento de novas formas de convivência. Como bem apresentado por Wajnman (2012), já se sabe que, nesse período houve, no Brasil, um aumento relativo das famílias

monoparentais e estendidas, duas formas de famílias complexas, assim como explicado anteriormente.

O período de análise considerou os anos de 1960 a 2010 e isso se justifica por dois motivos. Primeiro, esse é justamente o período identificado na literatura para as maiores mudanças ocorridas nas estruturas familiares, sendo o início caracterizado pela presença de choques exógenos – métodos contraceptivos, elevação do nível educacional das mulheres e sua entrada no mercado de trabalho etc. – essenciais para a quebra do equilíbrio até então existente em famílias nucleares. O outro motivo diz respeito à base de dados. Utilizou-se os Censos de 1960 a 2010, já compatibilizados e disponíveis no banco de dados do *Integrated Public Use Microdata Series* (IPUMS).

O Projeto IPUMS é uma colaboração da Universidade de Minnesota com Escritórios Nacionais de Estatística dos Estados Unidos e algumas organizações internacionais. Ao usar as bases de dados disponibilizadas pelo projeto, o pesquisador tem acesso ao maior arquivo de amostras de Censo disponíveis ao público, que são codificadas, harmonizadas e documentadas de forma consistente entre países e ao longo dos anos, permitindo que análises comparativas sejam feitas. E, especificamente para o estudo de famílias, o esforço do projeto em identificar relações de parentesco em cada domicílio do Censo, possibilitou a disponibilização nos bancos de dados variáveis apontadoras (pointers), fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

As variáveis apontadoras identificam a localização das mães (MOMLOC), pais (POPLOC) e cônjuges (SPLOC) de cada um dos membros do domicílio por meio de um conjunto de regras de parentesco. A aplicação dessas regras ocorre de maneira bem direta em casos em que se tem relações definidas com a pessoa de referência do domicílio. Para casos não tão diretos, uma regra de inferência é aplicada, muitas vezes observando relações diretas com outros corresidentes e a diferença de idade entre eles. Assim como coloca Wajnman (2012), outras informações disponíveis nos censos, como informações sobre filhos sobreviventes das mulheres podem ser levadas em consideração no intuito de inferir ou excluir relações.

Como já exposto anteriormente, a unidade principal de análise é o domicílio. Neles foram identificadas as famílias conviventes ou núcleos familiares. Portanto, seguindo a característica das pesquisas domiciliares, a família identificada neste trabalho corresponde ao conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica. Casos em que a família convivente principal reside com núcleos familiares secundários formados por não parentes, não foram objetos de estudo deste trabalho.

Nos censos demográficos do IBGE, as definições de famílias e domicílios sofreram diversas modificações ao longo dos anos. Hoje, o domicílio, utilizado como unidade de enumeração dos censos, aproxima-se do conceito de unidade doméstica (household, hogar) recomendado pelas Nações Unidas<sup>11</sup>. Definido pelo IBGE para as pesquisas domiciliares mais recentes, o domicílio é, portanto:

*“o local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência se entende quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Só se caracteriza corretamente domicílio quando forem atendidos simultaneamente os critérios de separação e independência”* (IBGE, Manual do Censo de 2010).

Como se verá adiante, o nível de detalhamento das relações entre os residentes do domicílio variou bastante entre os censos. As relações reportadas se limitam a relação dos residentes à pessoa de referência da unidade. Até 1991, esta pessoa recebia a denominação de chefe (do domicílio ou da família, quando esta ainda era identificada no inquérito). A partir do censo de 2000, passou a ser denominada pessoa responsável (do domicílio ou da família<sup>12</sup>) e não há definido nenhum critério para sua escolha. A única orientação é que alguém presente no domicílio, e não o entrevistador, seja quem deve comunicar quem será considerado o responsável pelo domicílio (ou pela família) (Cavenaghi e Alves, 2011). Para fins de simplificação e conveniência na descrição da metodologia e dos resultados, chefe, responsável e pessoa de referência são usados aqui como sinônimos. Os termos utilizados não carregam em seu significado conceitos distintos sendo, portanto, somente a indicação da pessoa de referência no domicílio.

---

<sup>11</sup> Definido com base na noção de provisão de alimentação e outros bens essenciais à subsistência. Para maior detalhamento da evolução dos conceitos ver Wajnman (2012) e Cavenaghi e Alves (2011).

<sup>12</sup> A pessoa de referência da família e as relações desta com os demais residentes deixaram de ser registradas no Censo de 2010. Esta questão será retomada mais adiante.

#### 4.1.1. Identificação das relações de parentesco e dos arranjos familiares do domicílio nos Censos Demográficos Brasileiros

A identificação de parentesco necessária para a caracterização das famílias domiciliares brasileiras passa pela construção e aplicação de um algoritmo computacional<sup>13</sup> capaz de traçar, para todos os presentes no domicílio, sua relação de parentesco com todos os demais corresidentes. Uma ilustração feita por Wajnman (2012) exemplifica o que se pretende com esta ação. Na Figura 4 define-se uma matriz  $C_{ij}$  (com  $i=j$ =número de membros do domicílio) como a matriz de relações de parentesco e não parentesco de uma família de 7 membros.

Figura 4 - Matriz de relações de parentesco e não parentesco dos membros  $i$  com membros  $j$  – exemplo de um domicílio com 7 membros

Relação entre membros	responsável	conjuge	filho(a), enteado(a)	neto(a)	pai,mãe, sogro(a)	irmão, irmã	outro parente	não parente
responsável	-	conjuge	filho(a), enteado(a)	neto(a)	pai,mãe, sogro(a)	irmão, irmã	outro parente	não parente
conjuge	conjuge	-	filho(a), enteado(a)	neto(a) ?	pai,mãe, sogro(a)	outro parente	outro parente ?	não parente
filho(a), enteado	pai, mãe, madrasta, padrasto	pai, mãe, madrasta, padrasto	-	filho ou sobrinho?	avô, avó ?	tio (a)	outro parente ?	não parente
neto (a)	avô/avó	avô/avó ?	pai, mãe ou tio (a)?	-	bisavô,bisavó?	outro parente?	outro parente ?	não parente
pai/sogro	filho(a), enteado(a), genro(a)	filho(a), enteado(a), genro(a)?	neto(a) ?	bisneto(a) ?	-	outro parente ?	outro parente ?	não parente
irmão, irmã	irmão, irmã	outro parente ?	sobrinho	outro parente ?	outro parente?	-	outro parente ?	não parente
outro parente	outro parente	outro parente ?	outro parente ?	outro parente ?	outro parente ?	outro parente ?	-	não parente
não parente	nao parente	nao parente	nao parente	nao parente	nao parente	nao parente	nao parente	não parente ?

OBS: as relações em letras pretas são declaradas e as em letra cinza são atribuídas por pressuposição. Onde há uma interrogação, essa relação deve ser testada segundo critério de plausibilidade.

Fonte: Extraído de Wajnman (2012).

As relações declaradas são aquelas definidas em negrito, todas estabelecidas a partir da relação dos demais residentes com a pessoa de referência do domicílio. As demais são presumidas conforme as regras citadas anteriormente. O esforço de programação é aplicar as regras de atribuição de forma a dispor na linha de cada pessoa observada no domicílio uma identificação para cada parente e não parente com os quais ele compartilha o domicílio. Essa aplicação computacional foi usada pela primeira vez por Wajnman (2012). O resultado é a construção de um banco de dados em que cada indivíduo carrega a informação sobre a presença e a quantidade de parentes e não parentes corresidentes, permitindo ao pesquisador contar e descrever todas as formas de parentesco e não-parentesco individuais (Wajnman, 2012).

Com o intuito de facilitar o entendimento sobre o ganho de informações que se tem na construção deste banco de dados, alguns exemplos serão apresentados. Quando é possível olhar para as informações de um domicílio presente no banco de dados, a compreensão das estratégias torna-se simples. A Tabela 1 mostra os dados de relações familiares e de parentesco

<sup>13</sup> Algoritmo desenvolvido no software Stata 15.

para um domicílio identificado pelo serial 11811000. Este é um domicílio de 9 pessoas, identificadas pela variável “pernum”.

Tabela 1 - Relações familiares e domiciliar do serial 11811000

<b>pernum</b>	<b>momloc</b>	<b>poploc</b>	<b>sploc</b>	<b>famsize</b>	<b>related</b>	<b>age</b>	<b>sex</b>	<b>hhtype</b>
1	5	2	0	9	head	43	female	extended family
2	0	0	5	9	parent	77	male	extended family
3	5	2	0	9	sibling	29	female	extended family
4	5	2	0	9	sibling	23	male	extended family
5	0	0	2	9	parent	60	female	extended family
6	1	0	0	9	biological child	16	female	extended family
7	1	0	0	9	biological child	18	male	extended family
8	3	0	0	9	other relative	5	male	extended family
9	1	0	0	9	biological child	21	male	extended family

Fonte: Elaborado pela autora com informações do IPUMS e Censos Demográficos

“momloc”, “poploc” e “sploc” retornam, para cada observação, o número identificador da mãe, do pai e do cônjuge respectivamente, caso residam no domicílio. A variável “related” classifica cada indivíduo a partir da sua relação com a pessoa de referência (por vezes identificada neste trabalho como chefe do domicílio) e “hhtype” classifica os indivíduos em arranjos domiciliares de acordo com sua relação com o chefe do domicílio (descritas em “related”). A partir dessas variáveis juntamente com as variáveis “sex” e “age”, o algoritmo construído e aplicado por Wajnman (2012) adiciona ao banco de dados colunas de dois tipos: variáveis binárias que indicam para cada indivíduo se ele tem cônjuge, tem pai, tem mãe, tem irmãos etc., que aqui chamamos de variáveis “TEM”; e variáveis contínuas, que indicam a quantidade presente de cada tipo de parente, variáveis “QTD” (estas variáveis são descritas no Anexo I).

Na base de dados do IPUMS, nos diferentes anos censitários, as categorias da variável “related” podem se diferenciar, acompanhando as mudanças feitas pelo IBGE na metodologia de classificação dos indivíduos em sua relação com o responsável pelo domicílio. Entre 1960 e 2010, a possibilidade de identificação das pessoas no domicílio se alterou para acrescentar ou reduzir posições na relação de parentesco, conforme pode-se observar na Figura 5 a seguir.

Figura 5 - Categorias de identificação da posição das pessoas no domicílio nos Censos Demográficos e IPUMS

1960	1970	1980	1991	2000	2010
<b>Censos Demográficos</b>					
Chefe	Chefe	Chefe	Chefe	Chefe	Chefe
Cônjuge	Cônjuge	Cônjuge	Cônjuge	Cônjuge	Cônjuge de sexo diferente
Filho(a)	Filho(a)	Filho(a)	Filho(a)	Filho(a)	Cônjuge do mesmo sexo
Neto(a)	Pais e Sogros	Pais e Sogros	Enteado(a)	Pai, mãe, sogro(a)	Filho(a) do responsável ou do cônjuge
Pais e Sogros	Outro parente	Outro parente	Pai ou mãe	Neto(a)	Filho(a) somente do responsável
Outro parente	Agregado(a)	Agregado(a)	Sogro(a)	Irmão ou irmã	Enteado(a)
Agregado(a)	Pensionista ou hóspede	Pensionista ou hóspede	Avô(ó)	Outro parente	Pai ou mãe
Hóspede ou empregado	Empregado	Empregado(a) doméstico(a)	Neto(a)	Agregado(a)	Sogro(a)
		Parente do empregado(a)	Genro ou nora	Pensionista	Neto(a)
			Irmão ou irmã	Empregado(a) doméstico(a)	Bisneto(a)
			Cunhado(a)	Parente do(a) empregado(a)	Irmão ou irmã
			Outro parente		Genro ou nora
			Agregado(a)		Avô(ó)
			Pensionista		Outro parente
			Empregado(a) doméstico(a)		Agregado(a)
			Parente do(a) empregado(a)		Pensionista
					Empregado(a) doméstico(a)
					Parente do(a) empregado(a)
<b>IPUMS</b>					
head	head	head	head	head	head
spouse/partner	spouse/partner	spouse/partner	spouse/partner	spouse/partner	spouse/partner
child	child	child	child	child	same-sex spouse/partner
grandchild	parent/parent-in-law	parent/parent-in-law	stepchild	grandchild	biological child
parent/parent-in-law	other relative	other relative	grandchild	parent/parent-in-law	stepchild
other relative	other relative with different family name	domestic employee	parent	sibling	grandchild
non-relative	non-relative	relative of employee, n.s	parent-in-law	other relative	great grandchild
employee, agregado	domestic employee	boarder or guest	child-in-law	domestic employee	parent
	boarder or guest	agregado	sibling	relative of employee, n.s	parent-in-law
	agregado	group quarters	sibling-in-law	boarder	child-in-law
	group quarters		grandparent	agregado	sibling
	unknown		other relative	group quarters	grandparent
			domestic employee		other relative
			relative of employee, n.s		housemate/roommate
			boarder		domestic employee
			agregado		relative of employee,
			group quarters		agregado
					group quarters

Fonte: Elaborado pela autora com informações do IPUMS e Censos Demográficos

Em seu algoritmo, Wajnman (2012) padroniza essas categorias e, para os anos utilizados em seu trabalho, a variável “related” passa a ter sempre sete categorias, sendo elas: (1) chefe; (2) Cônjuge; (3) Filho(a); (4) Pai, mãe, sogro e sogra; (5) Irmão(ã); (6) Outro parente e (7) Não parente. Observe que foram mantidas as relações de parentesco principais e as demais agregadas na categoria “Outro parente”, assim como aqueles que não tem relação de parentesco com o chefe do domicílio, na categoria “Não parente”.

A variável “hhtype” permanece sendo a mesma procedente da base de dados IPUMS. Ela não é utilizada para a construção do algoritmo, mas tem um importante papel na apresentação dos resultados conforme será observado a seguir. Suas categorias foram construídas a partir da informação contida na variável “related”. Assim, segundo o IPUMS, os domicílios são classificados em:

- One-person household: são os domicílios Unipessoais;
- Married/cohab couple, no children: domicílios com uma única família nuclear, chamado também de Casais sem filhos;



- Married/cohab couple with children: domicílios com uma única família nuclear, chamado também de Casais com filhos;
- Single-parent Family: domicílios com uma única família nuclear, chamado de Monoparentais - um adulto (mãe ou pai) com filho;
- Extended family, relatives only: domicílios com famílias estendidas - além do núcleo familiar formado por uma relação conjugal e/ou uma relação parental, há um outro tipo de parente corresidente, podendo ser netos, pais ou irmãos do responsável pelo domicílio ou de seu cônjuge; os parentes corresidentes podem formar um núcleo familiar secundário ou não.
- Composite household, family and non-relatives: domicílios com famílias compostas - além do núcleo familiar tem não parentes corresidentes;
- Non-family household: Domicílios não-familiares – multipessoais, habitados por pessoas sem laço de parentesco (que não foram considerados neste trabalho).

Neste trabalho, o banco de dados final é composto pelas variáveis do IPUMS, pelas variáveis definidas no algoritmo de Wajnman (2012) e por variáveis criadas no que foi chamado de segunda etapa do algoritmo, construído para viabilizar o próximo passo metodológico: a definição dos distintos núcleos familiares dentro de cada domicílio. A depender do objetivo do pesquisador, a variável “hhtype”, definida pelo IPUMS, é limitante porque classifica os indivíduos em arranjos domiciliares, não sendo capaz de abrir esses domicílios e observar quantas e quais são as famílias que o compõe (nesse caso, para domicílios estendidos, compostos por mais de um núcleo familiar). Ao estendermos as relações de parentesco e não parentesco para a forma matricial, criamos a possibilidade de identificar, em cada tipo de arranjo domiciliar os arranjos familiares que o compõe, o núcleo desses arranjos familiares e os parentes corresidentes em extensão, com um importante avanço: as relações familiares não mais são definidas a partir da relação com o chefe de domicílio. Cria-se uma possibilidade de caracterização de arranjos familiares, definindo seus núcleos pelas relações de parentalidade e conjugalidade observáveis entre os indivíduos do domicílio.

De maneira mais objetiva, nesta nova etapa de construção do algoritmo, o que se fez foi: para domicílios estendidos, em que é possível observar a presença de mais de uma família, identifica-se os tipos de arranjos familiares presentes, os distintos núcleos, quantos são e as pessoas que os compõe. Isso é feito baseando-se nas relações de parentalidade e conjugalidade entre os indivíduos (não mais na relação com o chefe do domicílio). O Quadro 1 mostra a nova classificação que é feita para os domicílios estendidos, com a identificação dos arranjos

familiares de cada pessoa (variável construída: `arranjo_familiar`), a partir da disponibilidade de parente de cada indivíduo, atestado pelas variáveis do tipo “TEM”.

Quadro 1 - Categorias das variáveis HHTYPE (IPUMS) e ARRANJO\_FAMILIAR (construída por algoritmo no software STATA 15)

Variável HHTYPE	Variável ARRANJO_FAMILIAR
one-person household	unipessoal
married/cohab couple, no children	casal sem filhos nuclear
married/cohab couple with children	casal com filhos nuclear
single-parent family	monoparental nuclear
extended family, relatives only	casal sem filhos estendido
	casal com filhos estendido
	monoparental estendido
	outro tipo estendido
composite household, family and non-relatives	compostas
non-family household	não familiares

Fonte: Elaborado pela autora.

Essa nova classificação é ilustrada na Tabela 2, para o mesmo domicílio do exemplo anterior. Observe que foram adicionadas três novas colunas: “`arranjo_familiar`”, “`chefe_familia`” e “`id_nucleo`”. Esta última indica, para cada indivíduo, o tipo de núcleo familiar no qual ele se integra. Para isso, foram observadas as relações familiares definidas nas variáveis “`momloc`”, “`poploc`” e “`sploc`” do IPUMS. Note, neste exemplo, que dois tipos de arranjos familiares estão presentes, mas as pessoas se distribuem em três núcleos. Um mesmo domicílio pode ter mais de um núcleo do mesmo tipo. Por isso é importante definir qual indivíduo faz parte de cada núcleo. Essa é a função da variável “`id_nucleo`”<sup>14</sup>.

Tabela 2 - Relações familiares, domiciliar e núcleos do serial 11811000

pernum	momloc	poploc	sploc	famsize	related	age	sex	hhtype	arranjo_familiar	chefe_familia	id_nucleo
1	5	2	0	9	head	43	female	extended family	monoparental estendido	1	11811001
2	0	0	5	9	parent	77	male	extended family	casal c/ filhos estendido	1	11811002
3	5	2	0	9	sibling	29	female	extended family	monoparental estendido	1	11811003
4	5	2	0	9	sibling	23	male	extended family	casal c/ filhos estendido		11811002
5	0	0	2	9	parent	60	female	extended family	casal c/ filhos estendido		11811002
6	1	0	0	9	biological child	16	female	extended family	monoparental estendido		11811001
7	1	0	0	9	biological child	18	male	extended family	monoparental estendido		11811001
8	3	0	0	9	other relative	5	male	extended family	monoparental estendido		11811003
9	1	0	0	9	biological child	21	male	extended family	monoparental estendido		11811001

Fonte: Elaborado pela autora com informações do IPUMS e Censos Demográficos

<sup>14</sup> O arranjo familiar caracteriza a família a partir das relações de parentesco. O núcleo familiar identifica e conta as famílias conviventes.

Os indivíduos #1, #6, #7 e #9 compõem um núcleo, definido no arranjo do tipo monoparental estendido. Esse núcleo é composto pela mãe e três filhos, um arranjo monoparental. Torna-se estendido, assim como os demais arranjos, pela presença de outros parentes no domicílio. Esse mesmo tipo de arranjo familiar caracteriza um segundo núcleo, formado pelos indivíduos #3 e #8, neste caso, mãe e filho. Um terceiro núcleo, definido como casal com filhos estendido é formado por um casal e um filho (indivíduos #2, #4 e #5). Este filho, por não ter laços de conjugalidade e parentalidade definidos no domicílio, integra o núcleo de seus pais. A observação das posições, sexo e idade de cada membro destes 3 núcleos permite verificar que este domicílio reúne uma mulher e seus 3 filhos (1º núcleo, formado pela pessoa de referência do domicílio), os pais e um irmão adulto dessa mulher (2º núcleo) e uma irmã dessa mulher com seu filho (3º núcleo).

Observe que a construção dos arranjos familiares e seus respectivos núcleos não dependem da relação das pessoas com o chefe do domicílio, que neste caso é #1, mas sim das relações de conjugalidade e parentalidade entre os membros. Essa mesma lógica foi aplicada em todo o banco de dados<sup>15</sup>. Além dos arranjos citados no exemplo, também são caracterizados no banco de dados arranjos do tipo casal sem filhos estendido e outro tipo estendido. Outro tipo estendido contempla parentes que moram juntos, mas a relação de parentesco estabelecida entre eles não se define por uma relação de conjugalidade ou parentalidade. No Anexo I estão descritas as variáveis criadas e as regras de atribuição assumidas nesta etapa de construção do algoritmo.

Portanto, para além de definir e caracterizar pessoas que moram juntas, essa abordagem permite observar, entender e caracterizar famílias que moram juntas. É possível explorar relações de dependência entre os distintos núcleos que convivem em um mesmo domicílio. As complexidades são definidas na descrição dos núcleos familiares corresidentes e nas características sociodemográficas de cada núcleo familiar, assim como as mudanças nos padrões que aconteceram ao longo do tempo. Uma atenção especial foi dispensada na caracterização e comparação dos núcleos em um domicílio estendido, com o objetivo de compreender a motivação para a coresidência entre eles.

A mudança nos padrões familiares foi captada pela comparação dos resultados ao longo dos seis últimos Censos Demográficos. Embora a intenção seja ser o mais abrangente possível,

---

<sup>15</sup> Haverá somente uma exceção, em que o chefe do domicílio definirá o núcleo de um indivíduo. Quando esse indivíduo for um parente, mas não mantiver relações de conjugalidade e parentalidade com nenhuma outra pessoa do domicílio. Ele será então incorporado ao núcleo do chefe do domicílio. Veja sobre as regras de atribuição no Anexo I.

a apresentação dos resultados é limitada pela disponibilidade de dados e comparabilidade ao longo dos Censos.

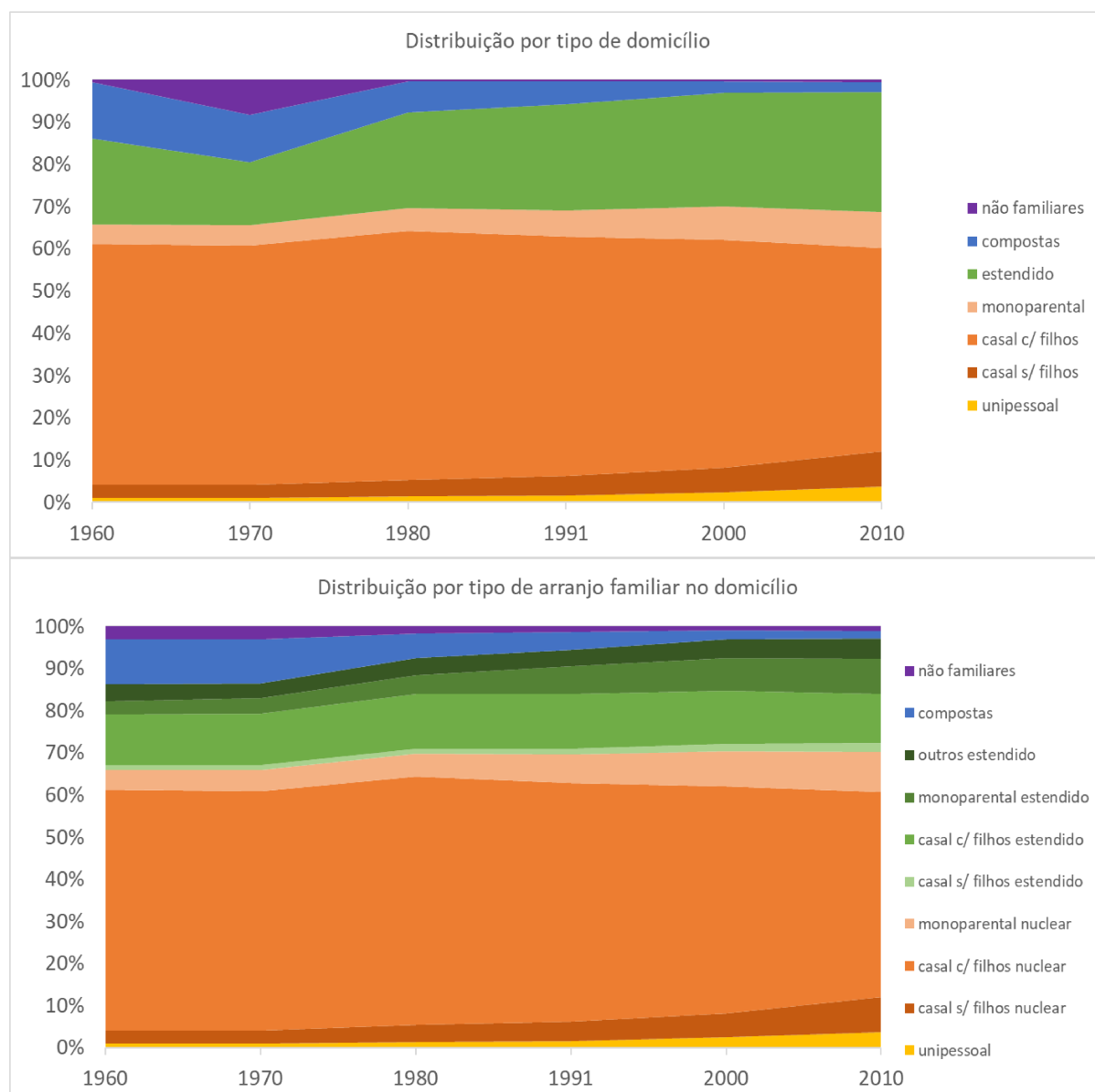
O aspecto socioeconômico, parte importante da hipótese levantada nesse trabalho, é considerado na análise a partir da estratificação por escolaridade e por decis da renda domiciliar per capita, a depender do indicador analisado. No Censo de 1960 a renda domiciliar não foi disponibilizada, o que impede o uso de níveis de renda para construção de classes. Desta forma, as análises estratificadas por renda compreenderão aos anos de 1970 a 2010.

#### **4.2. Características das famílias domiciliares nos Censos Demográficos Brasileiros**

A análise descritiva se inicia com um comparativo da distribuição dos indivíduos pelos tipos de arranjos domiciliares e arranjos familiares nos Censos de 1960 a 2010 (Figura 6). O primeiro gráfico é resultado da variável padronizada HHTYPE, da base de dados IPUMS e o segundo, da variável criada posteriormente (arranjo\_familiar), obtida a partir da construção do algoritmo definido na seção de metodologia.

A variável arranjo\_familiar abre os domicílios estendidos descritos em “hhtype” em distintos arranjos familiares a partir da presença de parentes no domicílio e da ocorrência da relação de conjugalidade e/ou parentalidade entre essas pessoas. Cada indivíduo do domicílio estendido foi classificado em um tipo de arranjo familiar, definido pela presença (ou não) de parentes como pai, mãe, filho e cônjuge, independente da sua relação com o chefe do domicílio. Portanto, a variável arranjo\_familiar identificou todos os possíveis tipos familiares de um domicílio estendido, não se limitando às relações de parentesco dos corresidentes com a pessoa de referência.

Figura 6 - Distribuição das pessoas por tipo de domicílio e tipo de arranjo familiar nos Censos de 1960 a 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960 a 2010.

Na Figura 6, o gráfico superior nos mostra tendências que estão muito ligadas às transformações demográficas e sociais observadas no país nesses 50 anos. Observável, mas não muito pronunciado, é o crescimento dos domicílios unipessoais, casal sem filhos e monoparentais. De forma mais acentuada, é vista a redução dos domicílios compostos e o crescimento de domicílios estendidos. No entanto, de forma geral, a predominância do tipo domiciliar nuclear permanece ao longo dos anos. Esta conclusão, dentre outras constatações, foi feita por Wajnman (2012), que apontou, pela primeira vez na literatura brasileira, o aumento da importância de uma das formas de complexidade familiar, o domicílio estendido.

Esse resultado foi um dos incentivos a identificar e entender os tipos familiares de domicílios estendidos. A identificação das relações de parentesco em forma matricial possibilitou que o mesmo gráfico fosse reproduzido para uma classificação que considerasse os núcleos familiares nesse tipo de domicílio (segundo gráfico da Figura 6). Não há mudança para os tipos domiciliares originalmente nucleares, mas agora, as famílias nucleares envolvidas no domicílio estendido foram identificadas e puderam ter suas características investigadas.

A Tabela 3 mostra, em números, a distribuição relativa da população segundo os tipos de arranjos familiares. Dentre as formas familiares do tipo nuclear, o destaque é do arranjo monoparental, que cresceu sua participação relativa ao longo desses 50 anos. A transição para a monoparentalidade é marcada pelo nascimento de filho fora de uma união ou a ruptura de uma união, por meio de separação, divórcio e viuvez. No período pré-transição demográfica, as elevadas taxas de mortalidade adulta eram as principais responsáveis pelo rompimento das uniões. Agora, os números crescentes deste período recente correspondem à expectativa de observarmos outras formas de arranjo que respondam, principalmente, a instabilidade conjugal, principalmente a partir da legalização do divórcio no Brasil, em 1977.

É interessante observar o aumento relativo de pessoas vivendo em um domicílio estendido, principalmente quando comparado as tendências observadas em países desenvolvidos. Esta não é uma característica esperada dentro das mudanças observadas na formação de famílias no último século que, como se sabe, caminharam para formas de residência que privilegiam o maior individualismo e privacidade (Wajnman, 2012). Em 1960, 20,3% das pessoas viviam em um domicílio estendido. Em 2010 esse percentual foi de 26,9%.

Tabela 3 - Distribuição relativa da população segundo os tipos de arranjos familiares

Classificação dos arranjos	1960	1970	1980	1991	2000	2010
unipessoal	0,9%	1,0%	1,3%	1,6%	2,4%	3,6%
casal s/ filhos nuclear	3,1%	3,0%	4,0%	4,6%	5,7%	8,4%
casal c/ filhos nuclear	57,2%	56,8%	59,0%	56,7%	54,0%	48,7%
monoparental nuclear	4,6%	5,0%	5,5%	6,7%	8,3%	9,4%
casal s/ filhos estendido	1,1%	1,3%	1,2%	1,3%	1,6%	2,2%
casal c/ filhos estendido	12,0%	12,1%	13,0%	13,1%	12,6%	11,5%
monoparental estendido	3,3%	3,7%	4,5%	6,4%	7,8%	8,4%
outros estendido	3,9%	3,6%	3,9%	3,9%	4,5%	4,8%
compostas	10,8%	10,4%	5,8%	4,3%	2,2%	1,8%
não familiares	3,1%	3,1%	1,8%	1,4%	0,9%	1,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total das Pessoas	73.311.205	92.319.436	117.644.921	145.951.241	168.547.673	189.008.378

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960 a 2010.

Com os arranjos familiares estendidos identificados<sup>16</sup>, pôde-se entender o que esses 7 pontos percentuais a mais representam. Ao longo do período, vê-se que a parcela de pessoas em arranjos casal com filhos estendido quase não se modificou. O aumento observado na representatividade de pessoas em domicílios estendidos corresponde a uma maior parcela de pessoas em arranjos casal sem filhos estendido, outros estendido e monoparental estendido. A proporção de pessoas ligadas a esse último foi a que mais cresceu e isto, a princípio, pode corresponder a dois efeitos. Seguindo a perspectiva de aumento das formas familiares complexas, o aumento da maternidade precoce e a instabilidade das uniões contribuíram para que muitas jovens buscassem apoio em seus familiares, principalmente seus pais, para suporte de renda e cuidado dos filhos. Mas também não se deve desprezar o efeito da coresidência de pessoas mais velhas nesse caso, muito provavelmente, mulheres viúvas ou divorciadas que, em face do envelhecimento, buscam apoio em seus filhos.

A mudança na composição familiar ocorrida entre 1960 e 2010 também pode ser identificada observando-se a proporção de pessoas em cada tipo familiar que convive com cada tipo de coresidente. Isso é possível porque o algoritmo de identificação das relações de parentesco responde, para cada indivíduo, se ele tem pai/mãe, filhos, irmãos, netos, avós etc. Para simplificar a apresentação dos resultados, os tipos de parentes foram divididos nas categorias relacionadas na Tabela 4.

Tabela 4 - Percentual de pessoas, em cada tipo de arranjo familiar, vivendo com um tipo de parente. Comparativo entre os Censos 1960 e 2010

	Pais		Filhos		Cônjuge		Irmãos		Avós		Neto		Outro Parente		Não parente	
	1960	2010	1960	2010	1960	2010	1960	2010	1960	2010	1960	2010	1960	2010	1960	2010
casal s/ filhos nuclear	-	-	-	-	100%	100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
casal c/ filhos nuclear	65%	49%	35%	51%	35%	51%	61%	38%	-	-	-	-	-	-	-	-
monoparental nuclear	74%	63%	26%	37%	-	-	65%	44%	-	-	-	-	-	-	-	-
casal s/ filhos estendido	19%	25%	-	-	100%	100%	8%	16%	0,5%	1,7%	15,8%	26,9%	73,4%	53,7%	-	-
casal c/ filhos estendido	67%	53%	41%	57%	41%	57%	56%	39%	22,0%	16,9%	8,7%	23,0%	76,6%	66,6%	-	-
monoparental estendido	60%	71%	49%	49%	-	-	41%	46%	19,4%	30,2%	27,2%	20,6%	80,2%	62,9%	-	-
outros estendido	-	-	-	-	-	-	-	31%	17,4%	52,4%	2,6%	35,8%	95,9%	71,1%	-	-
compostas	56%	44%	33%	38%	36%	39%	49%	36%	6,0%	8,0%	3,3%	6,4%	27,4%	31,5%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960 e 2010.

<sup>16</sup> Definidos na secção de metodologia, os arranjos familiares estendidos são:

(1) Casal sem filhos estendido – um casal sem filhos no domicílio, coresidindo com outros parentes; (2) Casal com filhos estendido – um casal com pelo menos um filho no domicílio, coresidindo com outros parentes; (3) Monoparental estendido – um pai ou uma mãe com pelo menos um filho no domicílio, coresidindo com outros parentes; (4) Outros estendidos – parentes em um domicílio que não têm vínculo parental ou conjugal com as pessoas que coresidem.

Em famílias do tipo nuclear, a diferença entre 1960 e 2010 reflete a queda no número médio de filhos ocorrida nesse período. Com isso, neste período, nas famílias casal com filhos houve uma redução na proporção de pessoas que convivem com os pais e com os irmãos. Pense nesse efeito com um exemplo. Se em 1960 os arranjos do tipo casal com filhos fossem formados pelo casal e 4 filhos, a proporção de pessoas convivendo com pais seria então maior que a proporção de pessoas vivendo com filhos. Mas, se em 2010 esta família é composta por além do casal, 1 filho, os valores percentuais para a coresidência com os pais e irmãos diminui ao mesmo tempo que aumenta a proporção de pessoas coresidindo com filhos. Portanto, a redução do peso relativo dos filhos entre os coresidentes das famílias resultou em um aumento da parcela de pessoas que têm cônjuge e filhos. Nas famílias monoparentais, as mudanças observadas também são reflexo da redução do número de filhos ao longo dos anos.

Assim como nas nucleares, a queda no número de filhos também gerou efeitos similares sobre o percentual de pessoas que convivem com pais, filhos e cônjuge nos arranjos do tipo casal com filhos estendido. Esse efeito também é observado na proporção de pessoas que vivem com avós nesse tipo de arranjo.

O que chama atenção, no entanto, é como muda substancialmente a proporção de pessoas que convivem netos. Na comparação dos anos, aumentou a parcela de pessoas em arranjos casal com filhos, casal sem filhos e outros estendidos<sup>17</sup> que convivem com um neto. Nos dois últimos, trata-se de um claro reflexo do que chamamos de geração pulada (ou *skip generation*), quando há netos, mas estes não residem com seus pais. Os dados da tabela mostram um forte aumento na parcela de avós ou avôs que, sozinhos, assumiram a responsabilidade de cuidado de seus netos, fato que chamaremos de avós “solo” – aqueles que vivem com netos sem a presença do seu cônjuge.

Para todo tipo de família estendida, a maior coresidência com avós e netos leva a uma redução na proporção de pessoas que vivem com outros parentes. Isto deixa cada vez mais claro que a composição de domicílios estendidos passa, principalmente, pela verticalidade, com a presença de duas ou três gerações no mesmo domicílio. O papel dos avós se consolidou na construção de uma rede de apoio para criação dos filhos. O que não é possível saber, no entanto, é se esse apoio é resultante de uma dependência de cuidados ou dependência econômica.

---

<sup>17</sup> Como já esclarecido anteriormente, outro tipo estendido contempla parentes que moram juntos, mas a relação de parentesco estabelecida entre eles não se define por uma relação de conjugalidade ou parentalidade. Nessa categoria, estão os arranjos nos quais há o vínculo entre netos e avós, sem a presença da geração que estabeleceria a relação de parentalidade.



Fechando essa primeira etapa de resultados, a Figura 7 apresenta a classificação por tipo de arranjo familiar e decil de renda domiciliar *per capita*. A comparação, nesse caso, acontece entre os anos 1970 e 2010 já que, como explicado anteriormente, em 1960 só há informação de renda definida em categorias, o que impede a análise por percentis. A Figura 8 resume a variação na participação em cada decil.

Como o foco deste trabalho está nas formas familiares nucleares e estendidas, neste painel não são apresentadas a classificação para famílias compostas e não familiares. A exclusão das famílias compostas permite que a distribuição entre as famílias de interesse seja observada com mais clareza, já que as famílias compostas estão predominantemente em decis mais altos. Em Wajnman (2012) é possível encontrar uma discussão mais detalhada sobre elas.

Um dos pontos investigados é associação das desvantagens socioeconômicas aos tipos familiares complexos e a evidência encontrada sugere que, de fato, essa característica tenha se acentuado ao longo do período. Quando observamos os dois gráficos da Figura 7, chama a atenção a mudança na distribuição das famílias estendidas pelos decis. Em 1970, é possível perceber que se concentravam nas faixas mais ricas e, em 2010, mostraram-se mais frequentes do segundo ao quinto decil. É possível ver essa mudança com mais clareza na Figura 8, que mostra a variação na participação dos arranjos estendidos em cada decil, entre 1970 e 2010. Observe que, no período, todos os arranjos estendidos perdem participação entre as famílias mais ricas. Concomitantemente, se vê o aumento de sua importância entre as mais pobres.

Para outro tipo familiar complexo, a família monoparental, um ponto importante pode ser observado. Em 2010, o tipo monoparental nuclear se espalha de forma homogênea entre as faixas de distribuição de renda, indicando ser um padrão de formação familiar compartilhado por pessoas de diferentes estratos socioeconômicos. Para Wajnman (2012), esta característica indica uma difusão do padrão cultural de maior prática das dissoluções de uniões ou de procriação sem casamento, afetando pessoas dos distintos níveis socioeconômicos.

Como visto no capítulo 2, a democratização de práticas pós-modernas como a evolução da prevalência dos divórcios, recasamentos, coabitação e filhos fora do casamento são frequentemente ligados aos aspectos comportamentais associados à Segunda Transição Demográfica. Nesse sentido, o argumento de Wajnman (2012) parece repousar sobre a expectativa de que a pluralidade nas transições e formas familiares esteja relacionada às mudanças ideacionais, à secularização e a um menor constrangimento social de se viver em um padrão menos normativo de família.

Por trás do cenário característico de uma Segunda Transição Demográfica estariam fatores relacionados a uma sociedade mais desenvolvida e a um maior empoderamento da

mulher, que avança no nível educacional e na participação no mercado de trabalho. Na literatura encontramos exemplos de como a instabilidade das uniões tem sido visto como um dos indicadores que refletem o aumento do empoderamento feminino e uma maior autonomia financeira (e nesse ponto, a teoria da STD tem muito em comum com a teoria de Revolução de Gênero).

Mas, há um aspecto relevante, discutido por Minamiguchi (2017), que precisa ser inserido nessa avaliação. Ao assumirmos que a complexidade das novas formas familiares está atrelada a uma universalidade na evolução do papel das mulheres, independentemente do seu contexto socioeconômico, corremos o risco de desprezar contextos em que a monoparentalidade pode estar revestida de sentidos diferentes, captando as diferentes consequências na vida das mulheres e dos filhos (Minamiguchi, 2017).

Na literatura, a monoparentalidade é frequentemente associada à feminilização da pobreza. Isto porque os domicílios monoparentais, em sua grande maioria, são chefiados por mulheres e figuram em decis de renda mais baixos, assim como mostra a Figura 7, com uma grande parcela de arranjos monoparentais no 1º decil de renda domiciliar *per capita*. Para essas mulheres, a presença no mercado de trabalho não parece ser resultado de empoderamento. É mais uma necessidade de sobrevivência. Na ausência de um parceiro corresidente para compartilhar as responsabilidades familiares, elas lidam com a sobreposição das necessidades do provento e do cuidado dos filhos. Diante desse conflito e levando em conta a condição social desfavorável que muitas vezes está atrelada a esta situação, tanto a SDT, quanto a perspectiva da Revolução de Gênero parecem limitadas para explicar o papel das mulheres em arranjos monoparentais.

Diante dos fatos, o olhar sobre a distribuição homogênea dos arranjos monoparentais nucleares entre os decis de renda oculta a relação da monoparentalidade à complexidade dessa forma familiar. Há uma possível dicotomia no significado da monoparentalidade pautada pela condição socioeconômica. A nova dotação cultural resultante da aplicação de valores pós-modernos no comportamento familiar tem pouco efeito quando se precisa de uma estratégia que responda às condições de vida desfavoráveis. E, nesse sentido, a parcela de núcleos monoparentais entre as famílias conviventes em domicílios estendidos tem crescido ao longo dos anos. A Tabela 3 mostrou de forma clara.

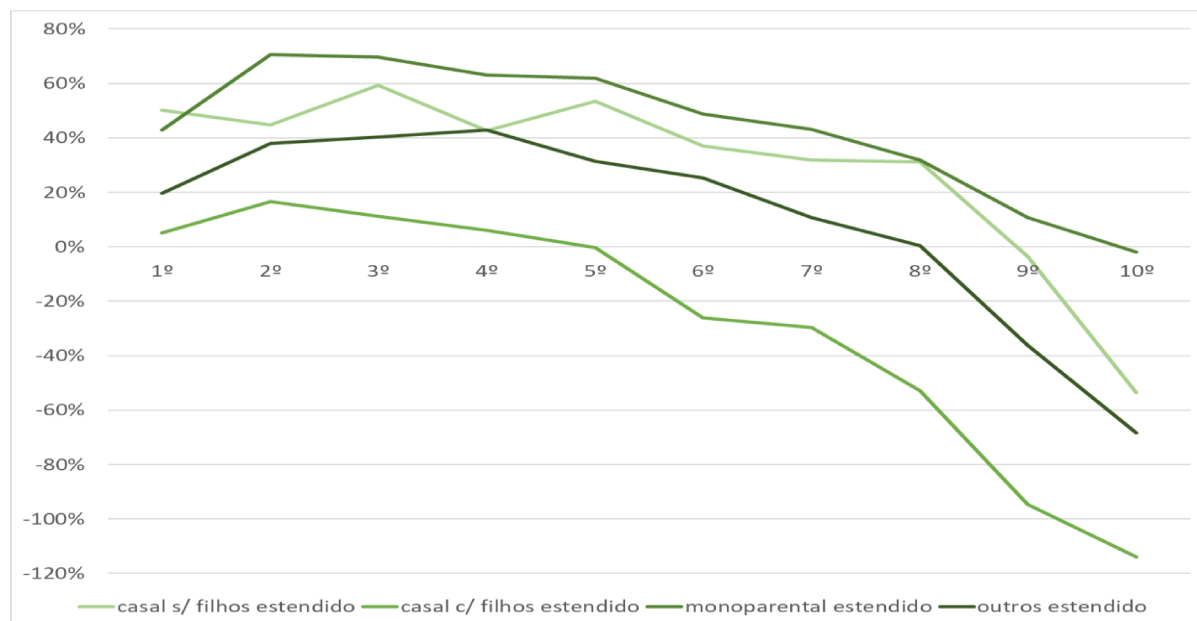
Figura 7 - Classificação das pessoas por tipo de arranjo familiar e decil de renda domiciliar per capita em 1970 e 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 2010.

Além disso, a Figura 7 nos mostra que a família monoparental em um domicílio estendido se concentra em faixas de renda mais pobres, resultado que vai ao encontro do que já se discute na literatura sobre o tema: a monoparentalidade estaria relacionada à baixa educação, pobreza e instabilidade de renda (Minamiguchi, 2017). Nascimentos fora de uniões e instabilidade conjugal, que determinam a monoparentalidade, são eventos do ciclo de vida que podem estar associados a uma menor rigidez nas formas familiares e ao empoderamento feminino como definem as teorias da STD e Revolução de Gênero. No entanto, a desfavorabilidade social, as restrições de oportunidades e renda continuam com um importante papel na definição da complexidade dos arranjos familiares.

Figura 8 - Variação na participação das pessoas em arranjos estendidos em cada decil de renda domiciliar per capita entre 1970 e 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 2010.

Nessa primeira análise a intenção foi apresentar a distribuição dos brasileiros em seus arranjos domiciliares privilegiando o que antes não era possível ser observado: os tipos familiares contidos dentro de um domicílio estendido. O crescimento deste tipo de domicílio era conhecido, mas, constatar que tipo de formação familiar foi mais predominante trouxe evidências ao que antes era especulado. Núcleos monoparentais foram os principais responsáveis pelo crescimento dos domicílios estendidos.

Outro ponto importante indicado nos resultados é o tipo de extensão mais frequente. A mudança da horizontalidade para a verticalidade nas famílias estendidas não mais era novidade. A convivência com netos é predominante. No entanto, surpreendeu o aumento da parcela de pessoas que convivem com seus netos em arranjos familiares em que os pais não estão presentes.

Os resultados encontrados foram importantes para fomentar as discussões apresentadas na seção seguinte. O que se faz a seguir é explorar as possibilidades trazidas pela identificação e quantificação dos núcleos familiares dos domicílios estendidos, buscando definir melhor a complexidade que se manifesta e a interdependência entre os núcleos familiares que os formam.

### 4.3. Características dos domicílios estendidos e seus núcleos familiares

A seção anterior privilegiou a apresentação das características gerais dos arranjos familiares, sem se aprofundar em algum tipo específico. Essa abordagem permitiu um entendimento acerca da mudança da composição familiar do brasileiro ao mesmo tempo que muitas questões de interesse fossem descobertas, suscitando uma investigação mais aprofundada. É a partir desse ponto que serão exploradas as possibilidades que o algoritmo dispõe, principalmente para caracterizar os arranjos estendidos e descrever a coresidência entre os núcleos.

A variável `arranjo_familiar` caracterizou a coresidência a partir da presença de parentes para cada indivíduo. O segundo passo foi agrupar essas pessoas em núcleos, identificando no banco de dados as famílias conviventes em cada domicílio. Com isso, é possível contar o número de famílias presentes em cada domicílio estendido além de descrever com qual tipo de parentes em extensão vivem as pessoas em determinado núcleo.

No Censo de 1980, o IBGE iniciou o procedimento de identificação e enumeração dos núcleos familiares dentro do domicílio por meio da entrevista. As chamadas famílias conviventes eram identificadas quando havia mais de um núcleo no domicílio. Era possível definir uma chefia para as famílias conviventes diferente da chefia do domicílio e assim classificar cada pessoa em função da sua relação com o responsável pela família a que pertencia.

Porém o censo de 2010 eliminou do questionário o conceito e a investigação sobre as famílias conviventes. A partir de então, a identificação e contagem dos núcleos familiares passou a ser possível por meio de um tratamento computacional, interrompendo a série histórica a partir de 1980. Assim sendo, para qualquer esforço computacional utilizado, é possível que as famílias operacionalmente identificadas não sejam conceitualmente equivalentes às medidas nos censos anteriores.

Ter esse entendimento é importante para os resultados que são apresentados neste trabalho e, nesse sentido, destacam-se dois pontos: (1) o algoritmo criado e aplicado neste estudo parte de variáveis POINTERS disponíveis nas bases padronizadas do IPUMS e não diretamente das variáveis derivadas de quesitos do questionário do Censo; (2) a identificação dos núcleos familiares ocorreu somente para pessoas em domicílios classificados pelo IPUMS em estendidos, ou seja, aqueles em que, além do núcleo familiar formado por uma relação conjugal e/ou uma relação parental, há um outro tipo de parente coresidente, podendo ser netos, pais ou irmãos do responsável pelo domicílio ou de seu cônjuge. Portanto, não foram

considerados domicílios em que poderia haver núcleos familiares conviventes de não parentes, que, no IPUMS, são classificados como domicílios compostos.

Os domicílios compostos apresentaram, nos últimos anos do Censo, um baixo peso relativo entre os tipos de arranjos domiciliares da população brasileira – em torno de 2%. Tinha uma maior participação relativa no início da série estudada (quase 10% em 1960) mas, como mostrado por Wajnman (2012), essa posição foi perdendo força ao longo dos anos, muito em decorrência da composição desses domicílios, em sua maioria com empregados domésticos. Esse ponto foi levado em consideração na opção por não identificar núcleos de domicílios compostos. No entanto, o mais importante para essa decisão, foi o interesse em explorar as famílias estendidas e suas nuances, que se destacavam com o aumento de sua frequência relativa ao longo dos anos.

Preservadas as diferenças, principalmente em relação ao banco de dados utilizado, buscou-se construir um algoritmo que mantivesse certa harmonia quanto à alguns conceitos principais sobre classificação de famílias em metodologias adotadas pelo IBGE. O principal documento norteador utilizado nessa etapa foi Saboia, Cobo e Matos (2012) que criaram uma metodologia para identificação das famílias no Censo de 2010. Os resultados apresentados pelos autores foram importantes para a validação dos resultados encontrados neste trabalho.

Assim como foi feito em Saboia, Cobo e Matos (2012), a identificação de um núcleo familiar estava condicionada ao número de pessoas na família. Convencionou-se que um núcleo não pode ser constituído por uma única pessoa. Por esta mesma lógica, um domicílio com dois núcleos precisa ter no mínimo 4 componentes. Assim, um arranjo formado por pessoa responsável que vive com filho(a) e neto(a) em um domicílio, apesar da existência de dois núcleos de reprodução<sup>18</sup>, é identificado como um único núcleo familiar. Após a aplicação dessa regra de atribuição, a alocação de pessoas nos núcleos familiares segue as regras descritas na Parte II do Anexo I, na seguinte ordem: definição do chefe do núcleo, criação e atribuição do id do núcleo ao chefe e alocação dos demais membros do domicílio no id correspondente.

Apesar das ressalvas feitas quanto as diferenças entre as distintas metodologias de identificação de famílias, buscou-se avaliar a performance do algoritmo criado comparando-o com os resultados apresentados por Saboia, Cobo e Matos (2012), no que tange à contagem dos núcleos familiares. Os autores apresentaram, para 2010, o total e a distribuição percentual de domicílios por número de famílias no Brasil e por regiões. A Tabela 5 mostra o comparativo com os resultados obtidos com a implementação do algoritmo.

---

<sup>18</sup> São considerados núcleo de reprodução: mãe-filho(os); pai-filho(os); pai-mãe-filho(os); o casal.

Tabela 5 - Total e distribuição de domicílios por número de famílias, segundo Regiões e diferentes metodologias – 2010

	Resultados do trabalho					Resultados Saboia <i>et al</i> (2012)				
	Única família		Duas ou mais Famílias			Única família		Duas ou mais Famílias		
	Total	Total	%	Total	%	Total	Total	%	Total	%
Brasil	57.146.041	52.929.009	92,6%	4.217.031	7,4%	57.421.802	53.411.797	93,0%	4.010.005	7,0%
Norte	3.968.506	3.520.726	88,7%	447.780	11,3%	3.991.107	3.552.413	89,0%	438.694	11,0%
Nordeste	14.883.537	13.573.489	91,2%	1.310.047	8,8%	14.956.475	13.733.220	91,8%	1.223.255	8,2%
Sudeste	25.093.309	23.439.754	93,4%	1.653.554	6,6%	25.222.977	23.645.843	93,7%	1.577.134	6,3%
Sul	8.872.827	8.350.577	94,1%	522.251	5,9%	8.903.111	8.398.725	94,3%	504.385	5,7%
Centro-Oeste	4.327.862	4.044.463	93,5%	283.399	6,5%	4.348.132	4.081.595	93,9%	266.537	6,1%

Fonte: Censo 2010 – Resultados do trabalho e resultados de Saboia *et al* (2012).

É possível observar que os resultados obtidos com a aplicação do algoritmo estão bem próximos àqueles encontrados pelos autores do estudo que se baseou na metodologia efetivamente implementada pelo IBGE para identificação das famílias<sup>19</sup>. Há uma diferença nos números absolutos, o que é esperado, decorrente da aplicação do peso amostral em cada banco de dados. No entanto, a distribuição relativa confirma a aderência do algoritmo aplicado aos dados do IPUMS. A variação observada entre os dois métodos é muito pequena.

Finalizada a discussão necessária sobre a metodologia, a partir daqui apresentam-se os resultados para o período analisado. As Tabelas 6 e 7 exibem a distribuição relativa dos domicílios e das pessoas por tipo de domicílio e quantidade de núcleos familiares<sup>20</sup>.

Tabela 6 - Distribuição dos domicílios por tipo e quantidade de núcleos familiares nos censos de 1960 a 2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Domicílios nucleares	71,3%	72,2%	75,2%	76,2%	78,1%	78,5%
Domicílios estendidos	17,7%	17,5%	18,3%	19,0%	19,4%	19,2%
Domicílios estendidos com um núcleo familiar	14,1%	13,2%	13,1%	12,1%	11,8%	12,0%
Domicílios estendidos com dois núcleos familiares	3,4%	4,1%	4,8%	6,3%	6,8%	6,6%
Domicílios estendidos com mais de dois núcleos familiares	0,2%	0,3%	0,4%	0,7%	0,8%	0,7%
Domicílios compostos	10,3%	9,3%	5,7%	4,0%	2,0%	1,5%
Domicílios não familiares	0,8%	0,9%	0,8%	0,8%	0,5%	0,8%
Total de domicílios familiares	14.217.155	17.581.004	25.153.956	34.844.796	44.882.865	57.146.041

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960 a 2010.

Como exposto anteriormente, o interesse de pesquisa passa a ser os domicílios estendidos que, ao longo dos 50 anos de análise, tiveram sua importância aumentada na

<sup>19</sup> Somente para esse exercício, com dados de 2010, as famílias compostas foram consideradas para fins de comparação.

<sup>20</sup> Os números finais da amostra expandida, após a aplicação do algoritmo, divergem dos números iniciais devido a inconsistência encontrada no banco de dados, principalmente na relação entre as variáveis *related* e os *pointers*, que indicam a presença de pai, mãe e cônjuge. O tamanho das perdas foi mensurado e concluiu-se que não haveria prejuízo a análise por ser uma parcela muito pequena da amostra. Os valores das perdas podem ser encontrados no Anexo I.

composição domiciliar dos brasileiros. As Tabelas 6 e 7 destacam a conformação dos domicílios estendidos segundo núcleos. Para simplificação de análise, os domicílios estendidos e as pessoas neste tipo de domicílio são classificados em um, dois e três ou mais núcleos familiares. Vê-se que o domicílio estendido, com somente um núcleo familiar, era predominante no início do período. Nesse tipo de domicílio estendido estão arranjos que contém um núcleo de reprodução (por conjugalidade ou parentalidade) mais a presença de outro parente que, certamente, não têm um cônjuge corresidente, tampouco filhos corresidentes, com exceção de quando ele for a mãe ou o pai de alguém do núcleo principal e não tiver outro parente com quem compor um outro núcleo.

Tabela 7 - Distribuição das pessoas por tipo de domicílio e quantidade de núcleos familiares nos censos de 1960 a 2010

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Domicílios nucleares	66,1%	67,7%	69,8%	69,6%	70,4%	70,1%
Domicílios estendidos	20,3%	20,6%	22,5%	24,7%	26,5%	26,9%
Domicílios estendidos com um núcleo familiar	14,9%	13,9%	14,2%	13,3%	13,3%	13,9%
Domicílios estendidos com dois núcleos familiares	4,9%	6,1%	7,5%	9,9%	11,3%	11,3%
Domicílios estendidos com mais de dois núcleos familiares	0,5%	0,6%	0,9%	1,6%	2,0%	1,8%
Domicílios compostos	13,2%	11,2%	7,2%	5,3%	2,7%	2,3%
Domicílios não familiares	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,6%
Total de pessoas	73.311.120	90.253.042	117.023.410	145.950.120	168.545.201	188.988.118

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960 a 2010.

Esse tipo de arranjo configurava 79,7% dos domicílios estendidos em 1960. No mesmo ano, 73,5% das pessoas em domicílios estendidos residiam em um único núcleo. No período analisado, a representatividade dos arranjos de um único núcleo declinou. Em 2010, somente um pouco mais da metade das pessoas residindo em domicílios com família estendida (51,6%) estavam em um núcleo. Para entender essa tendência, a composição desses núcleos familiares é explorada adiante.

O domicílio estendido de um núcleo acontece quando um parente em extensão não constitui um núcleo de reprodução com uma ou mais pessoas e acaba sendo incorporado ao núcleo principal. Isso pode acontecer em um domicílio com somente dois parentes (o chefe do domicílio e seu parente corresidente), três parentes (um casal mais um parente, por exemplo) e também núcleos com mais de três pessoas, que podem compor o núcleo de reprodução do chefe ou serem distintos parentes em extensão.

Os números contidos na Tabela 8 mostram como estão distribuídos os domicílios estendidos de um núcleo de acordo com o número de residentes. Nos três períodos observados, vê-se que a maior parte são domicílios com mais de três pessoas, mas que essa representatividade diminui acentuadamente ao longo do tempo. Certamente, a redução no



tamanho médio dos domicílios brasileiros, fato já relatado na literatura, contribuiu para as mudanças observadas. Como se vê, nos domicílios estendidos com mais de três pessoas, o número médio de pessoas corresidindo caiu ao longo dos anos. No entanto, quando exploramos a composição dos domicílios estendidos de um núcleo, outros fatores chamam a atenção, como será mostrado a seguir.

Tabela 8 - Percentual de domicílios estendidos de 1 núcleo, por número de corresidentes, em 1960, 1991 e 2010

	1960	1991	2010
<b>Domicílios com 2 pessoas</b>			
% do total de domicílios com 1 núcleo	7,1%	11,8%	16,2%
% do total de domicílios estendidos	5,6%	7,5%	10,1%
<b>Domicílios com 3 pessoas</b>			
% do total de domicílios com 1 núcleo	17,4%	20,9%	31,1%
% do total de domicílios estendidos	13,8%	13,3%	19,4%
<b>Domicílios com mais de 3 pessoas</b>			
% do total de domicílios com 1 núcleo	75,6%	67,3%	52,7%
% do total de domicílios estendidos	60,3%	42,8%	32,8%
média de pessoas corresidindo	7,14	6,05	5,20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960, 1991 e 2010.

A proporção de domicílios de um núcleo com 2 pessoas mais que dobrou de 1960 a 2010. Nestes domicílios, além do chefe há, residindo com ele, um outro parente que não é seu cônjuge, pais ou filhos. Por sua vez, a parcela de domicílios estendidos de um núcleo que tenham 3 pessoas cresceu, aproximadamente, 13 p.p. Nesta situação, em que há três parentes conviventes, o chefe com seu cônjuge ou seu filho, configura o núcleo principal e contam com a presença de outro parente.

Por Wajnman (2012) já se sabe que a extensão em famílias brasileiras, neste período estudado, deixou de ser, em sua grande maioria horizontal, caracterizada por parentes colaterais, para se tornar mais vertical, com a presença de duas ou mais gerações de parentes. É possível observar essa tendência na Tabela 9 a seguir, além de conhecermos quem é o parente que está presente no domicílio, além do chefe.

Em domicílios estendidos menores, com somente 2 pessoas, destaca-se a convivência entre irmãos. Em 1960, o censo não distinguia irmãos na relação com o chefe. Mas não é difícil perceber, pelos números apresentados, que dentre os 77% dos chefes que vivem com outro parente, grande parte deles corresidiam com um irmão. Mas, o que chama a atenção é o aumento, ao longo do período, do percentual de chefes que passaram a residir com seu neto (a). Como já especulado no início da discussão dos resultados, essa característica se confirma

ao abrirmos a composição dos núcleos, não só para estes com dois moradores, mas também para os outros retratados na tabela.

Domicílios de um núcleo ficaram menores principalmente porque abrigam dois tipos de famílias: avós (somente um deles ou o casal de avós) com seus netos com a presença do pai ou a mãe do neto ou sem a presença deles, conformando, neste último caso, domicílios de geração pulada. Observe o que os números mostram para domicílios com 3 pessoas. Para este caso, foi possível estabelecer uma classificação do tipo de arranjo do chefe a partir do seu núcleo de reprodução (a presença de um cônjuge ou filho). Há um crescimento na parcela de arranjos monoparentais em detrimento ao tipo casal sem filhos. Juntos, esses dois tipos de arranjos estão presentes em pouco mais de 80% dos domicílios estendidos de um núcleo com 3 pessoas.

Ainda para essa categoria de domicílios, veja com quem os chefes estão corresidentando. No arranjo casal sem filho, a presença de um dos pais ou dos sogros perde espaço e os chefes desses domicílios estão convivendo mais com um neto. No arranjo monoparental também há um aumento na parcela de chefes que, além do seu filho, convivem com um neto. Ainda há os domicílios em que corresidentam parentes sem vínculo a um núcleo de reprodução. Apesar de representarem menos de 20% dos domicílios, saltam aos olhos o crescimento de netos que passaram a viver em extensão aos chefes avós.

Exceto o arranjo monoparental, em que há uma possibilidade deste neto viver com um pai ou mãe (se este for o filho do chefe), nos outros casos estamos observando netos que convivem com seus avós sem a presença dos pais no domicílio. Expressivamente, o que se vê é um aumento na ocorrência de domicílios de geração pulada.

Tabela 9 - Composição dos Domicílios estendidos com 1 núcleo familiar, de acordo com o número de corresidentes no domicílio, em 1960, 1991 e 2010

	1960	1991	2010
<b>Domicílios com 2 pessoas</b>			
<b>O Chefe vive com:</b>			
Neto	22,4%	26,8%	29,6%
Pai ou Mãe ou sogro ou sogra	0,2%	0,3%	2,0%
Irmão(ã)	-	48,7%	46,0%
Outro parente	77,4%	24,2%	22,3%
	100%	100%	100%
<b>Domicílios com 3 pessoas</b>			
<b>Tipo de arranjo do chefe:</b>			
Casal sem filhos	54,9%	44,6%	39,4%
Monoparental	27,9%	34,8%	42,7%
Outros parentes	17,1%	20,6%	17,8%
	100%	100%	100%
<b>O Chefe em arranjo casal sem filhos vive com seu cônjuge e:</b>			
Pai ou Mãe ou sogro ou sogra	19,8%	9,2%	10,6%
Irmão(ã)	-	10,2%	10,4%
Neto(a)	21,2%	35,6%	45,7%
Outro parente	59,0%	45,0%	33,4%
	100%	100%	100%
<b>O Chefe em arranjo monoparental vive com seu filho(a) e:</b>			
Pai ou Mãe	14,0%	16,5%	13,5%
Irmão(ã)	-	14,5%	11,8%
Neto(a)	44,5%	46,1%	48,4%
Outro parente	41,6%	22,9%	26,3%
	100%	100%	100%
<b>O Chefe vive com outros parentes (sem relação de conjugalidade e parentalidade):</b>			
Irmãos	-	60,1%	53,6%
Neto(a)	19,04%	24,7%	30,7%
Outro parente	85,31%	40,3%	50,3%
<b>Domicílios com mais de 3 pessoas</b>			
<b>Tipo de arranjo do chefe:</b>			
Casal sem filhos	5,9%	4,2%	7,5%
Casal com filho (os)	78,3%	78,9%	71,0%
Monoparental	13,0%	13,4%	16,9%
Outros parentes	2,8%	3,5%	4,6%
	100%	100%	100%
<b>O Chefe em arranjo casal sem filhos vive com seu cônjuge e:</b>			
Pai ou Mãe ou sogro ou sogra	29,7%	11,4%	15,7%
Irmão(ã)	-	12,0%	12,3%
Neto(a)	27,7%	62,1%	68,5%
Outro parente	79,1%	38,5%	34,1%
<b>O Chefe em arranjo casal com filhos que vive com seu cônjuge, filho(os) e:</b>			
Pai ou Mãe ou sogro ou sogra	36,0%	31,6%	32,3%
Irmão(ã)	-	10,7%	13,1%
Neto(a)	11,8%	17,7%	22,0%
Outro parente	63,3%	44,9%	39,1%
<b>O Chefe em arranjo monoparental vive com seu filho(a) e:</b>			
Pai ou Mãe	24,7%	24,7%	24,3%
Irmão(ã)	-	22,1%	26,7%
Neto(a)	33,9%	34,5%	31,0%
Outro parente	55,5%	29,4%	23,6%
<b>O Chefe vive com outros parentes (sem relação de conjugalidade e parentalidade):</b>			
Irmãos	-	67,8%	60,9%
Neto(a)	17,48%	22,9%	29,6%
Outro parente	88,52%	39,4%	49,4%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960, 1991 e 2010.

Na Tabela 9, o último grupo de domicílios estendidos com um núcleo familiar contém mais de três pessoas conviventes. Como visto anteriormente, a parcela desses domicílios que em 1960 era de 75,6% caiu para 52,7%, em 2010. Para os três anos analisados, o tipo de núcleo principal é, predominantemente, do chefe com cônjuge e filho(os) (71% em 2010). Porém, essa parcela, que já foi de 78,3% em 1960, cedeu para os demais tipos, sendo o maior aumento observado para o tipo monoparental.

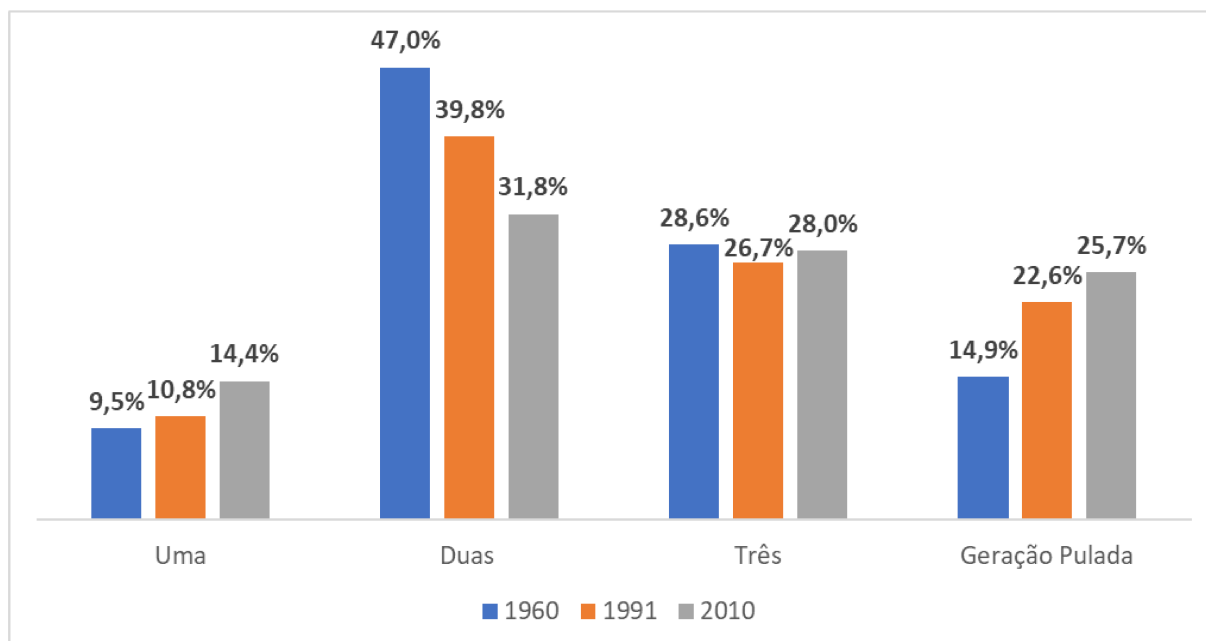
Um olhar sobre os parentes em extensão, dos chefes em seus distintos núcleos de reprodução, nos revela a relevância dos netos entres os corresidentes. Em arranjos do tipo casal, com e sem filhos, o percentual de chefes que convivem com seus pais ou sogros caiu e a parcela daqueles que agora vivem com seus netos tornou-se mais expressiva. Os maiores aumentos foram em domicílios em que o chefe correside com seu neto sem a presença do pai ou mãe da criança. Em 2010, 68,5% dos chefes em arranjos casal sem filho viviam com um neto. Nos arranjos em que o chefe vive com outros parentes, 29,6% tinham em seu domicílio um neto convivente.

A mudança na composição dos domicílios de um núcleo também pode ser vista, de maneira bem interessante, pelo número de gerações presente. A Figura 9 nos mostra a distribuição das pessoas que moram nesses domicílios de acordo com o número de gerações. A classificação uma, duas, três ou geração pulada foi realizada a partir das variáveis “tem”. Por exemplo, se Ego tem pai e tem filho, no seu domicílio tem três gerações. Se têm somente o pai, são duas gerações. Os casos de geração pulada foram computados quando Ego reside com seus avós sem a presença do pai ou quando Ego convive com seu neto sem a presença do filho(a).

Os números confirmam a tendência observada anteriormente. Nesses domicílios estendidos, a parcela de pessoas configurando duas gerações vem caindo, reflexo da mudança da coresidência do chefe ou o chefe e seu cônjuge: estão corresidentando menos com pais ou sogros e agora vivem mais com netos.

Sabemos que, ao longo desses 50 anos, o brasileiro teve ganhos substantivos na expectativa de vida e que isso tem sido um fator importante para que crianças e jovens convivam e, como mostrado, residam com os mais velhos. Mas, o que os números também sugerem é que esse arranjo familiar possa ser reflexo da mudança de comportamento da população e da necessidade de cuidados dos mais novos, principalmente na ausência de seus pais. Cada vez mais, a responsabilidade sobre esses jovens tem sido compartilhada com os mais velhos.

Figura 9 - Distribuição relativa de pessoas que moram em domicílios estendidos, com um núcleo, segundo número de gerações no domicílio



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960, 1991 e 2010.

A formação de domicílios com geração pulada responde não somente a forças demográficas, mas também sociais e econômicas. A ausência dos pais no domicílio pode estar relacionada a uma decisão econômica de migração<sup>21</sup>, por uma busca de oportunidade de trabalho fora do município de origem, principalmente em grandes centros, com a expectativa de prover recursos tanto para os filhos quanto para os mais velhos. E, nesse sentido, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho incentivaria a saída não só do pai, mas também da mãe da criança, deixando para os avós a responsabilidade de cuidado.

Aumentos na dissolução das uniões e maternidade solo elevaram a frequência de famílias estendidas (Ruggles e Heggeness, 2008). Além disso, a instabilidade das uniões pode também ser um fator relevante no aumento da geração pulada. As chances de uma criança ser cuidada por seus avós (ou só um deles) aumentaria na ausência de um dos pais ou ainda com a possibilidade de constituição de nova família por esses. Esses reflexos não seriam incomuns visto o avanço de novos tipos familiares, bem retratados na literatura.

Passamos agora para os resultados encontrados para os domicílios estendidos com 2 ou mais núcleos familiares. Apesar de representar uma parcela menor do total dos domicílios estendidos, sua representatividade mostrou-se crescente ao longo do período analisado, como

<sup>21</sup> Em publicação recente, Zimmer e Treleaven (2010) sugerem que em países de média e baixa renda, além da migração, o aumento de domicílios com geração pulada estaria associado aos reflexos das mudanças culturais e normativas nos valores relacionados à formação de famílias.

observa-se nas Tabelas 6 e 7. De 1960 a 2010, os domicílios com dois ou mais núcleos familiares passou de 20,3% para quase 38% do total de domicílios estendidos. Na perspectiva de pessoas, a mudança foi de 26,5% para 48,4%.

Nestes domicílios foi possível classificar dois ou mais núcleos de reprodução, obedecendo a relação de parentalidade e/ou conjugalidade estabelecida no algoritmo implementado. Tem-se o arranjo familiar do chefe do domicílio, chamado de núcleo principal e os demais núcleos secundários. Não foi criada uma regra de classificação dos núcleos secundários, de maneira que fossem chamados de secundários, terciários, etc. Sendo assim, estes núcleos não serão diferenciados em sua posição em relação ao núcleo principal.

Ainda sem definir os núcleos em primários ou secundários, a Tabela 10 mostra os tipos de arranjos conviventes encontrados nos domicílios de dois ou mais núcleos.

Tabela 10 - Distribuição dos domicílios estendidos, com dois núcleos ou mais, nos diferentes tipos de arranjos conviventes

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Só casal sem filho	1,4%	3,7%	0,7%	0,5%	0,6%	1,1%
Só casal com filho	36,0%	22,0%	28,1%	20,6%	16,1%	17,4%
Só monoparental	11,6%	12,7%	15,5%	20,2%	22,7%	21,9%
Casal c/ filho e Casal s/ filho	17,6%	23,7%	12,3%	9,6%	9,9%	11,7%
Casal s/ filho e Monoparental	4,8%	8,2%	4,9%	4,6%	5,5%	5,6%
Casal c/ filho e Monoparental	27,8%	28,9%	37,8%	43,6%	44,3%	41,2%
Os três tipos	0,8%	0,7%	0,7%	0,9%	1,0%	1,2%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960 a 2010.

Os núcleos de reprodução foram classificados em casal sem filhos, casal com filhos e monoparental. Foram contabilizados os tipos encontrados nos domicílios em que dois ou mais núcleos estavam presentes. Pode-se observar que, no período analisado, a composição domiciliar sofreu algumas mudanças importantes. Em 1960 era mais frequente encontrar núcleos familiares do tipo casal com filho dividindo o domicílio. Em seguida, a composição casal com filho e monoparental aparecia como o segunda mais frequente.

Ao longo desses 50 anos, como visto, núcleos familiares do tipo monoparental se tornaram mais frequentes. E sua presença em domicílios estendidos também. Desse modo, os arranjos conviventes com maior peso passaram a ser aqueles com esse tipo de núcleo. A participação de formações que têm somente casais, declinou.

Em países com largas desigualdades sociais, a discussão sobre os possíveis motivos para a decisão de moradia em domicílios compartilhados geralmente passa por três fatores: o déficit habitacional, a estratégia diante de adversidades financeiras e as necessidades de

cuidado. Seria um equívoco considerar toda coabitação como déficit habitacional. As famílias conviventes que compartilham o domicílio não necessariamente podem ser consideradas demandantes de novas moradias. No entanto, esta é uma questão difícil de se mensurar, fato que ainda provoca discussões metodológicas bem atuais (Marcos *et al*, 2022; Alves e Cavenaghi, 2016).

Deste modo, na ausência de informações sobre os motivos da coresidência entre os núcleos familiares, a exploração de dados sociodemográficos daqueles que coresidem em um domicílio ajuda a compreender a complexidade presente na formação de famílias e nas decisões de moradia, uma vez que as estratégias de coresidência, muito possivelmente, estão fortemente associadas às demandas por suporte material e cuidados. Nesse sentido, o que se faz a seguir é conhecer a condição social e geracional dos domicílios estendidos com dois ou mais núcleos de reprodução.

Para a apresentação dos próximos resultados, um ponto metodológico importante precisa ser esclarecido. Na base de dados do IPUMS é fornecido o peso amostral para domicílios e para pessoas. Neste ponto do trabalho, usaremos a desagregação em núcleos familiares. Para que os resultados sejam representativos para a população, a definição da quantidade de núcleos familiares será possível a partir da figura do chefe do núcleo. Como cada núcleo tem um chefe, o peso amostral de pessoas será utilizado para quantificar e caracterizar os núcleos dos chefes.

A Tabela 11 apresenta características gerais dos núcleos familiares. O número de núcleos familiares principais espelha o número de domicílios na situação analisada (com dois ou mais núcleos familiares) em cada ano. São domicílios que abrigam famílias conviventes, ou seja, além do núcleo familiar principal, também residem pessoas em núcleos secundários, que podem ser um (em aproximadamente 90% dos domicílios) ou mais. Em todos os anos, pouco mais da metade das pessoas nesses domicílios pertencem aos núcleos principais. Isto ocorre principalmente com o tipo de arranjo dos núcleos secundários como será visto à frente.

Tabela 11 - Caracterização dos núcleos familiares (famílias conviventes)

<b>Total de núcleos familiares</b>			
	<b>1960</b>	<b>1991</b>	<b>2010</b>
Total de núcleos familiares	1.057.880	5.077.389	8.683.672
Núcleos familiares principais	510.135	2.409.667	4.131.892
Núcleos familiares secundários	547.745	2.667.722	4.551.780
Pessoas em núcleos principais	2.262.345	9.313.862	12.663.497
Pessoas em núcleos secundários	1.683.815	7.369.020	11.962.353
<b>Tipo de arranjos dos chefes dos núcleos secundários</b>			
	<b>1960</b>	<b>1991</b>	<b>2010</b>
Casal sem filho	20,2%	12,2%	15,7%
Casal com filho	46,5%	29,6%	27,0%
Monoparental	33,3%	58,2%	57,3%
<b>Tipo de relação do chefe do núcleo secundário com o chefe do domicílio</b>			
	<b>1960</b>	<b>1991</b>	<b>2010</b>
Filho(a)	68,0%	77%	79,5%
Neto (a)	0,5%	1%	1,6%
Pai, mãe ou sogro(a)	10,7%	10%	9,0%
Irmão(ã)*	-	7%	5,6%
Outro parente	20,8%	5%	4,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960, 1991 e 2010. \*Em 1960 não havia a categorização de irmão do chefe.

É possível saber o tipo de arranjo que configuram os núcleos secundários. E o tipo predominante mudou com o tempo, como mostra a Tabela 11. Em 1960, mais de 66% dos chefes de núcleos secundários tinham cônjuges e a maioria deles, filhos no domicílio. Como exposto anteriormente, a presença do arranjo monoparental cresceu e passou a ser a maioria entre os núcleos secundários. Em 2010, um pouco mais de 57% dos chefes compunham esse tipo de arranjo.

Para completar essa análise, resta saber qual é a relação do chefe de núcleos familiares secundários com o chefe do domicílio e se isso modificou ao longo do período estudado. Os números mostram que, em grande maioria, eles são filhos dos chefes do domicílio e, em 2010, chegou a representar, aproximadamente, 80% entre os chefes parentes dos núcleos adicionais. Apesar da parcela significativa dos arranjos de filhos do chefe do domicílio, algumas mudanças chamam a atenção. Vê-se um crescimento na chefia de netos em núcleos secundários. A presença progressiva do neto em domicílios estendidos também se reflete neste conjunto específico de domicílios, alcançando 1,6% em 2010.

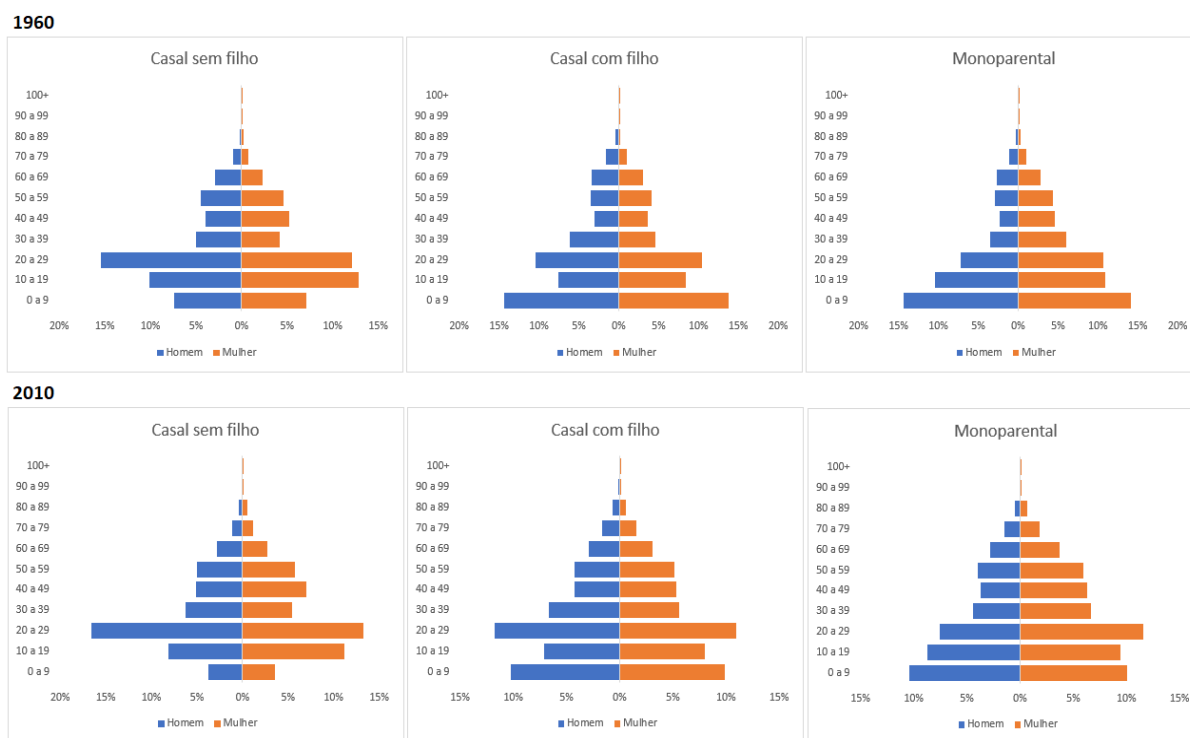
Por outro lado, há aqueles que perderam espaço na chefia dos núcleos familiares secundários. Observa-se uma pequena redução em núcleos secundários chefiados por pais ou sogros do chefe do domicílio. De forma mais significativa, essa redução ocorreu com a presença de outros parentes. Infelizmente, em 1960, não é possível identificar o irmão do chefe do domicílio na base de dados. Mesmo assim, ao agregarmos essa categoria aos de outros



parentes, podemos observar que de 1960 a 2010 arranjos de demais parentes perderam espaço no domicílio estendido, caracterizando a mudança da coresidência horizontal para a coresidência vertical, entre gerações.

A composição geracional pode ser vista com mais detalhes nos gráficos abaixo. Eles expressam a distribuição por idade e sexo das pessoas em domicílios estendidos por tipo de arranjo do núcleo secundário. Para simplificar a apresentação, são mostrados os gráficos para 1960 e 2010.

Figura 10 - Distribuição por idade e sexo das pessoas em domicílios estendidos com mais de um núcleo, por tipo de arranjo do núcleo secundário, em 1960 e 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960 e 2010.

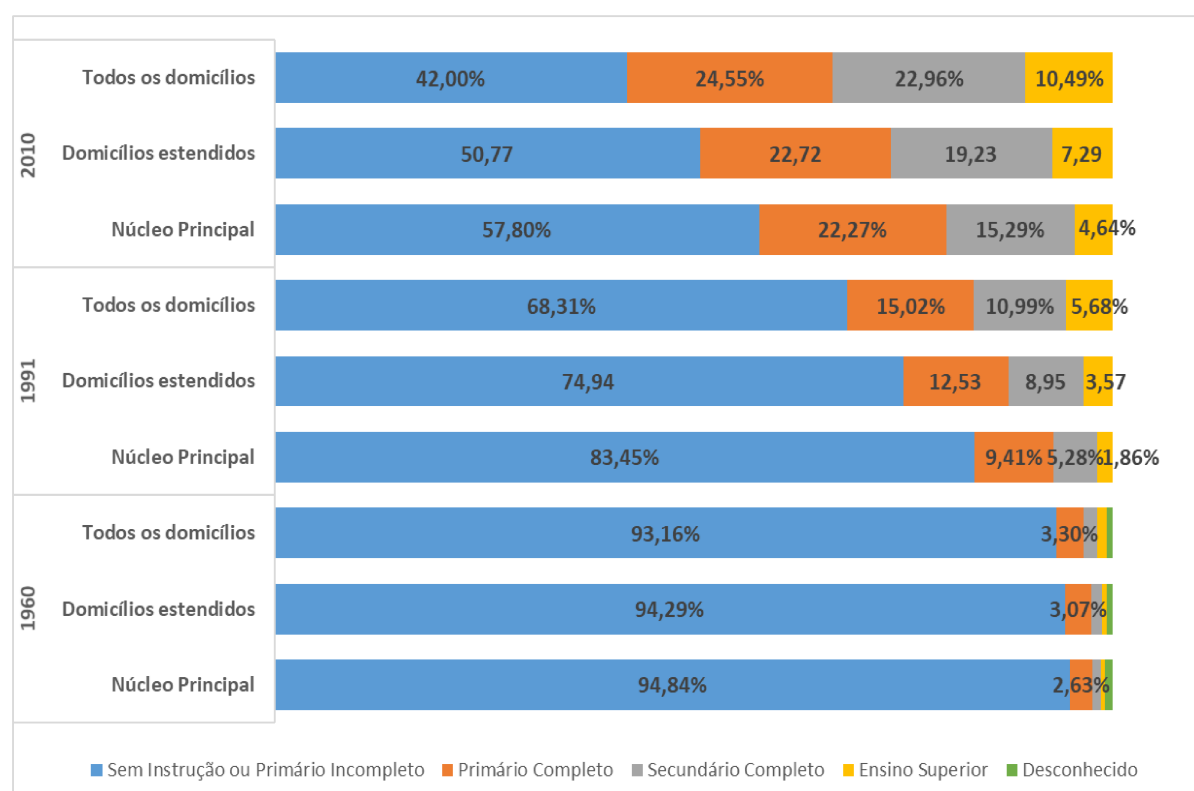
Como toda pirâmide etária que se observa para anos distintos das últimas décadas, é nítido o resultado do envelhecimento da população. No entanto, para esta análise, o que chama a atenção são as faixas etárias mais significativas para a composição dos núcleos secundários. Para todos os tipos de arranjos vê-se, de maneira evidencial, a forte presença de jovens de 20 a 29 anos nos núcleos.

É fato que, em 1960, pessoas ainda mais jovens eram preponderantes, principalmente em núcleos com a presença de filhos, resultado da alta fecundidade à época. Mas, em 2010, após muitas transformações ocorridas na composição das famílias brasileiras (muitas delas apresentadas neste trabalho), pode-se concluir que a coresidência entre núcleos familiares é

uma estratégia para muitos jovens de 20 a 29 anos quando vivenciam a formação de sua própria família. Na soma dos resultados apresentados, o que fica claro é que antes esse jovem permanecia na casa de seus pais com seu cônjuge e, posteriormente, com os filhos. Agora, há uma mudança na composição desse núcleo secundário. A presença do cônjuge não é preponderante entre as jovens famílias. Com a ausência do cônjuge/companheiro, o suporte dos pais para muitas jovens mães deixa de ser somente financeiro e agora inclui também o cuidado do neto.

Tem-se como grande interesse nesse trabalho, entender até que ponto as características socioeconômicas andam juntas com as transformações ocorridas nos domicílios brasileiros e as complexidades das formas familiares. Nesse capítulo, em que as famílias estendidas são exploradas, é relevante entender se a ocorrência de famílias conviventes pode acontecer para qualquer grupo da população ou está associada a algum grupo menos favorecido. Para tentar inferir este resultado, inicia-se fazendo uma análise do nível de escolaridade do chefe do domicílio (núcleo principal), a partir do gráfico disposto na Figura 11.

Figura 11 - Nível educacional de chefes de núcleo, dos chefes de domicílio estendido e de todos os domicílios em 1960, 1991 e 2010



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1960, 1991 e 2010.

O gráfico traz a distribuição, por nível educacional, dos chefes de núcleo principal, dos chefes de todos os domicílios estendidos (único núcleo + dois núcleos ou mais) e chefes de todos os domicílios. A apresentação dos dados dessa forma nos permite avaliar, comparativamente, em que situação se encontram os chefes de domicílios com famílias conviventes.

É possível perceber que a mudança no nível educacional desses grupos, ao longo dos anos, está bastante alinhada a melhora educacional que, no geral, aconteceu para toda a população brasileira. Mas, há um outro ponto que chama atenção nesse gráfico e que pode carregar uma informação importante a respeito das famílias conviventes.

Nota-se que, em 1960, para qualquer grupo de chefes, a parcela deles com baixo nível educacional é bem semelhante. Cerca de 94% deles tinham até o primário incompleto. Nos anos seguintes o nível educacional passa a apresentar melhoras gradativas com mais chefes com o primário ou secundário completo. No entanto, em 1991 e 2010, não mais há semelhança no nível de escolaridade entre os grupos analisados e chefes em domicílios estendidos passam a ter menor nível educacional comparado aos chefes de todo tipo de domicílio.

Observa-se ainda que, chefes em domicílios com famílias conviventes apresentam-se em situação mais vulnerável. Entre os grupos de chefes, aquele representativo do núcleo principal de domicílios com famílias conviventes tem a maior parcela com baixo nível de escolaridade. Estas evidências começam a sugerir que a presença de domicílios estendidos com famílias conviventes possa ter adquirido, com o passar dos anos, traços de uma situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

Para aprofundar a análise socioeconômica dos domicílios com dois ou mais núcleos familiares, buscou-se entender um pouco mais a relação de dependência financeira entre os núcleos. Foi estimada a renda total de cada núcleo familiar. Os núcleos com renda igual a zero foram identificados bem como a parcela da renda total do núcleo sobre a renda total do domicílio. Em análises comparativas no tempo com a utilização da variável renda, o ano 1960 não pode ser utilizado por não ter esta variável no banco de dados original. Assim, passamos a utilizar, a partir de agora, o ano 1970.

A Tabela 12 mostra que, em 1970, 15,2% dos núcleos não tinham renda sendo, a maioria deles (89%), núcleos secundários. Em 2010, o número de núcleos familiares sem renda se reduziu, passando para 11,9%. Se nessa conta levamos em consideração somente núcleos secundários, em 1970, 26% deles não tinham renda. Em 2010, 20%. A dependência total do núcleo secundário em relação ao núcleo principal caiu entre os dois anos analisados.

Tabela 12 - Percentual de núcleos familiares com renda total igual a zero em domicílios com famílias conviventes, em 1970 e 2010

	1970*	2010
Total núcleos (em domicílio com renda>0)	1.571.215	8.503.651
% Nucleos sem renda	15,2%	11,9%
Nucleos principais sem renda	26.809	110.277
Nucleos secundários sem renda	211.602	900.357
<b>% dos núcleos secundários sem renda sobre o total de núcleos, em cada tipo de arranjo</b>		
casal sem filho	20,3%	12,9%
casal com filho	6,8%	8,4%
monoparental	48,3%	27,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 2010.

\*Total de núcleos em 1970: 1.589.242

Para os núcleos familiares secundários, apontou-se também o percentual sem renda em cada tipo de arranjo. Há mudanças significativas entre os dois períodos. Nos núcleos secundários do tipo monoparental encontra-se a maior parcela dependente financeiramente dos núcleos principais. Quase metade deles em 1970 (48,3%). A boa notícia é que esse percentual passou para 27,7% em 2010. Em núcleos com arranjo casal sem filhos, há também uma queda significativa. Por outro lado, vê-se um pequeno aumento no percentual de núcleos do tipo casal com filhos que não possuem renda.

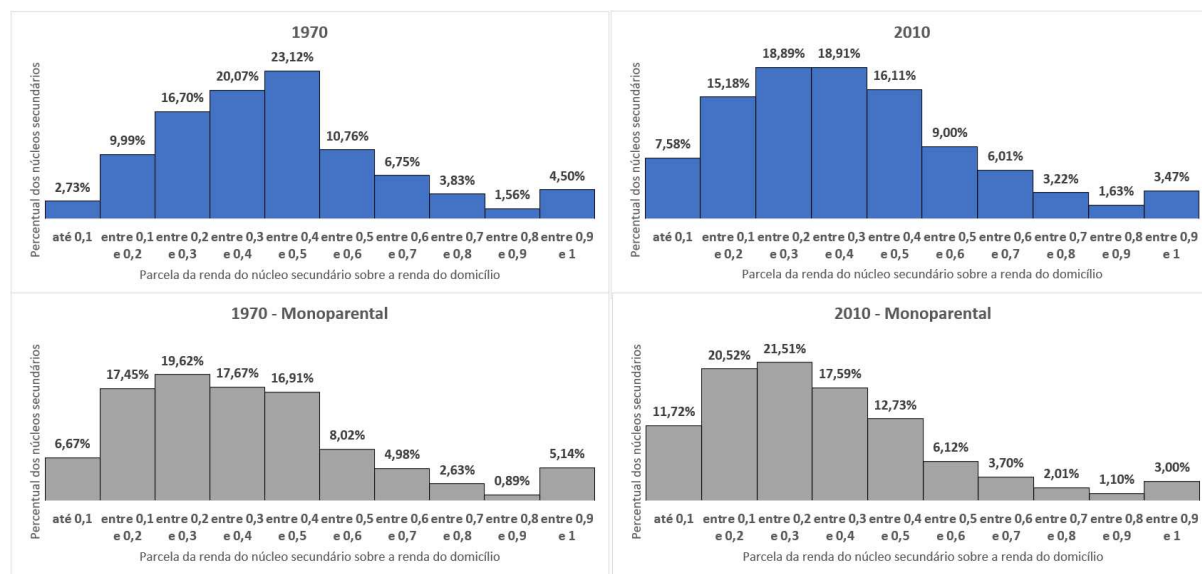
De maneira geral, pode-se notar que houve uma redução na proporção relativa dos núcleos com nenhum tipo de renda, dependentes financeiramente do núcleo principal. A queda observada para o núcleo secundário do tipo monoparental foi bastante significativa o que, na realidade, pode ser ofuscado pelo aumento desse tipo de arranjo entre os núcleos secundários. Também é importante salientar que núcleos sem renda representam numa pequena parcela do total de núcleos. A situação de dependência pode ainda ser relevante quando consideramos os núcleos com alguma renda. É o que se faz a seguir.

Como já foi dito, foi possível calcular a renda total de cada núcleo a partir da soma de rendas individuais dos seus corresidentes. O mesmo se fez para os domicílios, obtendo-se também a renda domiciliar total. Em seguida, criou-se um indicador de dependência financeira capaz de mostrar a parcela representativa da renda do núcleo secundário sobre a renda do domicílio ao qual pertence. Para facilitar a apresentação, optou-se por fazer um corte do indicador – que varia de 0 a 1 – em dez faixas e então comparar os resultados para 1970 e 2010 por meio de histogramas. A Figura 12 apresenta estes gráficos.

Os gráficos da Figura 12 mostram a distribuição dos núcleos secundários, por faixas representativas da parcela da renda do núcleo secundário sobre a renda total do domicílio, para

1970 e 2010. Abaixo essa ilustração é feita considerando o arranjo secundário do tipo monoparental.

Figura 12 - Distribuição dos núcleos secundários de acordo com a parcela da renda do seu núcleo sobre a renda do domicílio



Fonte: Elaboração própria com base nos dados dos Censos Demográficos de 1970 e 2010.

Pode-se observar algo em comum em todos os gráficos. Há uma maior concentração nas faixas à esquerda indicando que os núcleos secundários são responsáveis por menores parcelas da renda do domicílio. Em geral, essa característica vale tanto para 1970 quanto para 2010. Mas há diferenças relevantes aos olhos. No primeiro gráfico, em 1970, vê-se um pico nas faixas intermediárias indicando que, aproximadamente, 45% dos núcleos secundários tinham entre 30% e 50% da renda do domicílio. Em 2010 esse pico é menos intenso em faixas mais à direita, indicando uma parcela maior de núcleos com baixa contribuição sobre a renda do domicílio.

Nos gráficos inferiores o mesmo tipo de informação é mostrado para um núcleo secundário específico, o monoparental. Em 2010, a distribuição apresenta uma calda mais longa à direita mostrando núcleos ainda mais concentrados nas faixas mais baixas de contribuição da renda do domicílio. É importante lembrar que se trata de um grupo muito jovem, constituído na maioria das vezes por filhos dos chefes e seus netos. Assim, como há uma parcela deles totalmente dependente da renda do núcleo principal, vê-se que são os que apresentam maior dificuldade para contribuir para os recursos do domicílio.

#### 4.4. Discussão

O modelo de família nuclear, preponderante na primeira metade do século XX, pode ser visto como decorrente de fatores combinados: das condições demográficas (com a queda da mortalidade e da fecundidade), do processo de desenvolvimento econômico (já que se encaixou muito bem na transformação do modelo econômico familiar, na industrialização e urbanização) e da mudança comportamental e cultural (do desejo de prosperidade, principalmente, para os filhos, com o interesse dos pais em oferecer melhores oportunidades de vida a cada um deles).

Seguindo a ordem normativa, espera-se encontrar domicílios em que pais e filhos (cada vez menos) compartilhariam uma residência, constituindo uma família, até que os filhos crescessem e se tornassem independentes, deixando o domicílio para constituir sua própria família. Porém, o que ficou claro é que as formas familiares não são mais tão rígidas, evoluíram junto com o desenvolvimento da sociedade, espelhando, nas decisões de coresidência, a diversidade de escolhas que se tem no curso da vida. No entanto, é preciso ter cautela para dizer que a família em que se vive hoje responde somente a um padrão ideacional, de escolha pessoal. Para qualquer análise da mudança nas famílias (e os resultados desta tese mostram isso) é preciso considerar as restrições econômicas e sociais que podem ser muito mais fortes para determinar o tipo de família.

Com esses pontos bem definidos, partiu-se para uma análise das mudanças das famílias, observáveis no censo demográfico brasileiro. Observa-se que, na segunda metade do século XX, há uma emergência de arranjos que se distanciaram do modelo de família nuclear. Vê-se o aumento de famílias monoparentais e o aumento dos domicílios estendidos, sendo que este último vai na contramão do que é esperado para o período moderno. Em comum nestas duas formas familiares estaria a complexidade decorrente de eventos até então raros ou marginais como as formas de união mais instáveis, a dissolução das uniões por meio de separações e divórcios e os nascimentos de crianças não decorrentes de uma união formalizada. A relação desses eventos com a família monoparental é direta, mas, para enxergar seus efeitos na família estendida, foi preciso empregar um esforço um pouco maior.

Assim, neste capítulo, o principal objetivo era apresentar os domicílios estendidos de uma maneira ainda não vista para uma sequência de anos do censo demográfico: com os seus núcleos de formação identificados e caracterizados, deixando a descoberto as complexidades adjacentes às novas formas familiares observadas com a mudança das famílias no século XX.

Isso é importante para que nenhum tipo de família deixe de ser mapeada quando ocorre apenas a caracterização do domicílio.

Como primeiro resultado, pode-se observar que o crescimento das famílias monoparentais no período é muito maior quando consideramos não só os domicílios nucleares, mas também os núcleos familiares monoparentais dentro dos domicílios estendidos. O evento gerador da formação monoparental (dissolução da união ou nascimento não associado a uma união) é o mesmo para os dois casos. Mas a decisão de estar em um domicílio individual ou em um domicílio compartilhado com outros parentes resulta de estratégias e oportunidades distintas para a definição da vida familiar.

Analisando as condições socioeconômicas a partir da distribuição nos decis de renda domiciliar *per capita*, os núcleos monoparentais nucleares estão hoje espalhados por todas as posições. Do mais pobre ao mais rico. Resposta a uma mudança ideacional e cultural sobre os comportamentos familiares? Parece fazer sentido quando se considera o enfraquecimento do gradiente socioeconômico negativo sobre as novas formas familiares, assunto explorado nas discussões da literatura pautadas na teoria da Segunda Transição Demográfica. Mas um olhar sobre os núcleos monoparentais em domicílios estendidos, distribuídos nos decis de renda, indica que a decisão de moradia para esse tipo familiar está associada a uma vulnerabilidade socioeconômica, cabendo avaliar outros determinantes além de comportamentos mais modernos, como o apoio financeiro e de cuidado.

Ao explorar mais a fundo as relações de parentesco e os núcleos dos domicílios estendidos observou-se que a maioria dos domicílios estendidos é composto por apenas um núcleo, por conter somente um núcleo de reprodução acompanhado de parentes em extensão. No início do período analisado, quase 80% dos domicílios estendidos eram compostos assim, perfil que foi mudando ao longo do tempo e, em 2010, eles representavam pouco mais de 62%.

Os domicílios estendidos com somente um núcleo ficaram menores. Quase metade deles, 48,3% têm até três pessoas. A composição também mudou. Estão muito mais presentes netos do chefe e, muitas vezes, sem o pai ou a mãe. Em 2010, aproximadamente 27% dos domicílios com um núcleo familiar poderiam ser identificados com a “geração pulada”. Este também é um resultado das novas complexidades familiares.

Em domicílios com dois núcleos ou mais, em 1960, os arranjos mais frequentes entre as famílias conviventes eram de casais. Além do núcleo do chefe, filhos jovens e seus cônjuges, tinham o apoio dos pais para o início de sua vida familiar. Isso mudou e o que se vê são arranjos monoparentais (filhos e netos) tomando lugar nas composições domiciliares, alcançando 57,3% de representatividade entre os arranjos dos núcleos secundários em 2010.

A coresidência entre netos e avós se tornou muito importante na última metade do século XX, tanto pelo aumento da frequência com que ocorre quanto pelos resultados no bem-estar da família. É sabido que o efeito combinado da maior longevidade e a menor fecundidade tem aumentado as oportunidades de coresidência. Mas o enfraquecimento das relações conjugais também contribui de forma significativa para a ocorrência da coresidência com os avós.

Neste período, foram 50 anos de transformações culturais e normativas, muito bem definidas na Teoria da Segunda Transição Demográfica, que mudaram os valores familiares e suas possibilidades de formação. O número crescente de arranjos monoparentais (tanto mononucleares quanto aqueles em domicílios multinucleares) é um reflexo da instabilidade conjugal, que se materializa nas separações e divórcio e nas relações menos comprometidas.

O número crescente de crianças que vivem com um dos pais e a participação das mães no mercado de trabalho (considerando que a maioria das famílias monoparentais é chefiada por mulheres) podem significar uma maior necessidade da presença dos avós para ajudar a cuidar das crianças. Em famílias monoparentais mais vulneráveis, a ajuda dos avós pode não se limitar somente às horas de cuidado com os netos. Assim como ressalta Wajnman (2012), é cada vez mais frequente que os avós apoiem ou até substituam os pais na função de suporte material, principalmente neste momento que observamos uma maior disponibilidade financeira dos idosos, própria do estágio de ciclo de vida em que estão e reforçada pelo papel da seguridade social. Na convergência dessas necessidades, a coresidência torna-se uma decisão natural e, como vimos, é cada vez mais comum nos domicílios estendidos brasileiros.

A complexidade familiar que, no início da segunda metade do século XX, era configurada na coresidência de jovens casais com os pais (ou sogros) hoje transparece no crescente número de arranjos monoparentais e na ocorrência da “geração pulada”. Se isso não fosse um resultado decorrente da instabilidade familiar, veríamos nesses domicílios estendidos mais núcleos familiares de netos com seus pais (casal) e não somente com um dos pais.

A instabilidade e a complexidade familiar, que caracterizam a segunda fase do fluxo de mudanças ocorridas nas famílias (resumido na Figura 2, no início deste trabalho), puderam ser observadas (também) no Brasil estando descritas no desenvolvimento que acaba de ser apresentado para as famílias estendidas brasileiras. Mas, de acordo com a leitura das teorias apresentadas, haveria uma terceira fase. Quando as famílias acomodariam as mudanças nos papéis tradicionais de gênero.

Se caminhássemos para a segunda fase da revolução de gênero, como observado em alguns países europeus, observaríamos uma maior estabilidade conjugal com a difusão de



atitudes igualitárias e uma distribuição mais equitativa das atividades entre homens e mulheres. Isto facilitaria a organização dos casais no arranjo doméstico, favorecendo a estabilidade familiar. Cherlin (2016) argumentou que essa é uma possibilidade remota tendo em vista que o que o status socioeconômico seria um fator muito relevante para definir a família e esse equilíbrio nas relações de gênero.

Assumindo o casal como unidade de análise, estende-se a discussão sobre as complexidades das famílias brasileiras para as implicações das relações de gênero. Com dados da Pnad, foram selecionados casais compostos por mulheres de 25 a 50 anos. O objetivo é entender como estão associados o tipo de união, as relações de gênero e as condições socioeconômicas. Uma discussão da literatura sobre o tema bem como os resultados encontrados são apresentados no próximo capítulo.

## 5. O ARRANJO DOMÉSTICO E FAMILIAR DE CASAIS BRASILEIROS NA PNAD 2014

Os resultados apresentados e as discussões feitas no capítulo anterior permitiram lançar um olhar mais profundo em um dos aspectos das mudanças ocorridas nas famílias brasileiras – a sua estrutura, com a descrição da composição domiciliar. O foco nos domicílios estendidos possibilitou o desenvolvimento de um padrão distinto de análise, permitindo entender que a instabilidade de uniões pode estar diretamente relacionada à composição deste tipo de domicílio.

No domicílio, a presença de mães com seus filhos corresidindo com outros familiares, na grande maioria das vezes os pais destas mães, ou ainda, netos residindo apenas com seus avós, permite inferir que, anteriormente a essa conformação domiciliar estendida, havia um casal.<sup>22</sup> Infelizmente, não temos informação suficiente para saber em que momento o possível casal decidiu por não corresidir ou deixar de ser um casal. Mas toda a análise do capítulo anterior sugere que a monoparentalidade está fortemente associada à formação de domicílios estendidos pela corresidência com outros parentes além daqueles que comporiam o núcleo familiar.

Para responder ao segundo objetivo específico deste trabalho, que busca analisar a associação entre a complexidade familiar e papéis de gênero e sua relação com o status socioeconômico, o casal, como unidade de análise, torna-se o objeto de estudo a partir de agora. Isto porque a complexidade moderna (esta, que conforme discutido no capítulo 3, não está limitada ao falecimento de um dos cônjuges), assim como define Therbon (2004), também inclui, além da dissolução, várias formas menos comuns no passado para os padrões de formação de famílias. Um casal hoje pode decidir corresidir antes da formalização da união, ou nunca se casar, ter somente um filho ou deliberadamente não ter. Além disso, se afastando do modelo tradicional de papéis de gênero, também pode adotar distintas estratégias de alocação do tempo para a provisão de rendimentos e de cuidados necessários a seus membros da família, sendo um casal de dupla renda, ou um casal que a mulher assume a provisão dos rendimentos. Qualquer que seja a escolha, os padrões familiares observados atualmente se diferenciam da homogeneização e convergência da família conjugal *breadwinner-homemaker* prevista por Goode (1963) em meados do século XX.

---

<sup>22</sup> A existência de um casal, ou um par de pessoas de sexos opostos, pode ter se limitado a apenas o momento da concepção, embora mesmo essa afirmação possa ser refutada pelas alternativas de reprodução assistida que prescindem da existência de um par de pessoas com qualquer tipo de conexão. Ainda assim, em termos demográficos, continua válido afirmar que a imensa maioria de famílias nas quais há uma relação monoparental, em algum momento passado, houve um casal que poderia ou não ter formado um núcleo bi parental.

Com a institucionalização de mudanças, sejam elas ideacionais, culturais ou legais como a legalização do divórcio por exemplo, a decisão sobre o tipo de união e a conformação doméstica da vida familiar dos casais ficaram definitivamente mais complexas e não mais totalmente alinhadas ao padrão uniforme de meados do século XX, principalmente, aquelas que tiveram o poder de alterar significativamente o papel das mulheres na vida pública e privada. Se Goode (1963) previu um *mach* perfeito entre a industrialização como organização social e o casamento *breadwinner-homemaker* como organização familiar, faltou a ele argumentação para a ocorrência do mau ajuste dessas duas perspectivas (Furstenberg, 1999), principalmente quando o arranjo econômico e social permitiu a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, rompendo assim, o modelo de especialização feminina na esfera doméstica.

A alta escolarização das mulheres, a perspectiva de geração de renda e, mais do que isso, a idealização e busca de uma carreira profissional, levou o modelo de casamento baseado na especialização de gênero se tornar cada vez menos persuasivo. O significado do casamento mudou e isso se revelou não só no aumento de casais de dupla renda (abrangendo, em muitos casos, mulheres com filhos no mercado de trabalho), mas também no aumento de possibilidades de escolha das mulheres sobre se, quando e de que forma se unirão à parceiros para início de uma vida familiar.

Muitos pesquisadores dizem que, como ideal, a união forte e duradoura nunca deixou de ser desejada, principalmente quando há crianças envolvidas. E o casamento continua sendo um arranjo preferencial, haja vista os esforços de legisladores em tornar a união consensual muito próxima ao casamento perante a lei e conceder o direito ao casamento a casais do mesmo sexo (Therbon, 2004). No entanto, o casamento tem se tornado cada vez menos uma promessa de compromisso permanente e mais um compromisso condicional de permanecer juntos enquanto ambas as partes estiverem dispostas e capazes (Furstenberg, 1999). No mundo pós-moderno, novos valores se tornaram centrais para um compromisso permanente: igualdade, respeito mútuo e compartilhamento.

Com tudo isso em mente, nesta parte do trabalho, assume-se os casais como unidade de investigação para explorar os distintos modelos conjugais no que diz respeito ao tipo de união e ao arranjo de divisão de trabalho e renda entre os cônjuges. Tem-se o propósito de entender as complexidades, cientes de que, para os casais, ela se expressa historicamente na união consensual (muitas vezes referida neste trabalho como união informal) e em modelos mais modernos, que fogem da formação tradicional (como a crescente parcela de casal sem filhos) e da organização tradicional de gênero das responsabilidades domésticas (como o casal de

dupla renda) (Therbon, 2004). Neste ponto, a principal hipótese é que o retorno da complexidade histórica e suas novas formas de apresentação estão muito ligados à mudança no papel social da mulher nas sociedades modernas.

Reconhecemos que, historicamente, a união consensual está associada a arranjos de uma população em camadas sociais mais baixas. No entanto, as perspectivas trazidas pela Segunda Transição Demográfica (STD) nos orientam sobre uma parcela de mulheres educadas e de classes sociais mais altas que ressignificaram o tipo de união em que desejam estar, uma das consequências das mudanças ideacionais observadas.

Diante disso, para responder ao objetivo proposto, desenvolveu-se uma classificação dos casais em uma escala de tradicionalismo de gênero, a partir da divisão entre eles das responsabilidades do trabalho remunerado e não remunerado. A forma de organização do arranjo doméstico desses casais associadas as suas características socioeconômicas e de arranjo familiar (tipo de união escolhida e a forma familiar em que vivem) permitirá entender como as complexidades se relacionam às mudanças pautadas pela STD e pela Revolução de Gênero.

Contudo, antes de apresentar a estratégia metodológica e os resultados alcançados neste capítulo, faz-se uma discussão dos tipos de uniões das mulheres brasileiras, da divisão dos papéis de gênero e da associação entre eles. Não se trata de esgotar todas as perspectivas dessa discussão, mas trazer elementos importantes para os resultados que serão discutidos a seguir.

### **5.1. Status socioeconômico, tipo de união e papéis de gênero**

Tradicionalmente, a América Latina se caracteriza por um padrão histórico de nupcialidade: a coexistência de casamentos formais e uniões consensuais. A rota histórica, socioeconômica e cultural que definiram o significado social do casamento e da união consensual, difere fortemente daquelas observadas nos países desenvolvidos (Arriagada, 2002). Pode-se dizer que está fortemente ligada ao contexto de vida diverso dos diferentes tipos de população que constituíram a formação dos países latino-americanos.

Na América Latina, incluindo o Brasil, o contexto de viver juntos como um casal, sem estarem casados, tem uma longa história. Isto porque a formação de uniões alternativas ao arranjo matrimonial estrito faz parte do sistema familiar latino-americano por séculos, presente entre os costumes de povos nativos antes mesmo da colonização. Evidências etnográficas que incluem grupos indígenas brasileiros mostram populações que não eram estritamente monogâmicas, sendo que a maioria consentia uniões consensuais ou sexo extraconjugal (Esteve *et al.* 2016a).

Nas colônias, a reprodução das crenças e da organização do modelo familiar europeu, regido pelas leis da Igreja Católica e definido no casamento formal e monogâmico, não aconteceu de maneira absoluta. O concubinato era uma prática frequente entre os colonos. Casados na metrópole, viviam com outra mulher na colônia mesmo sendo impedido de se casar com ela. Entre os solteiros, por seguirem o sistema de dote e a homogamia de classe social, as diferenças de raça ou classe reduziam o interesse na realização do casamento formal (Esteve *et al.* 2016b).

Os escravos mantinham laços familiares bastaste instáveis diante possibilidade de separação de seus membros, quando eram vendidos por seus donos. Embora os proprietários de escravos tivessem algum interesse em que seus escravos tivessem filhos que pudessem usar ou vender, eles não tinham interesse em promover o desenvolvimento de laços familiares entre eles (Laplante *et al.*, 2019). Com isso, muitos não permitiam que seus escravos se casassem.

Ainda durante o período colonial e imperial, outros fatores estruturais estimularam a burla de regras formais e ajudaram a explicar a prevalência da união consensual e de filhos ilegítimos. Laplante *et al.* (2019) destacam que, mesmo pessoas livres que mantinham o desejo de se casarem ainda tinham dificuldades em formalizar a união. Isto porque havia um número insuficiente de padres católicos, forçando o mesmo sacerdote a officiar em uma área muito grande. Além disso, a grande mobilidade geográfica da população dificultava o controle das uniões oficiais por parte da administração local e da Igreja.

Segundo Esteve *et al.* (2016b), a chegada de imigrantes europeus (portugueses, italianos, alemães) e japoneses no final do século XIX e início do século XX possibilitou um reforço no padrão de casamento típico da Europa Ocidental, compondo cultural e institucionalmente o crescimento de centros urbanos e industriais. Como consequência, tornou-se parte integrante do processo de aburguesamento urbano.

Para Esteve *et al.* (2012), isso não apenas fez com que a incidência de coabitação variasse geograficamente e em função da mistura étnica, mas também produziu o surgimento de um acentuado gradiente por nível educacional e classe social: quanto maior o nível de educação, menos se observa uniões consensuais e mais se observa o casamento. Assim, na formação histórica do Brasil e da América Latina, a união consensual se tornou um marcador de exclusão econômica e social, associado a populações indígenas e afrodescendentes e pessoas de classes mais baixas (Castro-Martin, 2002; Arriagada, 2002; Laplante *et al.*, 2019).

Apesar de serem frequentes as referências na literatura que dão conta da existência das uniões consensuais desde o período colonial e seu gradiente socioeconômico, obter evidências de como se configurou o padrão dual de nupcialidade no Brasil não é uma tarefa fácil. Para a

era colonial, os principais registros sempre estiveram concentrados em áreas de colonização mais antigas e consolidadas (Stolcke, 2006). O olhar sobre esses registros sempre exigiu cautela, uma vez que o processo de colonização não foi o mesmo em todas as partes do país e porque algumas áreas mantiveram ou preservaram seus registros históricos melhor do que outras (Laplante *et al*, 2019).

Para nossa história recente, o censo demográfico passa a ser um importante aliado no estudo do processo de formação de uniões e de famílias brasileiras no século XX. E, neste esforço, o gradiente negativo da união consensual com a classe social ainda é o ponto de partida para as principais discussões da literatura, como pode-se ver a seguir. Mas, também foi interesse entender a queda na prevalência da união consensual durante as décadas 1940 e 1970. Os números do primeiro censo moderno brasileiro mostraram que 13,2% dos casais viviam em união consensual. Este número atingiu seus valores mais baixos em 1960 e 1970, 6,4% e 6,9%, respectivamente.

Sem o intuito de tentar esgotar as possibilidades, Vieira (2016) faz uma reflexão muito importante sobre os principais pontos que puderam gerar esse efeito observado na formação de famílias brasileiras. Nestes anos, concentram-se os efeitos da industrialização e urbanização, que marcaram um período de desenvolvimento econômico. A ascensão de uma classe assalariada vivendo nas cidades, com direitos assegurados pelas políticas sociais e trabalhistas promovidas pela era do Presidente Getúlio Vargas, fez com que se quebrassem barreiras à formalização do casamento observadas entre os mais pobres e excluídos socialmente. Nas cidades tinham mais chances de acesso aos aparatos do Estado, incluindo cartórios de registro civil. A fixação de direitos aos trabalhadores extensíveis a esposa e filhos também foi muito importante, estimulando a formalização do casamento.

No entanto, o que se observou a partir de então foi um aumento expressivo das uniões consensuais. O boom da coabitação, assim chamado por Esteve *et al* (2012), ocorreu na América Latina e Brasil desde 1960, e em alguns casos se acelerando a partir 1990. Para este cenário, é possível observar, em trabalhos da literatura, uma ampla gama de discussões, teorias e justificativas para a configuração do padrão dual que segue até os dias atuais. A consolidação deste padrão e, mais ainda, o crescimento sustentado das uniões consensuais, deram origem a uma dualidade agora dentro deste tipo de união: a tradicional e a moderna.

Castro-Martin (2002) chamou a atenção para a heterogeneidade nas formas de uniões consensuais. A decisão de corresidir com seu parceiro, sem a formalização da união, pode ser uma alternativa a não morar sozinho, uma estratégia à maternidade solo e até um prelúdio de um casamento adiado por dificuldades econômicas ou restrições legais (neste caso, diante da

impossibilidade da formalização da união entre pessoas que já foram casadas alguma vez) (Castro-Martin, 2002). No entanto, o que definiu a classificação das uniões nos tipos tradicional e moderna foi o crescimento da incidência da união consensual entre grupos nos quais dificilmente se observaria antes, tornando-se um status comum entre pessoas de todas as classes socioeconômicas.

O tipo tradicional reproduz o padrão histórico discutido até agora, sendo um substituto do casamento formal em estratos sociais com baixa educação e pouca perspectiva econômica. O tipo moderno surge nos estratos sociais mais abastados, entre mulheres escolarizadas, resultante das mudanças ideacionais por vezes documentadas pela Segunda Transição Demográfica (Castro-Martin, 2002; Covre-Sussai *et al.*, 2014; Vieira, 2016). Sugere-se que o aumento significativo de casais em uniões não formalizadas aconteceu em contexto de crescente autonomia individual, secularização e maior tolerância geral (Esteve *et al.*, 2012).

No Brasil, a proporção de uniões conjugais informais cresceu de 6,4% em 1960 para 36,4% em 2010 (Esteve *et al.*, 2016b e IBGE, 2010). Entre as mulheres de 25 a 29 anos, 7,2% estavam em união consensual em 1970 enquanto em 2010, essa parcela foi de 51%. O Brasil pertence a um grupo de países latino-americanos (Argentina, Uruguai, Chile são os outros) em que se observa uma frequência muito baixa de uniões consensuais entre os casais na metade do século XX. Ou seja, no início deste período, a união informal não era comum, nem mesmo entre os estratos mais baixos da população (Esteve *et al.*, 2016b).

A composição do crescimento desse tipo de união, nas décadas seguintes, ganha forma no trabalho de Esteve *et al.* (2016b), que mostra o comportamento do gradiente educacional negativo sobre a união consensual nos dados censitários de 1970 a 2010. Inicialmente, é possível observar que o crescimento é maior entre mulheres com ensino fundamental. No entanto, a partir de 1991, os dados mostram a rápida expansão da união consensual entre as mulheres mais escolarizadas, com ensino médio e educação superior. Os autores concluem que o gradiente educacional permanece negativo em todos os níveis, mas os níveis sobem de forma muito sistemática entre todos os estratos sociais.

Com evidências deste tipo, alguns autores entenderam ser possível afirmar que as mudanças observadas no perfil das mulheres em uniões informais poderiam ser sinal do início da Segunda Transição Demográfica na América Latina e no Brasil, resultado do desenvolvimento socioeconômico e de mudanças no domínio ideacional em direção a valores pós-modernos, como secularização e individualização (Covre-Sussai, 2016). No entanto, pelo menos no Brasil, essa discussão não parece consolidada, já que há indicativos de que a

nupcialidade ainda está atrelada aos padrões históricos de classe, raça e religião (Cunha e Verona, 2018).

Analisando os dados de 2010, Covre-Sussai (2016) também confirma a continuidade do gradiente educacional negativo ao mostrar que a probabilidade de viver em união consensual, ao invés de ser casada, diminui à medida que a escolaridade da mulher aumenta. No entendimento da autora, apesar da associação negativa com a educação, o fato de a união consensual ter se tornado comum nas classes média e alta, mostra uma evidência da coexistência de diferentes tipos de união consensual no Brasil. Os resultados de Covre-Sussai mostram que casais que compartilham a mesma religião (especialmente evangélicos) são menos propensos a viver em união consensual e, além disso, a probabilidade de viver em união consensual está associada à raça, sendo os brancos menos propensos a fazê-lo.

Cunha e Verona (2018) mostram resultados bastante semelhantes em seu estudo e ainda destacam que os diferenciais por escolaridade ficaram mais fortes entre 1980 e 2010. Com base nas evidências encontradas, as autoras rechaçam a ideia de que o crescimento da união informal no Brasil seria um indício da STD, pois entendem que a expansão da união informal no Brasil parece ser majoritariamente do tipo tradicional.

Em torno de toda essa discussão, para que vejamos um cenário completo é preciso considerar, também, o efeito das mudanças da legislação brasileira que equiparou legalmente as duas formas de união conjugal. No Brasil, até 1988, o casamento era a única forma de união conjugal que contava com proteção legal. A Constituição de 1988 avançou quando, em seu texto, reconheceu a união conjugal estável e estabeleceu a igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres relativos à sociedade conjugal constituída (Marcondes, 2011).

O Código Civil de 2002 estabelece que duas pessoas são consideradas em união consensual se estiverem vivendo em uma relação pública, contínua e duradoura, estabelecida com o objetivo de formação de família. Tal como acontece com os cônjuges, os parceiros que vivem em união consensual são obrigados a ser fiéis, a respeitar-se e a ajudar-se economicamente, bem como a partilhar igualmente as responsabilidades parentais.

Na prática, as mudanças na lei, equiparando a união consensual ao casamento, dão a segurança necessária para que a formalização do casamento não seja mais essencial na garantia dos direitos de mulheres (esposas) e dos filhos do casal. Se antes uma parcela destes coabitantes procuravam converter a união consensual em casamento quando a parceria se consolidava ou após o nascimento dos filhos, agora, com a situação jurídica bem próxima aos efeitos civis do casamento, a pressão pela conversão das uniões consensuais em casamento diminui, mesmo após o nascimento dos filhos (Vieira e Alves, 2016). Este é um aspecto importante que, com



certeza, atua em favor do crescimento tão expressivo da frequência de uniões informais visto nas últimas décadas do século.

Fica claro, no entanto, que é difícil chegar a respostas completas quando tenta-se fazer uma caracterização do padrão dual de uniões conjugais no contexto brasileiro. Traços históricos, culturais, socioeconômicos e institucionais se unem na definição de um padrão complexo de formação de famílias que se tornou muito diverso nas últimas décadas. Para tornar esse esforço mais complicado há, ainda, uma outra perspectiva pertinente a ser explorada, que se relaciona muito bem com as mudanças ocorridas pós metade do século XX: as relações de gênero.

Quando busca-se entender o relacionamento entre o tipo de união e as relações de gênero, o casamento tem sido interpretado como uma referência ao modelo tradicional de gênero e da divisão do trabalho na família. Na América Latina, as instituições do casamento e da família têm sido historicamente associadas aos conceitos de hierarquia, autoritarismo e nas relações patriarcais (Covre-Sussai *et al*, 2013). Desde o Brasil colônia, no casamento, o papel dos sexos esteve definido, por costumes e tradições apoiados nas leis. O poder de decisão formal pertencia ao marido, como protetor e provedor da mulher e dos filhos, cabendo à esposa o governo da casa e a assistência moral à família (Samara, 2002).

Seguindo o padrão histórico, as uniões consensuais tradicionais, entendidas como substituta ao casamento para grupos de baixo status socioeconômico, também estariam baseadas nas relações tradicionais de gênero, onde a mulher é geralmente dependente do homem (Laplante *et al*, 2019). Já os tipos modernos de uniões consensuais estariam associados ao padrão de coabitação observado nos países desenvolvidos. Neles, o crescimento das uniões informais tem sido interpretado pelos pesquisadores com uma mudança no domínio ideacional, significando novos valores e crenças, bem como aumentando a simetria de gênero (Covre-sussai *et al*, 2013; Lesthaeghe, 2010; Laplante *et al*, 2019, Esteve *et al*, 2012).

O pano de fundo para as discussões de papéis de gênero na dinâmica familiar é, sem sombra de dúvida, a mudança no status da mulher dentro da sociedade e da família. E isso passa, certamente, pelos efeitos do desenvolvimento socioeconômico, que favoreceram uma maior individualização e independência da vida da mulher. O aumento da educação e a participação das mulheres na força de trabalho, bem como a separação entre a vida sexual e reprodutiva (como resultado da contracepção), deram às mulheres uma possibilidade de assumir diferentes papéis, indo além daqueles preconizados em sociedades patriarcais (e também descritos em teorias da família) como filha, esposa e mãe.

O papel da mulher na esfera pública, como estudante e depois profissional no mercado de trabalho, lhe permite independência econômica, visto na literatura como um dos pontos primordiais da mudança da dinâmica familiar (presente nas teorias que orientam esse trabalho). No âmbito da formação de uma união, isso lhe permitiria liberdade e autonomia na escolha do seu parceiro; quanto ao tipo da união, ela poderia ir além do modelo de casamento tradicional, valorizando uniões em que dividiria de forma equitativa as responsabilidades familiares junto ao seu parceiro, bem como participe igualmente nas decisões domésticas mais importantes. A independência também facilitaria deixar a união quando o relacionamento não mais lhe trouxer felicidade e satisfação pessoal.

Por ter sido observada a partir da metade do século XX, junto a estas transformações que ressignificaram o papel da mulher na família e na sociedade, a união consensual do tipo moderna tornou-se símbolo desse novo modelo de parceria, praticada por mulheres altamente escolarizadas, movidas pela mudança ideacional e sua independência econômica. Visto dessa maneira, alguns autores tomaram como hipótese, que estar em uma união consensual significaria estar em uma relação de gênero mais igualitária (Laplante *et al*, 2019; Covre-Sussai *et al*, 2013).

No Brasil, com a assimilação da união consensual por mulheres de todos os estratos socioeconômicos, é possível observar um grupo de mulheres mais escolarizado que prefere a união informal (Cunha e Verona, 2019). No entanto, entendermos que esse grupo de mulheres possam estar desfrutando de uma relação de gênero mais igualitária, por sua posição econômica, pode ser muito raso. E, nesse sentido, dois importantes aspectos precisam ser considerados.

Primeiro, deve-se lembrar que a igualdade de gênero nas relações, assim como apresentado no capítulo de revisão da literatura deste trabalho, envolve também aspectos da esfera privada ou doméstica, muito além da visível melhoria do status da mulher na esfera pública. Resgata-se aqui os preceitos da revolução de gênero (Goldscheider *et al*, 2015) ou revolução incompleta (Esping-Andersen, 2009; McDonald, 2000, 2013), que permite-nos entender o que ainda não evoluiu: a divisão das tarefas domésticas e a tomada de decisões familiares ainda são amplamente influenciadas pelas normas e expectativas tradicionais de gênero, principalmente entre os estratos sociais mais baixos (Covre-Sussai *et al*, 2013).

Neste sentido, apesar de poder gozar da sua independência financeira para tomada de decisões no nível individual, a vida conjugal e familiar ainda pode estar orientada por um modelo de especialização de gênero quando nos referimos as responsabilidades domésticas e de cuidados dos filhos. Isso é válido mesmo para casais de alta escolaridade e/ou aqueles

dividem igualmente o sustento e responsabilidade de manutenção do lar, independentemente do tipo de união.

O segundo ponto leva em consideração o entendimento de que a relação de gênero igualitária possa ser uma realidade mais frequente em casais de alta escolaridade. Como mostra a literatura, a revolução de gênero é muito mais visível em países desenvolvidos e em casais de alta escolaridade e classe mais alta (Goldscheider *et al*, 2015; Esping-Andersen, 2009; McDonald, 2000, 2013). O que precisa ser considerado é que, no Brasil (assim como Cherlin, 2018 mostra para os EUA), há um gradiente educacional positivo na relação entre nível educacional e casamento. Se mulheres mais educadas tem mais chances de estarem em uma união mais igualitária, mulheres casadas podem ter mais chances de estarem em uma união mais igualitária (se entendermos que, no Brasil, tal como acontece nos EUA, as mulheres de alta escolaridade mantem uma maior preferência pelo casamento). A simetria de papéis de gênero entre o casal não estaria limitada àqueles em uma união consensual.

Estes dois pontos foram levantados com a proposta de chamar a atenção para a dificuldade de se obter uma direção única para as relações de tipo de união e simetria de gênero. O que deve ser considerado é que a diferença socioeconômica, muitas vezes apresentada nos diferenciais de escolaridade<sup>23</sup>, está relacionada tanto na escolha do tipo de união quanto nas chances de ter relações de gênero mais igualitárias.

Entendendo que tanto os papéis de gênero quanto os diferenciais socioeconômicos agem, em conjunto, nas mudanças observadas na dinâmica familiar brasileira e são peças fundamentais da complexidade que envolve as novas formas familiares, este trabalho se propôs a relacioná-las a fim de mapear possíveis encontros (ou desencontros) das escolhas dos casais quanto ao tipo de família, tipo de união e divisão das responsabilidades domésticas. Busca-se explorar e entender como é a conformação dos casais brasileiros quanto aos papéis de gênero e responder se diferentes tipos de relações de gênero se diferenciam em termos da idade, educação e tipo de união. A próxima seção explica a estratégia metodológica e os dados utilizados para alcançar os objetivos propostos. Os resultados encontrados são apresentados a seguir.

---

<sup>23</sup> Sabe-se que, para o Brasil, as discussões sobre aspectos socioeconômicos devem envolver os diferenciais de raça/cor para que se tenha uma perfeita visão do todo. Tanto é que em toda a discussão que se encontra na literatura sobre os tipos de uniões para a América Latina, os diferenciais por raça/cor assumem um importante papel na qualificação de qualquer achado empírico. No entanto, ainda que este trabalho não tenha a intenção de reduzir a importância dessa discussão, entendemos que para uma adequada abordagem sobre raça/cor, no âmbito da dinâmica familiar, caberia um esforço em um trabalho específico para o assunto. Tratado aqui, correríamos o risco de expor o tema sem a grandeza que o compete.

## 5.2. Dados e métodos

Para explorar mais profundamente a relação de gênero entre casais, levando em conta a complexidade envolvida na formação familiar e os diferenciais socioeconômicos, outra base de dados será utilizada, dessa vez a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

A escolha da Pnad é uma estratégia para que a questão de gênero seja mais amplamente abordada, já que neste *survey*, encontra-se uma variável de tempo gasto na realização de afazeres domésticos<sup>24</sup>. Outro ponto importante é a escolha do ano da PNAD. Neste trabalho utiliza-se a PNAD 2014, que ainda contava com classificações para o tipo de união dos casais – se casamento no civil e/ou religioso ou união estável. Todos esses elementos são importantes para a estratégia metodológica definida para este exercício.

Definidas as estruturas familiares de interesse – uniões formais (casamento civil e religioso) e as uniões informais (consensual/estável) – pretende-se, neste ponto, estudar como se dá a relação dos diferentes modos de formação de famílias e a distribuição do trabalho remunerado e não remunerado entre os cônjuges. O interesse é avaliar se há uma associação do tipo de união a um padrão mais essencialista ou mais igualitário de papéis de gênero, como discutido na seção anterior e no capítulo 2, que expôs o referencial teórico deste trabalho. Procura-se analisar, além do tipo de união, as características dos cônjuges que são importantes para determinar padrões de divisão das obrigações familiares.

A estratégia metodológica aplicada consistiu em duas partes. Primeiro, foram selecionados indicadores para construir uma tipologia da divisão do trabalho (classes) que expresse a posição do casal em uma escala de papéis de gênero. Para tanto, aplicou-se uma análise de classe latente. Em seguida, é feita uma descrição detalhada das tipologias encontradas. Na segunda parte, utilizou-se um modelo de regressão logística multinomial para analisar a relação entre os tipos de divisão do trabalho e alguns preditores transversais chave, que forneçam uma compreensão geral dos fatores socioeconômicos e demográficos que estão associados aos papéis de gênero em uma união.

A amostra utilizada reuniu mulheres unidas de 25 a 49 anos. Optou-se por iniciar aos 25 anos para que a idade reflita o tempo necessário para se alcançar uma escolarização

---

<sup>24</sup> Estudos sobre as relações de papéis de gênero abordam as expectativas socialmente construídas para o comportamento e a organização de direitos e responsabilidades entre homens e mulheres e são comumente relacionados à divisão dos trabalhos remunerado e doméstico não remunerado, ainda que não se limitem somente à essa dimensão. Normas culturais, nível educacional e direitos sociais, políticos e econômicos também são importantes aspectos a serem considerados na comparação de resultados obtidos por mulheres e homens e na definição de um padrão mais ou menos igualitário de papéis de gênero. Infelizmente não há disponível para o Brasil bases de dados que contemplem todas essas dimensões, sendo comum ao pesquisador a escolha de uma variável proxy para pesquisas e investigações sobre a igualdade de gênero.

completa. Também foi pensado não estender a faixa de idade para mulheres mais velhas por considerar que o período no ciclo de vida seria determinante no tipo e tempo dispendido em tarefas domésticas, uma das variáveis do modelo. O banco de dados construído contém variáveis demográficas, características de trabalho e renda das mulheres e de seus respectivos companheiros, além de diferenciar o tipo de união do casal: formal (casamentos no civil e/ou religioso) e informal (união civil) e o tipo de arranjo familiar que vivem.

### 5.2.1. A análise de Classe Latente

A definição de perfis mais tradicionais ou mais igualitários partiu de uma abordagem mais abrangente, que considera a alocação de tempo dos cônjuges entre as duas esferas: pública e privada. Indicadores que consideram a combinação da divisão do trabalho nestas duas esferas (trabalho no mercado na esfera pública e trabalho doméstico na esfera privada) são mais consistentes para avaliar a condição de igualdade no compartilhamento das responsabilidades domésticas e de trabalho/renda na família e também seu efeito sobre os resultados demográficos. Espera-se que uma divisão mais tradicional de trabalho reflita papéis mais tradicionais de gênero entre os cônjuges nas duas esferas, sendo o contrário válido para divisões mais igualitárias. Entre eles podem existir tipos intermediários que se comportam de maneira diferente em cada uma das esferas.

A classificação dos casais sob os diferentes níveis de tradicionalismo de gênero está baseada em três indicadores: a participação no mercado de trabalho, a parcela da renda familiar relativa aos cônjuges e a parcela de horas do trabalho doméstico desempenhada por eles. A partir destes indicadores, foi aplicada a análise de classe latente (*Latent Class Analysis - LCA*). LCA é um método usado para agrupar observações em diferentes classes não observadas, com base em seus padrões de resposta para um conjunto de indicadores definidos (Bakk, Tekle e Vermunt 2013). Neste trabalho, a LCA foi utilizada para classificar cada observação de casal em um tipo de divisão de trabalho (mais ou menos igualitário), que definiram uma escala (ou tipologia) de papéis de gênero.

Assim como define Vermunt (2010), a análise de classe latente é utilizada para construir uma tipologia ou agrupamento com base em um conjunto de variáveis observadas; isto é, classificar as unidades observacionais em um conjunto de classes latentes. Esse recurso permite que os pesquisadores se concentrem no conjunto de classes identificadas, em vez de considerar cada um dos indicadores observados separadamente ou todas as combinações possíveis dos indicadores (McCutcheon 1987).

Neste trabalho, a aplicação do método LCA seguiu, de maneira muito próxima, o detalhamento apresentado por Vermunt (2010), chamado pelo autor de abordagem três etapas. O nome está relacionado às etapas necessárias para se chegar ao objetivo da aplicação: traçar o perfil das classes latentes investigando sua associação com variáveis externas. De acordo com Vermunt (2010), as três etapas podem ser assim resumidas:

- (1) Um modelo LC é construído para um conjunto de variáveis ou itens de resposta;
- (2) Os sujeitos são atribuídos a classes latentes com base em suas probabilidades de associação de classe, que podem ser obtidas de suas respostas observadas e dos parâmetros estimados do modelo de LC na primeira etapa.
- (3) Um modelo de regressão logística multinomial é estimado usando a atribuição de classe da etapa 2 como a variável dependente (abordado na seção seguinte).

Embora a análise de classe latente seja usada principalmente para a análise de dados categóricos, ela também pode ser usada para agrupamento a partir de variáveis contínuas. Dessa forma, passa ser chamado de análise de perfil latente (LPA) e é esse método adotado neste trabalho. Para a definição do modelo (etapa 1) foram utilizadas cinco variáveis, sendo elas: (1) horas de trabalho remunerado da mulher; (2) horas de trabalho remunerado do cônjuge/companheiro; (3) parcela da mulher sobre as horas totais dispendida em trabalho doméstico pelo casal, (4) parcela da renda da mulher sobre o total de rendimentos do casal (5) decil de renda domiciliar per capita. A escolha por utilizar a análise de perfil latente - LPA (ou seja, variáveis contínuas observadas como indicadores para a estimação de classes não observáveis) aconteceu, principalmente, pela dificuldade de chegar em um modelo convergente para indicadores categóricos<sup>25</sup>.

A aplicação LPA permitiu o ajuste de um modelo<sup>26</sup> capaz de identificar classes não observáveis ( $W$ ) levando em conta o valor das quatro variáveis observáveis ( $Y_k$ , sendo  $k=1,2,3,4$ ) para cada casal ( $i$ ) da amostra. A definição da quantidade de classes foi feita pelo Critério de Informação Bayesiano (BIC)<sup>27</sup> que apresentou o valor mínimo para a estimação de quatro classes latentes (BIC= 666933.6). A classificação do casal na classe latente  $w$  (etapa 2) foi realizada a partir da probabilidade condicional de pertencer a classe  $w$ , dados os valores de cada variável  $Y_k$  observada  $P(W=w / Y_i)$ . A classe  $w$  para a observação  $i$  é aquela para a qual  $P(W=w / Y_i)$  é maior.

<sup>25</sup> Isto pode estar associado ao desbalanceamento das observações entre as categorias de cada indicador, já que grande parte da amostra não possui indicadores que espelham comportamentos iguais de gênero.

<sup>26</sup> Por meio do comando `gsem` no Stata.

<sup>27</sup> O BIC é comumente usado para comparações de modelos. Ele avalia a qualidade do ajuste enquanto penaliza parâmetros adicionais.

### 5.2.2. Modelo Multinomial

Na maioria das aplicações de análise de LCA/LPA, assim como neste trabalho, não se deseja apenas construir um modelo de medição ou classificação com base em um conjunto de respostas, mas também relacionar a participação na classe às variáveis explicativas (covariáveis).

Segue-se, portanto, a aplicação de uma regressão logística multinomial (etapa 3), para verificar se as chances de ter uma relação mais igualitária - avaliada nas classes definidas anteriormente - é sensível ao tipo de união e família. Outras relações também são testadas como, por exemplo, se mulheres com maior nível de escolaridade têm mais chances de terem uniões mais igualitárias. Outras variáveis de controle foram devidamente adicionadas ao modelo, levando em conta fatores que podem ter correlação com o resultado de interesse: idade, cor/raça da mulher, escolaridade do homem, ter filhos e diferença de idade entre os cônjuges/companheiros.

Acredita-se que a posição da mulher, cônjuge ou companheira, em determinada categoria, passa também por um modelo de decisão coletiva, isto é, sua decisão de alocação do tempo no trabalho remunerado e não remunerado responde a um conjunto de decisões tomadas no nível familiar (e não somente individual). Para captar tal efeito, incorporam-se aos modelos variáveis que possam estimar o poder de barganha dessas mulheres no comportamento familiar - que na abordagem da Economia da Família são chamadas de fatores distributivos<sup>28</sup>. Tomando como base os fatores distributivos mais utilizados na literatura<sup>29</sup> e possíveis de serem obtidos na base de dados utilizada, é possível incorporar ao modelo variáveis que espelhem a posição relativa da mulher (frente ao cônjuge, companheiro) nos rendimentos, idade (diferença de idade entre o homem e a mulher) e escolaridade (hipergamia, homogamia ou hipogamia educacional). A informação da posição da mulher quanto ao rendimento familiar foi utilizada na aplicação do modelo de classe latente, no passo anterior, com a variável parcela da renda da mulher sobre o total de rendimentos do casal. Na aplicação da regressão logística multinomial, foram utilizadas uma variável que capte a diferença de idade entre os cônjuges/companheiros e variáveis que indicam o nível de escolaridade do homem e da mulher.

---

<sup>28</sup> Para detalhamento do arcabouço teórico e modelo ver Browning, Chiappori e Weiss (2014).

<sup>29</sup> Como exemplo, ver Covre-Sussai *et al* (2014).

### **5.3. A Divisão do trabalho e da renda: escala de tradicionalismo de papéis de gênero**

Em uma tentativa preliminar de conhecer e descrever comportamentos da amostra utilizada, buscou-se explorar a amostra quanto às características sociodemográficas dos casais. Avaliou-se o tipo de união por grupos etários, arranjo familiar, nível de escolaridade e presença de filhos, a fim de se conhecer algumas características da formação de famílias brasileiras. A Tabela 13 apresenta os principais resultados.



Tabela 13 - Distribuição percentual de características de mulheres unidas, por tipo de união

	% amostra	União Informal	Casado
<b>Grupo de idade da mulher</b>			
25 a 29	18%	54%	46%
30 a 34	23%	44%	56%
35 a 39	22%	40%	60%
40 a 44	20%	35%	65%
45 a 49	18%	29%	71%
<b>Escolaridade da mulher</b>			
Sem instrução/1º Fundamental completo	23%	50%	50%
2ª Fundamental completo	21%	48%	52%
Ensino Médio completo	38%	38%	62%
Ensino Superior completo	18%	24%	76%
<b>Escolaridade do homem</b>			
Sem instrução/1º Fundamental completo	31%	48%	52%
2ª Fundamental completo	22%	46%	54%
Ensino Médio completo	33%	36%	64%
Ensino Superior completo	14%	25%	75%
<b>Cor/raça da mulher</b>			
Não branca	54%	46%	54%
branca	46%	33%	67%
<b>Tem filho</b>			
Não	18%	45%	55%
Sim	82%	39%	61%
<b>Tipo de família</b>			
Casal s/ filhos	15%	44%	56%
Casal c/ filhos	71%	38%	62%
Estendida	13%	45%	55%
Composta	1%	52%	48%
<b>Status de Ocupação (mercado)</b>			
Não trabalha	35%	43%	57%
Part-time (até 30 horas semanais)	15%	40%	60%
Full time (acima de 30 horas semanais)	49%	38%	62%
<b>Média de horas de trabalho doméstico da mulher</b>	27,68	27,81	27,57
<b>Média de horas de trabalho doméstico do homem</b>	5,53	5,47*	5,56*
<b>Parcela da mulher sobre o total de horas de trabalho não remunerado do casal (média)</b>	84%	84%	83%
<b>Parcela da mulher sobre a renda total do casal (média)</b>	32%	33%	31%
<b>Renda média domiciliar</b>	R\$ 3.368,90	R\$ 2.654,26	R\$ 3.847,38
<b>Porcentagem total</b>		40%	60%
<b>Nº</b>		9.628.316	14.382.448

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pnad 2014. \*Não há diferença estatisticamente significativa

Corroborando achados anteriores, entre mulheres do grupo etário mais jovem, 25 a 29, há uma maior prevalência da união informal (54%). Nos outros grupos etários, a prevalência

passa ser de mulheres casadas, com a proporção aumentando progressivamente. O nível educacional mostrou-se um fator importante sobre o tipo de união das brasileiras. A proporção de mulheres casadas passa a ser dominante entre aquelas com ensino médio e ensino superior (62% e 76%, respectivamente). Estes números se apresentam de forma semelhante para os homens, demonstrando que o casamento é uma preferência entre os casais com maior escolaridade. A tabela mostra ainda um comparativo por raça/cor. A prevalência de mulheres casadas torna-se mais acentuada entre as mulheres brancas (67%).

Nas características familiares, o percentual de casais com filhos em uma união formal é um pouco mais acentuado quando comparado aos casais sem filhos. Estendendo a análise ao arranjo domiciliar dos brasileiros unidos, os dados mostram que o percentual de casais unidos pelo casamento é maior quando estão em um arranjo nuclear do tipo casal com filhos (62%) e menor quando estão em um arranjo composto<sup>30</sup> (55%).

A distribuição da amostra nos indicadores de interesse também traz informações importantes. Em relação à atuação no mercado de trabalho, o percentual de mulheres casadas é um pouco superior entre as mulheres que trabalham comparando com aquelas que não trabalham. O regime part-time (até 30 horas semanais), que muitas vezes é pensado para facilitar o equilíbrio família-trabalho, não parece ser muito comum entre as brasileiras. Somente 15% da amostra de mulheres trabalham nesse regime.

As médias de horas no trabalho doméstico mostram claramente a revolução de gênero incompleta entre os casais brasileiros. A média entre aqueles casados e em união informal quase não muda, mas mostra uma realidade que ainda pesa para as mulheres brasileiras: elas gastam, em média, cinco vezes mais tempo nas tarefas domésticas que os seus parceiros. Na soma do tempo de ambos, a parcela das mulheres relativa aos afazeres domésticos chega, em média, a 84%.

De forma geral, observa-se uma divisão desigual entre casais nas responsabilidades familiares sem muita diferenciação para o tipo de união do casal. No entanto, a renda média domiciliar é superior em R\$1.193,12 para os casais unidos pelo casamento, uma diferença que, junto aos diferenciais de escolaridade, sugere a permanência do gradiente negativo na união informal, demonstrando uma possível associação entre tipo de união e status socioeconômico entre os casais brasileiros.

Na amostra representativa de 24.010.764 casais, aplicou-se a metodologia de análise de perfis latentes, descrita na seção anterior. A partir dos quatro indicadores selecionados para

---

<sup>30</sup> O arranjo composto acontece quando o casal correside com pessoas não parentes

caracterizar a divisão do trabalho remunerado e doméstico dos casais, além da posição socioeconômica, foi possível construir uma escala com quatro classes, que expressasse o nível de tradicionalismo nos papéis de gênero entre os casais. É importante ressaltar que o resultado do modelo, bem como o nome definido para cada uma das classes, é somente uma concepção do que é igualitarismo de gênero, assim obtido pela característica da base de dados e da opção de variáveis disponíveis. Há a consciência de que esta classificação poderia ser totalmente diferente para outra população com outras características.

A Tabela 14 reporta as médias das variáveis observadas (indicadores) quando associadas a uma das quatro classes. Esse foi o alicerce para a definição e análise das classes encontradas, que será feita em seguida.

Tabela 14 - Valores médios das variáveis para as quatro classes latentes

	<b>Male Breadwinner</b>	<b>Female Breadwinner</b>	<b>Dual Earner</b>	<b>Dual Earner Igualitário</b>
Horas de trabalho remunerado da mulher	2,8	21,6	40,4	41,8
Horas de trabalho remunerado do cônjuge/companheir	41,5	13,2	44,5	41,7
Parcela da esposa no total de horas gastas em trabalho doméstico pelo casal	0,9	0,8	0,9	0,5
Parcela de rendimento da esposa sobre o total de rendimento do casal	0,1	0,9	0,4	0,5
Decil de renda domiciliar per capita	4,3	2,5	6,6	7,4
% de participação na classe	42,4%	6,09%	38,91%	12,58%
Nível de tradicionalismo de gênero	<b>Alto</b>	<b>Alto</b>	<b>Moderado</b>	<b>Baixo</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014. Todas as médias estatisticamente significativas ao nível de 1% de significância.

Os valores médios observados para cada indicador dão sentido a definição das classes, dentro do propósito de estabelecer uma tipologia da divisão do trabalho e renda (classes) que expresse a posição do casal em uma escala de tradicionalismo de papéis de gênero. É esperado que casais mais igualitários compartilhem as responsabilidades domésticas e de trabalho, com uma divisão mais equilibrada no trabalho doméstico e a mulher exercendo horas de trabalho remunerado bem como participando da composição da renda familiar. Por outro lado, em perfis mais tradicionais é esperado que a responsabilidade do trabalho e da renda seja do homem e das tarefas domésticas das mulheres.

A classe 1 configura-se com a forte participação dos homens, cônjuges e companheiros no mercado de trabalho e a predominância do trabalho doméstico sob responsabilidade das mulheres. Nesta classe, as mulheres são responsáveis, em média, por 90% das horas totais gastas pelo casal em afazeres domésticos. Por outro lado, a média de horas dessas mulheres no mercado de trabalho é muito baixa, cerca de 2,8 horas semanais resultando, conseqüentemente,

em uma participação muito baixa sobre o rendimento do casal (10% em média). A classe 1 representa os casais do tipo *Male Breadwinner*, tradicionais nos papéis de gênero.

A participação de casais nessa classe é a maior dentre as outras: 42,4%. Pode-se ver, com clareza, que entre os arranjos domésticos escolhidos pelos casais brasileiros, há uma grande parcela regida pelos moldes tradicionais, com uma clara divisão baseada nos papéis tradicionais de gênero. Portanto, ainda nos anos atuais, é forte a preferência pelo modelo *male breadwinner-female homemaker*.

No outro extremo, a classe 4 é nomeada *Dual Earner Igualitário*. Ela recebe esse nome por mostrar, pelas médias, que é um arranjo com clara divisão das responsabilidades domésticas. A divisão entre homem e mulher no trabalho remunerado e não remunerado mostra-se bastante igualitária, refletindo a semelhança também na contribuição sobre a renda. Pode-se dizer que, encontra-se entre os casais, 12,5% que compartilham um arranjo mais moderno, baseado na divisão das responsabilidades. Por isso, na escala de tradicionalismo de gênero, esse grupo assume o grau mais baixo.

Entre as classes 1 e 4, posicionam-se duas classes com perfis bastante distintos. A classe 3 mostra uma configuração muito característica de uma revolução de gênero incompleta ou estagnada. As mulheres têm, em média, horas de trabalho remunerado muito próximas aos seus parceiros e participam com uma parcela significativa na composição da renda do casal (embora não igualmente). Por isso, chamamos essa classe de *Dual Earner*. O que é marcante, no entanto, é que mesmo inserida no mercado de trabalho, as mulheres desse grupo são responsáveis, em média, por 90% dos afazeres domésticos. São, portanto, mulheres que acumulam dupla jornada e têm, comparadas às outras, o maior desafio no equilíbrio entre trabalho e família. Essa forma de organização é a segunda mais frequente da amostra investigada, presente em 38,91% dos casais, demonstrando que ainda há muito para avançar em termos de conquistas na esfera privada.

Por fim, a classe 2 apresenta as características mais peculiares. Em média, homens e mulheres não completam a jornada de trabalho esperada no mercado, sendo a média feminina um pouco maior. Também é a parcela da renda da mulher que domina a composição da renda do casal (90%). Por esse motivo, essa classe é chamada de *Female breadwinner*. Na concepção dos indicadores, para a variável renda foi considerada a renda de todas as fontes. Sendo assim, é intuitivo pensar que a responsabilidade feminina da renda seja decorrente de recebimentos de benefícios de programas sociais. Infelizmente, na Pnad 2014 não há uma variável que capte isoladamente o recebimento de valores decorrentes de programas sociais.

Durante o exercício de modelagem, a partir dos indicadores de divisão do trabalho remunerado e não remunerado e da renda, os primeiros resultados obtidos não trouxeram classes com características tão bem definidas quanto estas apresentadas. O sucesso nessa caracterização foi possível com a introdução no modelo de um indicador de posição econômica sendo, neste caso, a classificação por decis de renda domiciliar *per capita*. Como disposto na Tabela 14, além do sentido que cada classe carrega a partir das médias encontradas para os indicadores de divisão do trabalho remunerado e doméstico, a escala de tradicionalismo de papéis de gênero também se define na posição média de cada uma das classes nos decis de renda. Com isso é possível perceber como fatores socioeconômicos estão associados a definições de arranjos domésticos no contexto brasileiro.

Note-se que, os casais mais igualitários, da classe *Dual Earner Igualitário* são também aqueles que gozam de melhor posição econômica. Em média, estão posicionados entre o 7º e 8º decil de renda domiciliar *per capita*. Em seguida, estão os casais *Dual Earner*, que em média, ficam entre o 6º e 7º decil de renda. Com uma divisão mais equilibrada nas horas trabalhadas e nos rendimentos, os casais de dupla renda se posicionam principalmente nos decis mais altos da distribuição ainda que, para mulheres da classe *Dual Earner*, não haja um alívio na divisão das atribuições domésticas.

Os casais mais tradicionais, da classe *Male Breadwinner*, situam-se, em média, próximo ao 4º decil de renda *per capita* domiciliar. Pesa para estes casais, a contribuição de somente um membro para a geração da renda familiar. As características encontradas para a classe *Female Breadwinner* junto com sua posição média, entre o 2º e 3º decis, indica se tratar de um grupo que enfrenta grande vulnerabilidade socioeconômica.

A classificação dos casais em cada uma das classes permite ir além dos resultados encontrados no modelo e explorar um pouco mais as características sociodemográficas daqueles que compõe cada grupo. Uma compreensão dos efeitos das características dos homens e mulheres sobre as chances de pertencerem a uma das classes é obtida nos resultados do modelo multinomial discutido na próxima seção. Por hora, o entendimento começa a ser formado a partir da análise descritiva apresentada na Tabela 15 e Figuras 11 e 12.

Tabela 15 - Características sociodemográficas dos casais classificados em cada classe

	Male Breadwinner	Female Breadwinner	Dual Earner	Dual Earner Igualitário	Total amostra
Idade média mulheres	36,77	37,12	37,18	36,46	36,91
Idade média homens	41,16	40,4	40,59	39,58	40,69
% de mulheres com Ensino Superior	9%	11%	23%	39%	18%
% em homogamia ou hipogamia educacional (educação mulher igual ou maior que educação cônjuge)	77%	84%	83%	86%	81%
% em famílias nucleares do tipo casal sem filho	11%	13%	16%	26%	15%
% em famílias estendidas	13%	14%	12%	11%	13%
% de mulheres com rendimentos que não eram provenientes do trabalho	3%	9%	3%	4%	4%
Média de horas gastas no trabalho doméstico pelo casal	39,35	34,82	27,11	30,45	33,20

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014. Não há diferença estatisticamente significativa entre as médias de idade

A Tabela 15 apresenta algumas características sociodemográficas dos casais ou, individualmente, dos homens e mulheres em cada grupo. A seleção destas características permite compreender um pouco mais do perfil de cada classe, importante para entender quais fatores podem estar associados a um arranjo doméstico mais ou menos igualitário.

Como pode ser observado, não há uma variação estatisticamente significativa na idade média de homens e mulheres em cada classe. Isso está muito relacionado ao perfil da amostra, que selecionou casais com mulheres em uma faixa de idade mais restrita, entre 25 e 50 anos. Deixa-se de considerar aqui um grupo de mulheres que se unem em idades mais precoces, que possuem maiores chances de estarem em uniões informais e ter uma diferença de idade maior com seu parceiro<sup>31</sup>.

Os diferenciais socioeconômicos são reforçados ao observar a diferença na parcela de mulheres com ensino superior em cada classe. No modelo mais tradicional, a classe *Male Breadwinner*, somente 9% das mulheres tem o maior grau de educação. Essa parcela cresce progressivamente à medida que se reduz o grau de tradicionalismo nos papéis de gênero entre as classes. Nos casais com arranjo mais igualitário, da classe *Dual Earner Igualitário*, 39% das mulheres têm ensino superior.

O nível educacional das mulheres, comparativamente aos homens, também é levado em consideração. Em todas as classes, uma maior parcela das mulheres tem nível educacional igual ou superior ao de seus parceiros, o que demonstra o avanço das mulheres nas conquistas consideradas da esfera pública. Na classe *Male Breadwinner*, 77% das mulheres têm nível igual

<sup>31</sup> Essas são características comuns encontradas na literatura para esse grupo de mulheres. Veja um exemplo em Laplante *et al*, 2019.

ou superior a de seu companheiro. Entre as mulheres da classe *Dual Earner Igualitário*, elas atingem o maior percentual, 86%.

Sobre o tipo de família em que vivem, o maior diferencial está na proporção de casais vivendo em arranjo do tipo casal sem filhos. Há uma diferença de 15 p.p. na parcela de casais vivendo nessa configuração quando se compara às classes *Male Breadwinner* e *Dual Earner Igualitário*. Casais em arranjo do tipo casal sem filhos, que estão, em maior percentual, na classe com simetria de gênero nas tarefas domésticas, podem se beneficiar por terem menos responsabilidades de cuidados a compartilhar. Infelizmente, na PNAD 2014 não é possível dividir as horas despendidas no trabalho doméstico em afazeres do lar e cuidado de pessoas. No entanto, é possível sugerir que a ausência de filhos pode facilitar a existência de um arranjo mais igualitário.

A informação sobre o percentual de mulheres que possuíam renda não provenientes do trabalho permite pensar mais um pouco sobre as mulheres da classe *Female Breadwinner*. Observa-se que 9% delas possuem esse tipo de renda, diferentemente das demais classes, em que esse percentual não passa de 3 a 4% das mulheres. Como mencionado anteriormente, não há possibilidade de confirmar se são de programas sociais. Mas é possível considerar uma maior vulnerabilidade socioeconômica envolvendo os casais dessa classe.

Fechando a discussão sobre as informações dessa tabela, a última linha mostra a média de horas de trabalho doméstico feitos pelo casal. Essa é uma percepção importante e tem que ser levada em consideração já que, no Brasil, é muito comum as famílias contratarem trabalhadores domésticos para executar as tarefas de cuidado e manutenção do lar.

A terceirização do trabalho doméstico pode elevar as expectativas de se observar casais mais igualitários nesse domínio. Mensurar o efeito sobre os resultados apresentados não é possível pois não há no questionário da Pnad uma pergunta que investiga se o domicílio contrata esse tipo de serviço. No entanto, é de se esperar que à medida que a renda da família cresça, as pessoas encontrem nesse tipo de serviço a possibilidade de contar com mais horas livres para atividades que lhe dão retorno de satisfação maior.

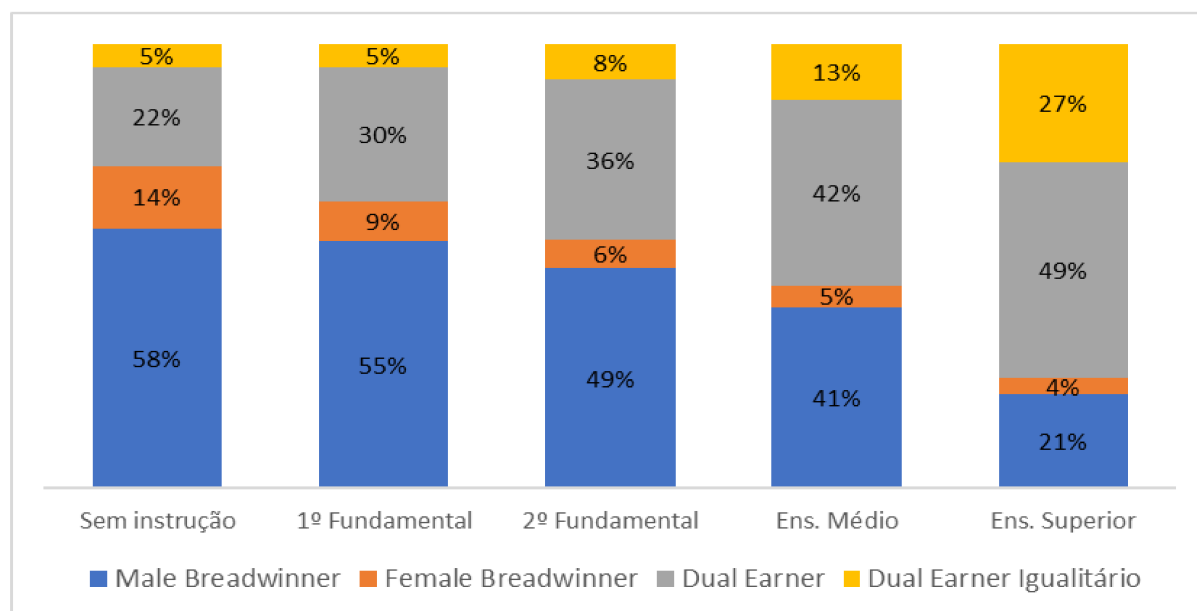
Esse aspecto tão importante é levado para a interpretação dos números da Tabela 15. Nela observa-se que casais nas classes *Dual Earner* e *Dual Earner Igualitário* têm as menores médias de horas em trabalho doméstico. É possível que tal fato seja decorrente da menor disponibilidade de tempo de ambos já que, em média, trabalham próximo de 40 horas semanais no mercado. Mas, talvez por isso e por disporem de melhores condições financeiras, comparado aos casais das outras classes, têm a possibilidade de pagar por este serviço, isentando-os de mais horas gastas nessa função. Vale notar também que o menor número de horas de trabalho

doméstico do casal é da classe *Dual Earner*, já que nela, ambos os parceiros dedicam um elevado número de horas no trabalho remunerado e recai apenas sobre a mulher o trabalho doméstico não remunerado.

A condição socioeconômica é destaque entre os achados nessa parte do trabalho. Isso porque a hipótese de perfis de gênero mais igualitários estarem relacionados às pessoas de classes sociais mais altas é chave para o melhor entendimento sobre a conformação familiar brasileira. Nos estudos para países com grandes desigualdades sociais, como o Brasil, o nível educacional tem sido comumente usado como proxy para o status socioeconômico, principalmente aqueles relativos à formação familiar e papéis de gênero (como exposto na seção de revisão da literatura deste trabalho).

A Figura 13 mostra como estão distribuídas as mulheres de casais de cada classe, em cada nível educacional. Nos níveis mais baixos de educação, mais de 60% das mulheres são dos perfis *Male Breadwinner* e *Female Breadwinner*. Situação que se inverte nos níveis médio e superior de ensino. A predominância nesses dois níveis educacionais é de mulheres das classes *Dual Earner* e *Dual Earner Igualitário*. Resultados que correspondem a expectativa de observar casais mais igualitários como um “privilégio” do grupo mais educado.

Figura 13 - Distribuição das mulheres em cada classe nos níveis educacionais



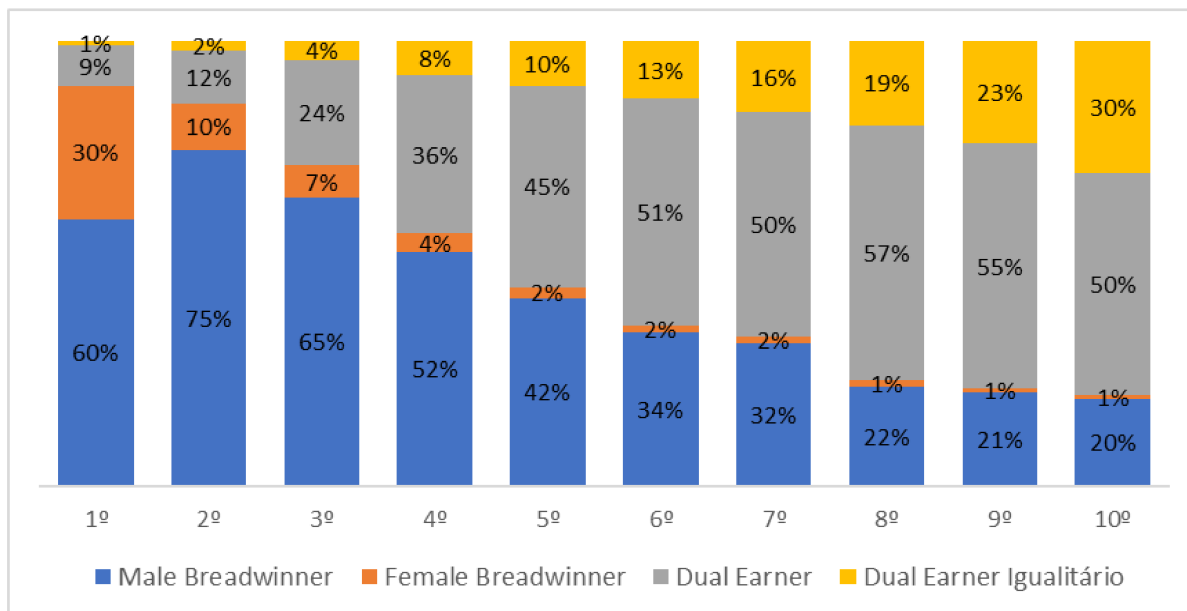
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014.

A figura 14 traz um panorama com a representatividade das classes de gênero em cada decil de renda domiciliar per capita. É possível observar, muito claramente, um gradiente econômico positivo entre classes com menor tradicionalismo de gênero e decil de renda. Vê-



se o aumento progressivo da parcela de casais nas classes *Dual Earner* e *Dual Earner Igualitário* à medida que se desloca para decis mais altos da distribuição.

Figura 14 - Distribuição das classes nos decis de renda domiciliar per capita



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014

As Figuras 13 e 14 dizem muito sobre o estágio da chamada revolução de gênero no Brasil: limitada às classes mais privilegiadas. Em sua completa versão, ou seja, com compartilhamento dos papéis tanto de provisão financeira quanto de cuidados, restringe-se a somente um grupo muito pequeno. Na sua forma estagnada (ou incompleta) se apresenta à uma grande massa de mulheres, que ainda enfrentam claras dificuldades de obter o desfecho completo, ou seja, partilham as responsabilidades financeiras enquanto ainda carregam sozinhas as responsabilidades domésticas. Mas a maior parcela das mulheres menos escolarizadas e de menor nível de renda encontra-se ainda num estágio pré-revolução de gênero, não reunindo ainda as condições necessárias para estarem no mercado de trabalho.

E o que dizer das mulheres da classe *Female Breadwinner*? O nome da classe pode dar a elas um protagonismo enganoso que, na verdade, não reflete a realidade: sem privilégios socioeconômicos e papéis tradicionais de gênero. A Figura 14 salienta bem esta questão. O primeiro decil reúne uma grande parcela de casais desta classe de gênero (30% dos casais neste decil), se diferenciando do padrão encontrado nos demais decis, onde as parcelas são bem menores.

Em uma rápida inspeção sobre os números, vê-se que 49% dos casais da classe *Female Breadwinner* estão no 1º decil, compartilhando uma renda domiciliar per capita média de R\$94,89. A maioria das mulheres de casais nessa classe, 51%, não têm instrução ou possuem

somente o 1º fundamental. São trabalhadoras domésticas sem carteira assinada (17%), trabalham por conta própria (21%) ou na produção para o próprio consumo (37%)<sup>32</sup>. Possuem uma renda média de R\$354,41, enquanto a renda média dos seus companheiros é de R\$30,77. Descrevem, portanto, um grupo de grande vulnerabilidade socioeconômica, com fragilidades que vão muito além das preocupações de papéis de gênero. É um grupo desenhado em torno das complexidades de um país pobre e desigual.

Estes resultados representam uma parte do esforço que foi investido para entender as associações entre o perfil de gênero dos casais, o tipo de união e os marcadores socioeconômicos relacionados. Estimou-se as classes latentes, grupos não observados que puderam ser identificados a partir do padrão encontrado nas divisões do trabalho remunerado e doméstico e na composição da renda. Como parte da análise descritiva dessas classes, outros aspectos como o nível de escolaridade do casal, idade e o tipo de arranjo familiar podem ser explorados para uma caracterização mais completa e serão incorporados ao que já foi apresentado até aqui.

O propósito de verificar como o tipo de união se associa a um perfil mais ou menos tradicionalista de gênero será apresentado por meio dos resultados de uma regressão logística multinomial, já na próxima seção. Controlando pelos demais fatores, é esperado encontrar o efeito do tipo de união e do tipo de arranjo familiar sobre a classe pertencente, estimada no passo anterior. Assim será possível apresentar uma análise da associação entre complexidade familiar e comportamentos igualitários de gênero, aderente ao contexto brasileiro.

#### **5.4. Como as características socioeconômicas e a dinâmica familiar se relacionam com os níveis de relações de gênero dos casais**

Como exposto, a classificação de um casal em uma classe que expresse o nível de tradicionalismo de gênero é possível a partir do cálculo das probabilidades condicionais no modelo de classe latente. Faz-se uma categorização baseada na mais alta probabilidade de viver em uma das quatro classes latentes encontradas. Consequentemente, a variável dependente nesta análise é a classe que representa a posição do casal na escala de tradicionalismo de papéis de gênero, sendo *Male Breadwinner* (0), *Female Breadwinner* (1), *Dual Earner* (2) e *Dual Earner Igualitário* (3).

A chance de estar em uma das classes é modelada usando uma regressão logística multinomial. Os resultados são interpretados em termos da razão de chances, obtida por  $exp(\beta)$ .

---

<sup>32</sup> Informações sobre a posição de ocupação no trabalho principal (dados para 90% das mulheres nessa classe).

A Tabela 16 apresenta os resultados desta aplicação, que considera o arranjo *Male Breadwinner* como base para as comparações.

Entre as classes mais opostas de arranjos, mais e menos igualitária, os resultados têm corroborado os achados na seção anterior. Pode-se ver que a chance de estar na classe *Dual Earner Igualitário* em vez de *Male Breadwinner* aumenta consideravelmente à medida que aumenta o nível de escolaridade das mulheres. Mulheres com ensino superior, quando comparadas a mulheres sem instrução ou com nível de escolaridade baixo, chegam a ter uma chance 7,8 vezes maior de estarem em uma união mais igualitária em vez de uma união mais tradicional. O nível de escolaridade dos homens gera efeitos no mesmo sentido. No entanto, o efeito na chance é menor.

A chance de viver em um arranjo *Dual Earner igualitário* em vez de *Male Breadwinner* é menor para casais que são unidos por uma união formal, ou seja, pelo casamento, quando comparados a casais que se uniram em uma união consensual. Porém, quando o efeito da interação entre o tipo de união e o nível de escolaridade é considerado, tem-se um resultado interessante. Mulheres com ensino superior e que se unem por casamento têm 1,34 vezes mais chances de estarem em um arranjo mais igualitário, comparadas àquelas que são casadas, mas com nível de escolaridade baixo. Os efeitos dessa interação somente são significativos para mulheres com o mais alto nível de escolarização.

Tabela 16 - Resultados do modelo de predição das chances de estar em diferentes classes de tradicionalismo de papéis de gênero em vez do arranjo *Male Breadwinner*

Base: Male Breadwinner	Female Breadwinner			Dual Earner			Dual Earner Igualitário		
	$\beta$	t	exp( $\beta$ )	$\beta$	t	exp( $\beta$ )	$\beta$	t	exp( $\beta$ )
<b>Educação Mulher (ref.: Sem instrução ou Ens. Fund. 1)</b>									
2º Fundamental	-0,177 (0,085)	-2,09	0,838	0,348 (0,052)	6,73	1,417	0,418 (0,094)	4,47	1,519
Ensino Médio	0,012 (0,079)	0,16	1,012	0,715 (0,047)	15,11	2,045	0,921 (0,085)	10,8	2,511
Ensino Superior	0,594 (0,148)	4,01	1,812	1,407 (0,080)	17,51	4,085	2,048 (0,108)	19,03	7,750
<b>Educação Homem (ref.: Sem instrução ou Ens. Fund. 1)</b>									
2º Fundamental	-0,421 (0,066)	-6,35	0,657	0,247 (0,035)	7,02	1,279	0,438 (0,059)	7,41	1,549
Ensino Médio	-0,593 (0,067)	-8,84	0,552	0,240 (0,033)	7,21	1,271	0,581 (0,055)	10,48	1,788
Ensino Superior	-1,125 (0,122)	-9,19	0,325	-0,009 (0,049)	-0,18	0,991	0,465 (0,069)	6,71	1,591
<b>Tipo de União (ref.: União informal)</b>									
Tem União Formal	-0,156 (0,077)	-1,98	0,859	0,005 (0,052)	0,09	1,004	-0,204 (0,102)	-2,01	0,816
<b>Educação Mulher x Tipo de União</b>									
2º Fundamental*Tem União Formal	0,020 (0,129)	0,15	1,020	-0,075 (0,072)	-1,05	0,928	0,033 (0,139)	0,24	1,033
Ensino Médio*Tem União Formal	-0,084 (0,112)	-0,75	0,920	-0,119 (0,065)	-1,83	0,888	0,020 (0,117)	0,17	1,020
Ensino Superior*Tem União Formal	0,104 (0,174)	0,59	1,109	0,114 (0,093)	1,23	1,121	0,290 (0,135)	2,15	1,337
<b>Tipo de Arranjo Familiar (ref.: Casal s/ filhos)</b>									
Casal c/ Filhos	0,032 (0,151)	0,21	1,032	-0,133 (0,085)	-1,56	0,876	-0,403 (0,118)	-3,4	0,668
Estendidas	0,038 (0,138)	0,27	1,038	-0,166 (0,074)	-2,24	0,847	-0,464 (0,101)	-4,59	0,629
Compostas	0,260 (0,210)	1,24	1,297	-0,102 (0,124)	-0,82	0,903	-0,181 (0,171)	-1,06	0,835
<b>Idade da Mulher</b>									
	-0,003 (0,004)	-0,76	0,997	0,006 (0,002)	2,89	1,006	0,002 (0,003)	0,48	1,001
<b>Diferença de Idade entre Homem e Mulher</b>									
	-0,026 (0,003)	-7,63	0,974	-0,015 (0,002)	-8,78	0,985	-0,018 (0,003)	-6,28	0,983
<b>Filho (ref.: Não tem filhos)</b>									
Tem Filhos 0 a 3	-0,227 (0,145)	-1,57	0,797	-0,581 (0,082)	-7,08	0,559	-0,683 (0,116)	-5,84	0,505
Tem Filhos >3	-0,132 (0,135)	-0,98	0,877	-0,022 (0,078)	-0,28	0,979	-0,289 (0,111)	-2,6	0,749
<b>Raça/Cor (ref.: Não branca)</b>									
Branca	-0,367 (0,053)	-6,87	0,693	0,142 (0,026)	5,53	1,153	0,267 (0,038)	6,99	1,306
<b>Constante</b>									
	-1,101 (0,169)	-6,51	0,333	-0,743 (0,092)	-8,07	0,476	-1,895 (0,145)	-13,11	0,150

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014.

Casais que vivem em arranjos familiares diferentes do tipo casal sem filhos têm menor chance de estarem em um arranjo *Dual Earner igualitário*. Ainda no aspecto familiar, ter filhos de 0 a 3 anos ou ter filhos com mais de 3 anos em vez de não ter filhos, reduz a chance de estarem em um arranjo mais igualitário, a fatores de 0,50 e 0,75, respectivamente.

A idade da mulher não gera efeitos significativos ao modelo, mas quando é comparada à idade do seu parceiro mostra que um ano a mais na diferença de idade entre o homem e a mulher reduz a chance de estar em uma união mais igualitária frente a mais tradicional. Mulheres declaradas brancas, comparadas a mulheres não brancas, têm 1,31 vezes mais chance de estarem em um arranjo mais igualitário em vez de um arranjo mais tradicional.

Seguem os resultados sobre as diferenças entre o arranjo *Dual Earner* e *Male Breadwinner* que, em algumas características, se assemelha a análise anterior. A Tabela 16 mostra que, o aumento do nível de escolaridade dos cônjuges/companheiros aumenta a chance de estar no arranjo *Dual Earner* em vez do arranjo *Male Breadwinner*, exceto para homens com ensino superior, que não apresentam efeitos sobre as chances. O tipo de união também não tem efeito significativo capaz de mudar a probabilidade de estar em um arranjo *Dual Earner* frente ao *Male Breadwinner*. O mesmo acontece para a interação entre o tipo de união e a escolaridade da mulher.

Quando vivem em família do tipo estendida comparados a casais em família do tipo casal sem filhos, a chance de estarem no arranjo *Dual Earner* em vez do arranjo mais tradicional, reduz em 0,85. Casais com filhos de 0 a 3 anos comparados a casais que não têm filhos, também têm suas chances reduzidas. Ter filhos com mais de 3 anos não gera efeitos significativos nas chances.

A idade da mulher passa a ter efeito significativo, mas seu impacto na probabilidade de estar em um arranjo *Dual Earner* em relação ao *Male Breadwinner* é muito pequena. Uma maior diferença de idade entre o homem e a mulher reduz a chance de estar em uma união *Dual Earner* frente ao tipo mais tradicional e as mulheres brancas comparadas a mulheres não brancas têm 1,15 vezes mais chance de estarem em um arranjo *Dual Earner*.

A última comparação feita é sobre as chances de estar em um arranjo *Female Breadwinner* em vez de um arranjo *Male Breadwinner*. Como exposto anteriormente, o arranjo *Female Breadwinner* reúne características bem peculiares, o que não foi diferente para os resultados do modelo.

A chance de viver em um arranjo *Female Breadwinner* é menor para mulheres com o ensino fundamental completo em comparação àquelas com menor instrução. Não há diferença nas chances para mulheres que concluíram o ensino médio. No entanto, desviando das

expectativas, a chance de viver no arranjo *Female Breadwinner* em vez de um arranjo *Male Breadwinner* aumenta se a mulher tiver ensino superior. Em relação à escolaridade dos seus maridos/companheiros, pode-se observar que as chances diminuem drasticamente à medida que aumenta o nível de escolaridade deles.

As mulheres que declararam ser brancas comparadas àquelas não brancas têm menos chance de pertencerem a um arranjo *Female Breadwinner*. Uma maior diferença de idade para os maridos/companheiros também reduz a chance de estarem nesse tipo de arranjo.

Os diferentes tipos de família não geram impacto significativo na chance de viver no arranjo *Female Breadwinner* em vez de um arranjo *Male Breadwinner*. O mesmo acontece na comparação de não ter filhos com aqueles casais que têm filhos de 0 a 3 anos ou aqueles casais que só têm filhos maiores de 3 anos. Na comparação sobre o tipo de união, a chance de viver no arranjo *Female Breadwinner* reduz em 0,86 para casais em união formal em relação a casais em união consensual.

## 5.5. Discussão

Com a construção da tipologia de papéis de gênero apresentada na seção anterior, pode-se conhecer e argumentar sobre como anda a revolução de gênero no Brasil, país pobre, desigual e estratificado, pertencente a um grupo de países a que chamamos de países em desenvolvimento. O que se faz, em geral, é verificar se o que é observado em países desenvolvidos torna-se verdadeiro para uma realidade mais complexa, mesmo que vista em um tempo distinto.

Entender que os países menos desenvolvidos do mundo acabam fazendo uma transição do tradicional para o moderno, de uma forma semelhante à transição que ocorreu no Ocidente, é sempre uma argumentação validada para várias teorias demográficas. E, vendo as tendências familiares para o Brasil, principalmente após os resultados apresentados nesse capítulo, pode-se afirmar que elas dificilmente se ajustam de maneira completa às principais estruturas teóricas concebidas para explicar a mudança familiar nas sociedades ocidentais.

Quando Cherlin (2016) escreve lançando a dúvida sobre o esperado final feliz após meio século de mudança na família, ele já desconfia da aderência de uma teoria moderna – a revolução de gênero – muito relacionada à uma realidade socioeconômica e institucional distinta da dos Estados Unidos, mesmo sendo este um país rico e desenvolvido. O ponto central da não adequação é a divergência substancial nas formas e trajetórias familiares entre as classes sociais, em contexto de persistente desigualdade socioeconômica.

Nesse sentido, a partir dos resultados deste capítulo, discute-se o cenário encontrado no Brasil. Em que ponto da mudança (ou revolução) estamos? E como as complexidades familiares e os marcadores socioeconômicos ajudam a definir o cenário encontrado?

Buscou-se responder estas questões a partir de uma amostra de casais da população, restrita a um grupo de mulheres unidas de 25 a 49 anos. Nessa escolha, o mais importante foi preservar o momento do ciclo de vida, favorecendo a leitura de características que definem o processo de formação da família, que, além da idade, está relacionado ao nível de escolaridade alcançado após o período que se espera para sua conclusão. Com este recorte, tentou-se eliminar o impacto de decisões familiares muito relacionadas a um estado de vulnerabilidade, muito comum entre mulheres muito jovens, com baixa escolaridade, de camadas sociais mais baixas. Privilegia-se o momento no ciclo de vida em que, possivelmente, as mulheres estariam aptas a fazer escolhas quanto ao seu papel na esfera pública e privada.

E assim, observa-se que 42,4% dos casais têm, como arranjo doméstico, a forma mais tradicional, com os homens responsáveis pelo provimento da família e as mulheres com as responsabilidades sobre os afazeres domésticos. Enquanto o arranjo mais igualitário, à semelhança do que se pode esperar para a conclusão da segunda parte da revolução de gênero, é uma realidade de somente 12,6% dos casais.

Entre os dois grupos, diferenças socioeconômicas bastante significativas. Os casais mais tradicionais estão posicionados nos estratos de renda mais baixos. O nível mais alto de escolaridade das mulheres destacou-se como o fator primordial para determinar as chances de estar no arranjo igualitário: quando se tem o nível superior de ensino em vez do nível mais baixo, as chances aumentam em 7,8 vezes.

O nível de educação mais alto é muito associado à maior possibilidade de escolha das mulheres por relações que lhe permitam mais liberdade e satisfação. Na teoria da Segunda Transição Demográfica, atribui-se a esse grupo o pioneirismo na mudança de valores e nas formas alternativas de conjugalidade. Na perspectiva do equilíbrio igualitário de gênero, esse mesmo grupo de mulheres estariam alcançando mais rapidamente a simetria de gênero no nível familiar. O entendimento compartilhado por essas teorias é que a mulher com maior escolaridade possui mais alternativas na escolha do seu parceiro (Cherlin, 2016; 2018), são capazes de negociar o tipo de união, buscando aquela que lhe dê maior proteção institucional (Greene e Rao, 1995) e ainda mantém maior poder de barganha na tomada de decisões familiares (Covre-Sussai *et al*, 2013; 2014).

Nas características gerais de educação no Brasil é observável o aumento do nível educacional da população nas últimas décadas. Além disso, na população geral, as mulheres

têm, em média, nível de instrução mais elevado que os homens (IBGE, 2010). Em todas as classes de tradicionalismo de papéis de gênero estimadas neste trabalho, destaca-se a grande parcela de mulheres com nível de escolaridade no mínimo igual ao seu cônjuge/parceiro. No entanto, a ausência do ensino superior determinou fortemente o baixo nível de simetria de gênero entre os casais. A revolução de gênero completa mostra-se alcançável somente para casais altamente escolarizados, pertencentes a classes sociais mais altas.

Tinha-se grande interesse em saber como os dois tipos de união, formal e informal (ou casamento e união consensual) se associariam às distintas classes de papéis de gênero. Como discutido, mesmo ciente da coexistência histórica e institucionalizada das duas distintas formas de nupcialidade, características modernas, dentre elas a simetria de gênero, poderiam estar associadas à expansão das uniões consensuais observadas ao longo do século XX.

A Tabela 16 mostrou que casais em união formal têm suas chances de estarem no tipo de arranjo mais igualitário diminuídas em 0,82. Com este resultado, a forma mais tradicional de arranjo de papéis de gênero estaria associada à forma mais tradicional de união. No entanto, novamente, a educação das mulheres em nível superior parece ter um papel importante. Quando o nível educacional é considerado em conjunto com o tipo de união, observa-se uma reversão no resultado para mulheres com nível superior de ensino. Para estas, a chance de estarem em um arranjo igualitário aumenta em 1,34 vezes.

A presença de uma possível estratificação, a partir do tipo de união e do tipo de arranjo de simetria de gênero, se encaixa dentro das perspectivas já discutidas para o grupo de mulheres com alta escolaridade. Os resultados sugerem que parcerias mais igualitárias podem ser uma realidade mais alcançável por mulheres casadas e com educação de nível superior. Estaríamos observando casamentos que se distanciam do modelo de casamento tradicional descrito em diversas teorias no âmbito do estudo de famílias. Abre-se a perspectiva de que a instituição casamento pode ser moderna, acomodando novos valores, mesmo que para uma parcela ainda muito pequena da população.

Outras características que definem a conformação familiar em que vivem os casais têm efeitos importantes nas chances de experimentarem um arranjo mais igualitário. A Tabela 16 mostra que a coresidência do casal com outros parentes reduz a chance de se observar um arranjo do tipo *Dual Earner* igualitário comparado ao arranjo mais tradicional, o *Male Breadwinner*. O efeito redutor nas chances acontece mesmo em um arranjo do tipo nuclear, quando há filhos no domicílio ou em domicílios estendidos, que contam com a presença de outros parentes.



O desafio de se alcançar a simetria de gênero na divisão de responsabilidades do casal envolve o cuidado dos filhos para aqueles que os têm. Tradicionalmente, este papel sempre esteve associado à mulher, seja pelos aspectos naturais referentes à maternidade ou pela escolha de divisão das responsabilidades entre o casal, quando a mulher não vai ao mercado de trabalho e assume prioritariamente o cuidado do lar e dos filhos.

Na literatura que trata da revolução de gênero é mais comum encontrarmos evidências da convergência de gênero na criação dos filhos; isto porque, comparativamente às tarefas domésticas, é mais agradável ler, ensinar e brincar com crianças do que passar o tempo em atividades mais onerosas como passar roupas ou limpar a casa (Esping-Andersen, 2016). No entanto, em que pese a impossibilidade de mensurarmos separadamente as horas que o casal gasta em tarefas domésticas e de cuidados, os resultados sugerem que a presença de filhos seja um obstáculo a conquista do arranjo mais igualitário.

Encontrou-se que, comparativamente ao arranjo mais tradicional, o *Male Breadwinner*, as chances de estar em um arranjo mais igualitário, a que chamamos de *Dual Earner Igualitário*, reduzem-se ao fator de 0,51 quando se tem pelo menos um filho de 0 a 3 anos, comparativamente a não ter filhos. Quando o casal tem somente filhos acima de 3 anos, as chances reduzem um pouco menos, ao fator de 0,75.

Com estes resultados, torna-se um pouco mais difícil imaginar para o Brasil a evolução do modelo familiar de múltiplo equilíbrio desenvolvido por Esping-Andersen (2016; Esping-Andersen e Bilari, 2015) (dinâmica familiar em forma de U) em que mais igualitarismo levaria a um cenário de “mais família<sup>33</sup>”. O que fica claro é que a presença de filhos ainda é um desafio para o “novo equilíbrio familiar igualitário de gênero”. Para que isso ocorra é preciso que, em conjunto, os homens (cônjuges ou companheiros) e as instituições sociais se adaptem aos novos papéis das mulheres. Para os homens em particular, dividindo igualmente as tarefas domésticas e criação de filhos. Para o Estado e as instituições, políticas que facilitem os cuidados com os filhos, como a provisão de creches, escola de tempo integral e licença parental.

Ainda tentando responder em qual ponto da revolução de gênero estamos, a análise dos resultados para o arranjo *Dual Earner* também proporciona boas evidências. A começar pela proporção de casais nesse tipo de arranjo: quase 39%. Na sua caracterização geral, são casais que estão em posição socioeconômica privilegiada e que demonstram a melhor caracterização de uma revolução estagnada: as mulheres avançam na esfera pública, são escolarizadas,

---

<sup>33</sup> Que, para o autor, se observa no ressurgimento da família, com forte inclinação para a união e casamento, relações mais estáveis e um retorno aos níveis de fecundidade que correspondem aos ideais reais dos cidadãos.

assumem posições no mercado de trabalho, dividem a responsabilidade de provimento de renda com seu parceiro, mas eles não dividem com elas as responsabilidades domésticas.

Os dados das Figuras 13 e 14, bem como o impacto dos níveis de escolaridade sobre as chances de estar nesse tipo de arranjo mostrados na Tabela 16, confirmam o gradiente educacional deste processo de revolução. Mesmo não tendo alcançado a simetria de gênero que seus pares do arranjo *Dual Earner Igualitário*, observa-se que os estratos mais educados são claramente os precursores no processo de mudança. No entanto, enquanto não se vê a adaptação dos parceiros ao novo papel da mulher, as mulheres do grupo *Dual Earner* são penalizadas pela dupla jornada de trabalho e responsabilidades. Em um paralelo com a teoria de múltiplo equilíbrio familiar de Esping-Andersen (2016; Esping-Andersen e Bilari, 2015), estas mulheres poderiam compor o grupo de casais mais suscetíveis à instabilidade da união, quando não se cumpre a expectativa das mulheres de parcerias mais igualitárias junto aos parceiros/maridos.

Seguindo a constatação anterior, feita para os casais mais igualitários, o casal que tem filhos de 0 a 3 anos frente aqueles que não tem filhos, tem menos chances de estarem na formação *Dual Earner* comparado ao modelo mais tradicional, *Male Breadwinner*. Não há efeitos significativos nas chances para casais com filhos maiores de 3 anos. Novamente, são registros que mostram que a maternidade ainda é um obstáculo ao distanciamento de arranjos com papéis tradicionais de gênero, mesmo para casais de maior status socioeconômico.

A classe *Female Breadwinner* é o último grupo de casais discutido nessa seção. 6,09% dos casais foram classificados nesta classe que recebe este nome por mostrar que cabe às mulheres a maior responsabilidade sobre a renda do casal. Na média, a renda dessas mulheres representa 90% da renda do casal. Mas, como ressaltado anteriormente, grande parte dos casais que formam este grupo se situa na calda inferior da distribuição de renda. Além disso, apesar de serem as provedoras principais, as mulheres têm, em média, 21,6 horas semanais de atividade no mercado de trabalho, o que indica se tratar de um grupo em situação precária, sujeito às maiores vulnerabilidades.

Trabalhos como Marri e Wajnman (2007) e Amaral (2021) se preocuparam em entender os principais fatores relacionados às famílias que têm mulheres como provedoras principais investigando, dentre outros aspectos, a possível reversão dos padrões tradicionais de gênero, tanto no que se refere ao trabalho remunerado, quanto ao trabalho doméstico. Na esfera doméstica, a principal hipótese levantada é sobre o poder de barganha das mulheres: esposas/companheiras que recebem mais que seus parceiros/cônjuges têm maior poder de decisão e reduzem o tempo alocado em afazeres domésticos (Marri e Wajnman, 2007). A

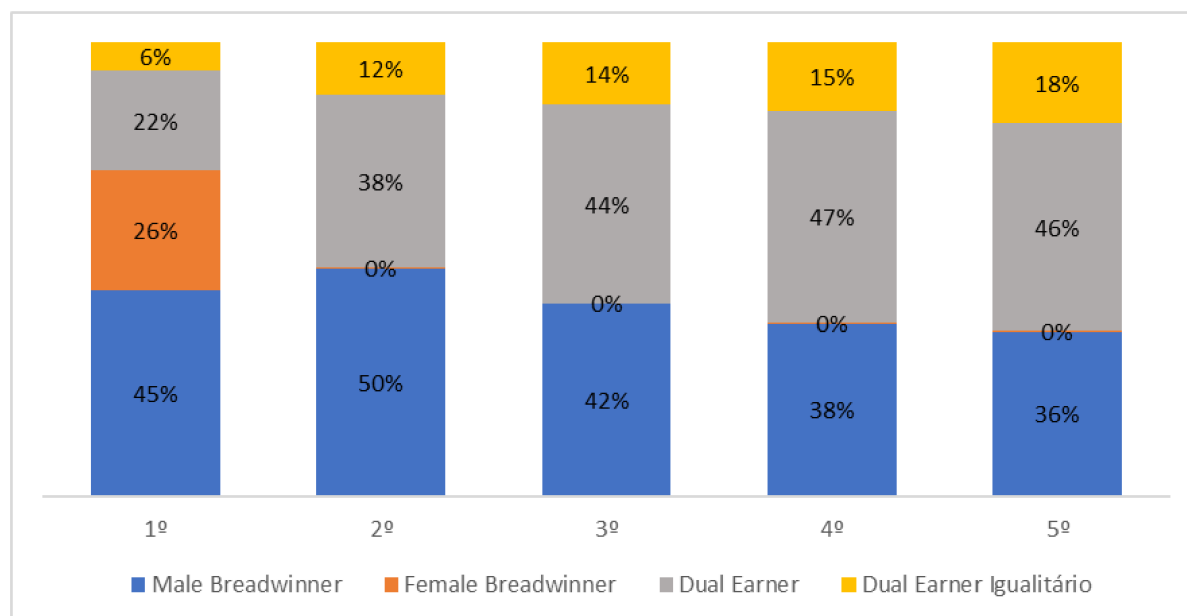
consequência seria uma menor desigualdade entre os cônjuges nas horas dedicadas aos afazeres domésticos, quando comparado às mulheres não provedoras (Amaral, 2021).

Para os casais do grupo *Female Breadwinner*, em média, 80% do total de horas do casal gastas em afazeres domésticos era relativo ao trabalho das mulheres. Esse percentual é um pouco menor daquele encontrado para as classes *Male Breadwinner* e *Dual Earner*, que é 90%. Para um grupo em que a grande parcela dos recursos está sob a responsabilidade feminina, a pequena diferença encontrada expressa a limitação de se pensar no modelo de recursos relativos (poder de barganha) para reversão dos padrões tradicionais de gênero.

Outro aspecto relevante, discutido nos trabalhos de Marri e Wajnman (2007) e Amaral (2021) e que é pertinente na discussão dos resultados encontrados nesta tese, é que as mulheres provedoras principais geralmente estão unidas com homens cujos salários são mais baixos comparativamente a outros homens. Em decorrência disso, pode-se constatar que o fato de as mulheres serem as principais provedoras da renda do casal decorre de uma contingência dos salários mais baixos dos seus cônjuges e não de uma posição de ocupação privilegiada da mulher no mercado de trabalho (Amaral, 2021).

Apesar de não ser um cenário semelhante, em termos de estratégia metodológica e variáveis utilizadas no modelo, realizou-se um exercício avaliando a posição dos cônjuges/companheiros nos quintis de renda individual masculina para os casais nas diferentes classes de papéis de gênero.

Figura 15 - Distribuição das classes nos decis de renda individual masculina



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD/2014.

A Figura 15 mostra que os cônjuges/companheiros em arranjos *Female Breadwinner* se concentram no quintil mais baixo de renda individual masculina. Além disso, a renda média dos cônjuges/companheiros do arranjo *Female Breadwinner* que trabalham (75% estão ocupados) é de R\$91,57. Para as mulheres dessa classe que trabalham (77% estão ocupadas), a renda média é de R\$ 990,15. A partir desses achados pode-se entender que as mulheres da classe *Female Breadwinner* ocupam a posição de provedoras principais muito em decorrência dos salários mais baixos de seus companheiros e não diretamente de uma posição sobreposta no mercado de trabalho.

Mulheres na classe *Female Breadwinner* protagonizam as mudanças ocorridas nas especializações familiares, mas sem experimentar os principais ganhos que a revolução de gênero pode proporcionar. Acumulam penalidades por estarem sobrerrepresentadas nos decis mais pobres de renda e, mesmo sendo provedoras, não estão dispensadas da grande parcela do trabalho doméstico. Exacerbam um estado de vulnerabilidade familiar por não terem as melhores posições no mercado de trabalho além de não terem a responsabilidade do provento dividida igualmente com seus parceiros.

No capítulo anterior, quando se discutiu a complexidade familiar, falava-se da sua associação à estrutura de coresidência da família, no afastamento do modelo normativo nuclear. No presente capítulo, a complexidade se apresentou na escolha de diferentes arranjos familiar e doméstico feita pelos casais, que estariam se distanciando da família conjugal *breadwinner-homemaker*. Em ambos, um arcabouço teórico tenta dar conta das mudanças individuais e valorativas da sociedade que muito explicariam os comportamentos observados hoje. Mas essa cobertura torna-se limitada quando se percebe que seu alcance é definido pelas escalas educacional, econômica e social.

Vista pela lógica de Therbon (2004), que define a complexidade moderna na diversidade da escolha de se iniciar uma família conjugal, esta complexidade não necessariamente carrega em si a perspectiva negativa que muitas vezes é associada ao termo. Afinal, para os diferentes padrões de formação da família possíveis hoje, muitos estão associados à possibilidade de a mulher poder ressignificar o seu papel na sociedade e na sua vida conjugal. O grande ponto é que o *happy ending* (parafraseando Cherlin, 2014) não acontece para todas.

As discussões apresentadas neste capítulo mostraram que a complexidade das formas conjugais se define, também, pelas implicações socioeconômicas. Historicamente, a nupcialidade já vem atrelada ao nível de educação e a posição econômica que se tem, na decisão sobre o tipo de união para início da vida do casal. O casamento, ainda é a forma desejável para

muitos, mesmo sendo prerrogativa de poucos. A igualdade de papéis de gênero na relação, que acompanha a diversidade de formas conjugais, também se mostrou limitada a um grupo que desfruta de uma posição socioeconômica privilegiada. Mesmo estando em um tempo em que se discute individualismo, empoderamento e multiplicidade de papéis, pelo menos na vida conjugal familiar de um grande grupo de mulheres, a revolução está estagnada ou incompleta pela limitação em se fazer escolhas.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da Demografia da Família ganhou um interessante capítulo nas últimas décadas. A mudança nos padrões familiares observada a partir da segunda metade do século XX, a princípio, em países desenvolvidos do ocidente, levantou a necessidade de se pensar a estrutura de uma família muito além dos contornos de tamanho e composição decorrentes da Transição Demográfica. As mudanças culturais, institucionais e valorativas que ocorriam na sociedade, com seus efeitos na formação e dissolução das famílias, assumiram um protagonismo nas construções teóricas que acompanharam as transformações desse período. E essas construções, mesmo sendo diferentes em alguns aspectos, tinham em comum um ponto de partida: o tradicional modelo familiar *male breadwinner/female homemaker*, constante até próximo à década de sessenta. A partir de então, quando o equilíbrio normativo das famílias foi quebrado, o tradicional cedeu lugar para a diversidade e as mudanças observadas têm sido descritas como diversas, instáveis e complexas.

Era preciso trazer essa discussão para o Brasil e essa tese se propôs a isso. Iniciou-se por uma apresentação das mudanças normativas observadas nas famílias segundo o entendimento dos três principais frameworks teóricos capazes de explicar esse período: o modelo de especialização familiar de Gary Becker, a mudança valorativa e cultural considerada na Segunda Transição Demográfica e a mudança nas relações de gênero discutidas na Teoria da Revolução de Gênero. Com a intenção de pensar essas mudanças para o Brasil, este trabalho se dedicou a compreender a complexidade familiar, entendido na literatura como o afastamento do padrão de família conjugal nuclear, e os comportamentos precedentes que definem a diversidade observada nas formas familiares, como a queda nas taxas de casamento, o aumento da instabilidade refletida no aumento de separações e divórcio, a escolha da coabitação para início da vida conjugal, além da maternidade/paternidade dissociadas da união. No delineamento dessas tendências familiares foi possível compreender o fator chave das transformações: a ascensão das mulheres a papéis que vão além daqueles tradicionais de esposa e mãe.

Ainda que muitas vezes busquemos identificar, para os países da América Latina, as tendências que são observadas em sociedades mais desenvolvidas, a história da família dessa região ensina a destacar as características distintivas que impedem uma leitura de convergência completa das novas tendências familiares observadas na Europa e em sociedades de renda alta. É preciso considerar que, no contexto em que o Brasil está inserido, as trajetórias familiares são divergentes entre os estratos sociais e, no processo de reprodução das desigualdades,

algumas famílias se beneficiam mais que as outras das transformações socioeconômicas. Assim, a complexidade familiar alinha uma importante relação com os marcadores de estratificação social, sendo que o nível de educação e a renda foram as variáveis indicadoras escolhidas para esta discussão nos capítulos que compõem esta tese.

À luz da discussão teórica apresentada sobre a evolução das famílias, este trabalho centrou esforços em descrever a complexidade associada às mudanças familiares observadas no Brasil, privilegiando, na apresentação dos resultados, sua manifestação a partir de duas óticas: as estruturas familiares/composição domiciliar, com a ascensão de famílias monoparentais e estendidas; e o arranjo doméstico dos casais que cada vez mais se afastam do modelo *male breadwinner/female homemaker*. Na primeira abordagem foram considerados os dados dos Censos Demográficos, de 1960 a 2010, para descrever a evolução da estrutura familiar do domicílio. Na segunda, com o auxílio da Pnad 2014, acrescenta-se a relação de papéis de gênero ao descrever os tipos conjugais e a organização doméstica entre os cônjuges.

A avaliação da composição dos domicílios nos censos demográficos mostrou que, ao longo de 50 anos, caiu a proporção de pessoas no tipo familiar mais tradicional, casal com filhos, e a pluralidade nas formas familiares ficou aparente com o crescimento relativo de arranjos complexos, como monoparental e estendido. O primeiro segue a tendência discutida nas principais teorias familiares, segundo as quais se espera que a mudança ideacional, a individualização e a secularização levem a uma quebra na rigidez de normas sobre os comportamentos familiares. Já o aumento observado na proporção de pessoas em famílias estendidas parece estar mais na contramão das tendências familiares pós-modernas.

Ainda que este resultado não seja novo no estudo das famílias brasileiras, o que se fez a seguir permitiu, de forma inédita, conhecer mais a fundo os arranjos familiares que formam um domicílio estendido e ademais, como isso mudou ao longo do tempo. A caracterização da coresidência neste tipo de domicílio revelou a complexidade familiar que se desenvolveu ao longo das décadas, com o crescimento de domicílios com famílias conviventes e, principalmente, com a família convivente deixando de ser um núcleo de casal com filhos para ser, em sua grande maioria, monoparental. Entende-se essa mudança como um reflexo da instabilidade conjugal, que se materializa nas separações e divórcio, nas relações menos comprometidas e na procriação sem conjugalidade.

Ao considerar somente a família monoparental que se forma em domicílio nuclear subestima-se a proporção de pessoas neste tipo de arranjo e, como este trabalho mostra, o crescimento das famílias monoparentais no período é muito maior quando consideramos não só os domicílios nucleares, mas também os núcleos familiares monoparentais dentro dos

domicílios estendidos. Mostrou-se ainda que não é possível generalizar a condição de vida associada às essas pessoas neste tipo familiar, visto que os arranjos monoparentais em domicílios estendidos estão associados à uma condição de maior vulnerabilidade socioeconômica.

A complexidade que caracteriza as novas formas familiares também foi considerada na descrição dos novos arranjos conjugais. A predominante família nuclear de meados do século, também se transformou para abrigar novas formas de organização dos casais, na escolha do tipo de união (casamento ou consensual), na formação de família (ter filhos ou não) e na divisão das responsabilidades domésticas (tradicional ou igualitária). A relação entre essas novas formas de arranjos foi avaliada para os casais brasileiros e, tendo em vista o que se espera a partir da revolução de gênero, ainda estamos distantes do fim deste processo.

A tipologia de papéis de gênero classificou os casais a partir da distribuição da responsabilidade de trabalho (remunerado e doméstico) entre os cônjuges e sua posição socioeconômica. Vê-se evidências de revolução de gênero estagnada, em que a grande maioria dos casais ainda se organizam em uma divisão tradicional de responsabilidades. A maior igualdade de papéis mostrou-se ser um privilégio de uma pequena parcela, de alcance limitado nas escalas educacional e social, contribuindo para uma ampliação das desigualdades sociais.

Foi possível observar que, para a amostra estudada, as chances de estar no restrito grupo de casais que compartilham as responsabilidades domésticas de forma mais igualitária relaciona-se a importantes características familiares. As chances aumentam para casais que não têm filhos, indicando que o privilégio de uma relação mais igualitária não se estende para uma importante fase do ciclo de vida e formação de famílias. Este resultado contraria a expectativa de autores europeus que veem, no novo equilíbrio familiar, a oportunidade de “mais família”, favorecendo a intenção de ter filhos.

Para este grupo, também foi possível encontrar uma importante relação com o tipo de união. Os resultados sugerem que parcerias mais igualitárias podem ser uma realidade mais alcançável por mulheres casadas e com educação de nível superior. Apesar de observar que, em muitas discussões, o casamento formal tem se afastado de uma realidade que acomode valores pós-modernos, no arranjo conjugal de muitas mulheres escolarizadas ele é preferência e se associa positivamente a uma realidade menos tradicionalista de papéis.

Diante de todas as discussões realizadas, é essencial enfatizar um ponto muito importante. Neste trabalho não se define a família ideal e sim tipos de famílias e vulnerabilidades que podem estar presentes. Os comportamentos familiares pós-modernos são melhor absorvidos por uma parcela da população, de alta escolaridade e alta renda, gerando



resultados que podem contribuir para uma ampliação das desigualdades. E, para combatê-las, faz-se necessário conhecer a dinâmica e a características das famílias que são mais afetadas. Para se pensar em políticas que promovam o bem-estar, é fundamental respeitar a diversidade das famílias.

Às mulheres, à frente de todas as mudanças, deve-se um olhar especial de políticas públicas, principalmente para aquelas que não estão protegidas pelo conhecimento e a representação (muitas vezes limitados àquelas nos estratos socioeconômicos mais altos). Mesmo que seja possível ver no Brasil medidas direcionadas a elas, como programas de transferência de renda, é necessário pensar em ações que não só cubram algumas vulnerabilidades imediatas, mas sim promovam oportunidades de escolha.

Este trabalho apresenta algumas lacunas que se abrem em uma janela de oportunidades para desenvolvimento de novas pesquisas. Pelas limitações de tempo, não foi possível trabalhar outro aspecto importantíssimo da desigualdade entre as famílias, a raça. Não há mais possibilidade de se falar em recursos, sejam eles materiais, humanos e de cuidados, sem levar em conta a perspectiva racial. Seja para uma discussão da complexidade vista na composição familiar ou nos arranjos conjugais, é preciso ampliar a abordagem e documentar a diversidade familiar que se desenha nos diferenciais raciais.

Outra agenda de pesquisa que fica é a oportunidade de explorar outros aspectos relevantes da identificação dos arranjos familiares nos domicílios estendidos, possibilitado pela construção do algoritmo. Um grande passo foi dado ao contar e caracterizar esses arranjos. Mas reconhece-se que ainda há aspectos relevantes a serem documentados, como as características das pessoas que compõem os núcleos familiares – idade, escolaridade e outros atributos, que podem ser diferentes quando comparados às pessoas em arranjos familiares de mesmo tipo em domicílios nucleares.

Por fim, reconhece-se também que este e outros estudos sobre a dinâmica das famílias brasileiras ganhariam muito se os processos de nupcialidade pudessem ser acompanhados por meio dos dados. A informação a respeito do tempo de duração do estado conjugal atual, bem como a informação de quando a pessoa teve a primeira união e o número de uniões anteriores contribuiriam para a melhor identificação da instabilidade e complexidade familiar e seus efeitos sobre o bem-estar das famílias. Ainda que esta seja uma importante lacuna, o método desenvolvido neste trabalho e seus resultados mostraram um caminho para a superação da limitação de dados, permitindo o avanço de pesquisas sobre famílias e domicílios no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. M. D., Carneiro, M. J., & Paula, S. G. D. (1987). Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade. In *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade* (pp. 136-136).
- Alves, J. E. D., & Cavenaghi, S. (2016). Déficit habitacional, famílias conviventes e condições de moradia. *Séries Demográficas*, 3, 257-286.
- Amaral, C. C. S. (2021). MULHERES COMO PRINCIPAIS PROVEDORAS NA RENDA DO CASAL: Uma análise do perfil sociodemográfico. Dissertação de Mestrado em Demografia – Departamento de Demografia/Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Arriagada, I. (2002). Changes and inequality in Latin American families. *Cepal Review*.
- Bacellar, C. A. P.; Scott, A. S. V. et al. (2005). Quarenta anos de Demografia Histórica. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 22, n. 2, p. 339-350.
- Barickman, B. J. (2003). E se a casa-grande não fosse tão grande. Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835, *Afro-Ásia*, v. 29/30, p. 79-132.
- Bakk, Z., Tekle, F.B., and Vermunt, J.K. (2013). Estimating the association between latent class membership and external variables using bias-adjusted three-step approaches. *Sociological Methodology* 43(1): 272–311.
- Becker, Gary S. (1973). “A theory of marriage: Part I,” *Journal of Political Economy* 81(4): 813–846.
- . (1974). “A theory of marriage: Part II,” *Journal of Political Economy* 82(2): S11–S26.
- Becker, G. S. (1991). *A Treatise on the Family*. Harvard university press.
- Bernhardt, E. (2004). Is the Second Demographic Transition a useful concept for demography? Disponível em: [http://www.musiklexikon.ac.at:8000/buecher/files/vienna\\_yearbook\\_of\\_population\\_research/2004/Bernhard\\_25\\_28.pdf](http://www.musiklexikon.ac.at:8000/buecher/files/vienna_yearbook_of_population_research/2004/Bernhard_25_28.pdf).
- Berkner, L. (1975). The use and misuse of census data for the historical analysis of family structure. *The Journal of Interdisciplinary History*.
- Bertrand M, Cortes P, Olivetti C, Pan J. 2016. *Social norms, labor market opportunities, and the marriage market penalty for skilled women*. NBER Work. Pap. 22015
- Bilac, E. D. (1995). Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito. *Família em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*, 10, 43.
- Boertien, D., & Härkönen, J. (2014). Less education, more divorce: Explaining the inverse relationship between women’s education and divorce. *Stockholm Research Reports in Demography*, 11, 1-52.
- Browning, M.; Chiappori, P. A.; Weiss, Y. *Economics of the Family*. Cambridge University Press. 2014.
- Bumpass, L. (1984). Some characteristics of children’s second families. *American Journal of Sociology* 90 (3): 608–23.

Burch, T. K. (1967) 'The size and structure of families: a comparative analysis of census data', *American Sociological Review*, 32(3): 347–63.

Burch, T. K. (1979). *Household and Family Demography: A Bibliographic Essay*. *Population Index*, 45(2), 173-195.

Camarano, A. A., & Fernandes, D. (2014). Mudanças nos arranjos familiares e seu impacto nas condições de vida: 1980 e 2010. *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento*, 117-153.

Carlson, M. J. (2018). Families unequal: Socioeconomic gradients in family patterns across the United States and Europe. In Cahn, N. R., Carbone, J., Fields DeRose, L., & Wilcox, W. B. *Unequal Family Lives*. Cambridge University Press.

Carlson, M.; England, P. (2011). *Social class and changing families in an unequal America*. Stanford University Press.

Carlson, Marcia J.; Meyer, Daniel R. Family complexity: Setting the context. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, v. 654, n. 1, p. 6-11, 2014.

Castro Martin, T. (2002). Consensual unions in Latin America: Persistence of a dual nuptiality system. *Journal of comparative family studies*, 33(1), 35-55.

Cavenaghi, S. M., & Alves, J. E. D. (2011). Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. *Notas de población*.

Cherlin, A. (2011). Between poor and prosperous: Do the family patterns of moderately educated Americans deserve a closer look. *Social class and changing families in an unequal America*, 68-84.

Cherlin, A. J. (2012). Goode's world revolution and family patterns: A reconsideration at fifty years. *Population and Development Review*, 38(4), 577-607.

Cherlin, A. J. (2016). A happy ending to a half-century of family change?. *Population and Development Review*, 121-129.

Cherlin, A. J. (2018). How Inequality Drives Family Formation: The Prima Facie Case. In Cahn, N; Carbone, J; DeRose, L; Wilcox, B (eds). *Unequal Family Lives*. Cambridge University Press.

Cherlin, A. J., & Seltzer, J. A. (2014). Family complexity, the family safety net, and public policy. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 654(1), 231-239.

Cohen, P. N. (2018). *The Family: Diversity, Inequality, and Social Change*. W. W. Norton & Company, Inc.

Cooke, L. P. (2006). "Doing" gender in context: Household bargaining and risk of divorce in Germany and the United States. *American Journal of Sociology*, 112(2), 442-472.

Costa, I. D. N. (1991). Revisitando o domicílio complexo. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, 21(3), 401-407.

Costa, I. D. N. & Nozoe, N. H. (1987). Domicílios e famílias: evidências recentes. *Informações FIPE*. São Paulo, FIPE, no. 88, p. 6-7.

- Covre-Sussai, M., Meuleman, B., Van Bavel, J., & Matthijs, K. (2013). Measuring gender equality in family decision making in Latin America: a key towards understanding changing family configurations. *Genus*, 69(3), 47-73.
- Covre-Sussai, M. (2016). Socioeconomic and cultural features of consensual unions in Brazil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33, 53-74.
- Cunha, M., & Verona, A. P. (2019). Uniões conjugais informais e escolaridade no Brasil: uma comparação entre 1980 e 2010. *Anais*, 1-14.
- Demeny, P., McNicoll, G., & Hodgson, D. (2003). Encyclopedia of population. Hodgson, Dennis (2003). Contemporary Population Thought.
- De Vos, Susan and Alberto Palloni. (1989). Formal Models and Methods for the Analysis of Kinship and Household Organization. *Population Index* 55:174-198.
- Dunifon, R. E., Ziol-Guest, K. M., & Kopko, K. (2014). Grandparent coresidence and family well-being: Implications for research and policy. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 654(1), 110-126.
- Dyson, T. (2010). Population and development: the demographic transition. Bloomsbury Publishing.
- Esping-Andersen, Gøsta and Francesco C. Billari. (2015). "Re-theorizing family demographics," *Population and Development Review* 41(1): 1–31.
- ESPING-ANDERSEN G. (2009). *The Incomplete Revolution: Adapting to Women's New Roles*, Cambridge: Polity Press, 214.
- Esping-Andersen, G. (2016). *Families in the 21st Century* (p. 113). Stockholm: SNS förlag.
- Esteve, A., Lesthaeghe, R., & López-Gay, A. (2012). The Latin American cohabitation boom, 1970–2007. *Population and Development Review*, 38(1), 55-81.
- Esteve, A., Lesthaeghe, R. J., López-Gay, A., & García-Róman, J. (2016a). The Rise of Cohabitation in Latin America and the Caribbean, 1970–2011. In *Cohabitation and marriage in the Americas: geo-historical legacies and new trends* (pp. 217-245). Springer, Cham.
- Esteve, A., Lesthaeghe, R. J., López-Colás, J., López-Gay, A., & Covre-Sussai, M. (2016b). Cohabitation in Brazil: historical legacy and recent evolution. In *Cohabitation and marriage in the Americas: geo-historical legacies and new trends* (pp. 217-245). Springer, Cham.
- Esteve, A., & Florez-Paredes, E. (2018). Families in Latin America Dimensions, Diverging Trends, and Paradoxes. *Unequal Family Lives: Causes and Consequences in Europe and the Americas*, 40.
- Freyre, G. (2001). Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, 43a ed. (1a ed., 1933), Rio de Janeiro, Record.
- Furstenberg, F. (1999). Family Change and Family Diversity. In Smelser, N.J. & Alexander, J.C. (Eds.), *Diversity and Its Discontents: Cultural Conflict and Common Ground in Contemporary American Society* (pp. 147-165). Princeton, New Jersey: Princeton University Press.
- Furstenberg, F. F. (2014). Fifty years of family change: From consensus to complexity. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 654(1), 12-30.

- Goldscheider, Frances, Eva Bernhardt, and Trude Lappegård. (2015). "The gender revolution: A framework for understanding changing family and demographic behavior," *Population and Development Review* 41(2): 207–239.
- Goode, W. J. (1963). *World revolution and family patterns*.
- Heggeness, Misty Lee. 2010. *Essays on marital instability, household behavior, and social policy in developing countries*. Doctoral Dissertation. Minneapolis: University of Minnesota.
- Kennedy, S., & Ruggles, S. (2012). *Single Parenthood and Intergenerational Coresidence in Developing Countries*. In *European Population Conference*.
- Killewald, A. (2016). Money, work, and marital stability: Assessing change in the gendered determinants of divorce. *American Sociological Review*, 81(4), 696-719.
- Laplante, B., Melo Vieira, J., & Barnabé, G. C. F. R. R. (2019). Consensual union and marriage in Brazil, 1970–2010. Gender equality, legal issues and social context. In *Analytical family demography* (pp. 57-98). Springer, Cham.
- Laslett, P. ; Harrison , J. (1963). Clayworth and Congenhoe. In H. E Bell & R. L. Ollard (Eds.) *Historical essays 1600 – 1730: Presented to Davis Ogg* (PP. 157-184). London: Adam and Charles Black .
- Lesthaeghe, R. The second demographic transition in western countries. (1995). In: Mason K.O. and Jerson, A-M (eds). *GENDER AND FAMILY CHANGE IN INDUSTRIALIZED COUNTRIES*, Oxford: Clarendon Press.
- Lesthaeghe, R.; Van De Kaa, D. J. (1986). Twee demografische transitities? (two demographic transitions?). In: VAN DE KAA, D. J.; LESTHAEGHE, R. (Eds.). **Bevolking: groei en krimp** (Population: growth and decline). Deventer: Van Loghum Slaterus, 1986, p. 9-24.
- Lesthaeghe, R., & Surkyn, J. (1988). Cultural dynamics and economic theories of fertility change. *Population and development review*, 1-45.
- Lesthaeghe, Ron. 2010. "The Unfolding Story of the Second Demographic Transition." *Population and Development Review* 36(2):211–51.
- Levy, M. J. (1965) 'Aspects of the analysis of family structure', in M. J. Levy, A. J. Coale, L. A. Fallers, D. M. Schneider and S. S. Tomkins, *Aspects of the Analysis of Family Structure*, Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Marcílio, M. L. (1986). Caiçara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba, São Paulo, Paulinas, pp.132-133.
- Marcondes, G., & Aprendizizes, E. (2011). La normalización jurídica de la familia, vida conyugal y reproducción en Brasil. *Nupcialidad y familia en la América Latina actual*. Rio de Janeiro: Alap, 255-280.
- Marcos, M., García-García, D. M., & Módenes, J. A. (2022). ¿ Quiénes necesitan vivienda en América Latina? El allegamiento residencial en las estimaciones de déficit habitacional. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 39.
- Marri, I. G., & Wajnman, S. (2007). Esposas como principais provedoras de renda familiar. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 24, 19-35.
- Martin, Steven P. (2006). "Trends in Marital Dissolution by Women's Education in the United States." *Demographic research*, 15, 537-560.

- McCutcheon, A.L. (1987). *Latent class analysis*. Thousand Oaks: SAGE.
- Mcdonald, P. (2000), Gender Equity, Social Institutions and the Future of Fertility, *Journal of Population Research*, 17(1): 1-16.
- Mcdonald, P. (2013), Societal foundations for explaining fertility: Gender equity, *Demographic Research*, 28(May): 981-994.
- McLanahan, S., & Percheski, C. (2008). Family structure and the reproduction of inequalities. *Annu. Rev. Sociol*, 34, 257-276.
- Musick, K., & Micheltore, K. (2018). Cross-national comparisons of union stability in cohabiting and married families with children. *Demography*, 55(4), 1389-1421.
- Oliveira, M. C. (2015). A segunda transição demográfica: nova teoria ou mais do mesmo. In Berquó, E., Garcia, S., Oliveira, M. C., & Livi-Bacci, M. (2015). Segunda transição demográfica no Brasil? Significados e enigmas. *E-book*, 4, 135-156.
- Parsons, T. (1942). Age and sex in the social structure of the United States. *American sociological review*, 604-616.
- Perelli-Harris, B., & Lyons-Amos, M. (2016). Partnership patterns in the United States and across Europe: The role of education and country context. *Social Forces*, 95(1), 251-282.
- Pessin, L. (2018). Changing gender norms and marriage dynamics in the United States. *Journal of Marriage and Family*, 80(1), 25-41.
- Ramos, D. (1978). "City and Country: The Family in Minas Gerais, 1804-1838", *JFH*, vol. 3, nº 4, p. 365
- Ruggles, S. (1994). The transformation of American family structure. *The American Historical Review*, 99(1), 103-128.
- Ruggles, S. (2015). Patriarchy, power, and pay: The transformation of American families, 1800–2015. *Demography*, 52(6), 1797-1823.
- Ruggles, S; Heggeness, M. (2008). "Intergenerational Coresidence in Developing Countries." *Population and Development Review* 34(2): 253–281.
- Saboia, A. L.; Cobo, B.; Matos, G. G. (2012). Desafios e possibilidades da investigação sobre os novos arranjos familiares e a metodologia para identificação de família no Censo 2010. *Texto para discussão*, n. 39.
- Samara, E. M. (1983). *A família brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 10-16
- Samara, E. D. M. (1987). Tendências atuais da história da família no Brasil. In *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. p.p 25-36.
- Samara, E. M. (2002). O que mudou na família brasileira? (Da Colônia à atualidade). *Psicologia USP*, 13 (2), 27–48.
- Scott, A. S. V. (2009). As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História: Questões & Debates*, 51(2).
- Seltzer, J. (2019). Family change e changing family demography. *Demography*, 56:405-426.

- Stanfors, M., & Goldscheider, F. (2017). The forest and the trees: Industrialization, demographic change, and the ongoing gender revolution in Sweden and the United States, 1870-2010. *Demographic Research*, 36, 173-226.
- Stockmayer, G. E. (2004). *The Demographic Foundations of Change in U.S. Households in the Twentieth Century*. Chemistry & biodiversity. Wiley Online Library.
- Teruya, M. T. (2016). A família na historiografia brasileira. Bases e perspectivas teóricas. *Anais*, 1-25.
- Therborn, G. (2004). *Between sex and power: Family in the world 1900-2000*. Routledge.
- Van Bavel, J., Schwartz, C. R., & Esteve, A. (2018). The reversal of the gender gap in education and its consequences for family life. *Annual Review of Sociology*, 44, 341-360.
- Vieira, J. M. (2016). Diferenciales en la fecundidad brasileña según la naturaleza de la unión: algunas reflexiones sobre decisiones reproductivas y convivencia. *Notas de Población*.
- Vieira, J. M., & Alves, L. C. (2016). O comportamento da idade média à união e ao casamento no Brasil em 2000 e 2010. *Revista Latinoamericana de Población*, 10(19), 107-125.
- Vieira, J. M., Verona, A. P., & Martins, P. H. V. (2019). Reflexões sobre a fecundidade e a nupcialidade brasileira (1980-2010): a importância do gradiente educacional e da diversidade religiosa. *Anais*, 1-20.
- Vermunt, J.K., and Magidson, J. (2003). Latent class models for classification. *Computational Statistics and Data Analysis*, 41,3-4, 531-537.
- Vermunt, J. K. (2010). Latent class modeling with covariates: Two improved three-step approaches. *Political analysis*, 18(4), 450-469.
- Wajnman, S. (2012). *Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros*. Tese (Professor Titular) – Departamento de Demografia/Cedeplar/Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Zhou, M., & Kan, M. Y. (2019). A new family equilibrium? Changing dynamics between the gender division of labor and fertility in Great Britain, 1991–2017. *Demographic Research*, 40, 1455-1500.
- Zimmer, Z.; Treleaven, E. (2020). The Rise and Prominence of Skip-Generation Households in Lower-and Middle-Income Countries. *Population and development review*, 46(4), 709-733.

## ANEXO

### Descrição do algoritmo - Parte I

A primeira etapa do algoritmo foi construída por Wajnman (2012). O objetivo foi atribuir a cada indivíduo do banco de dados a informação sobre a presença (variáveis “TEM”) e a quantidade (variáveis “QTD”) de parentes e não parentes corresidentes, permitindo ao pesquisador contar e descrever todas as formas de parentesco e não-parentesco individuais. Para isso, foram utilizadas as variáveis “pointers” (MOMLOC, POPLOC e SPLOC) e regras de atribuição como diferença de idade entre os corresidentes. A seguir, a relação de colunas criadas:

Quadro A1 – Colunas adicionadas ao banco de dados por Wajnman (2012)

Tem_mae	Tem_bisneta	Qtd_netas
Tem_pai	Tem_irmaoM	Qtd_bisnetos
Tem_conjugeM	Tem_irmaoF	Qtd_bisnetas
Tem_conjugeF	Tem_tio	Qtd_irmaoM
Tem_filho	Tem_tia	Qtd_irmaoF
Tem_filha	Tem_sobrinho	Qtd_tios
Tem_avoM	Tem_sobrinha	Qtd_tias
Tem_avoF	Tem_outro_parenteM	Qtd_sobrinhos
Tem_netos	Tem_outro_parenteF	Qtd_sobrinhas
Tem_neta	Tem_nao_parenteM	Qtd_outro_parenteM
Tem_bisavoM	Tem_não_parenteF	Qtd_outro_parenteF
Tem_bisavoF	Qtd_filhos	Qtd_nao_parenteM
Eh_parente	Qtd_filhas	Qtd_não_parenteF
Tem_bisneto	Qtd_netos	

sendo M=Masculino e F=Feminino

Fonte: Elaboração própria

### Parte II

A segunda parte do algoritmo foi desenvolvida para o presente trabalho, buscando responder ao primeiro objetivo proposto. Nesta nova etapa de construção do algoritmo, o que se faz é: para domicílios estendidos, em que é possível observar a presença de mais de uma família, identifica-se os tipos de arranjos familiares presentes, os distintos núcleos, quantos são e as pessoas que os compõe.



Colunas adicionadas ao banco de dados:

Tipo\_arranjo: identifica, para cada indivíduo, o tipo de arranjo familiar estendido ao qual ele pertence, de acordo com a presença de parentes (variáveis “TEM”). Os arranjos podem ser:

1. Casal sem filhos estendido – tem cônjuge, não tem filhos e tem outros parentes;
2. Casal com filhos estendidos – tem cônjuge, tem pelo menos um filho e tem outros parentes;
3. Monoparental estendido – não tem cônjuge, tem pelo menos um filho e tem outros parentes;
4. Outros estendido – não tem cônjuge, não tem filhos mas tem outros parentes

Chefe\_nucleo: identifica o chefe de cada núcleo familiar. São critérios:

1. É chefe do domicílio ou
2. Não é chefe do domicílio, mas tem cônjuge (o cônjuge com o menor id – variável PERNUM – no dom torna-se o chefe) ou
3. Não é chefe do domicílio, não tem cônjuge, mas tem filho

Id\_nucleo: número de identificação do chefe do núcleo familiar. É composto pelas variáveis SERIAL + PERNUM. Aos demais integrantes dos núcleos serão atribuídos esse Id de identificação do núcleo.

N\_nucleo: conta, para cada domicílio, o número de núcleos que o compõe.

Regras de atribuição<sup>34</sup>:

1. Para aqueles que não é chefe do núcleo e tem cônjuge chefe de núcleo: assume o Id do cônjuge;
2. Para aqueles que não é chefe do núcleo, não têm cônjuge e tem mãe: assume o id da mãe;
3. Para aqueles que não é chefe do núcleo, não têm cônjuge e têm pai: assume o id do pai;
4. Para aqueles que não é chefe do núcleo, não têm cônjuge, não têm mãe e não têm pai: assume o Id do chefe do domicílio;

---

<sup>34</sup> As regras de atribuição, além de responder ao objetivo de classificar de acordo com as relações de parentalidade e conjugalidade, foram definidas buscando harmonizar a presente metodologia com a metodologia de identificação de família do IBGE para o Censo 2010. Para mais informações sobre a classificação do IBGE leia Saboia *et al* (2012).

5. Domicílios estendidos que têm até três pessoas só terão um núcleo. Neste caso, o chefe do núcleo é o chefe do domicílio.
6. Para constituir um núcleo, é necessário no mínimo duas pessoas. Após a atribuição dos Ids de núcleo, se um Id conta com somente uma pessoa, ele será substituído pelo Id do núcleo:
  - a. Do chefe do domicílio, se a pessoa sozinha no Id não for o chefe do domicílio;
  - b. Do núcleo com menos componentes, se a pessoa sozinha no Id for o chefe do domicílio.

Tabela A1 – Perdas de dados por inconsistências

	Total de domicílios	Domicílios com Inconsistências	%
1960	14.217.175	20	0,00%
1970	17.581.093	89	0,00%
1980	25.153.956	0	0,00%
1991	34.845.033	237	0,00%
2000	44.883.463	598	0,00%
2010	57.150.940	4.899	0,01%

Fonte: Elaboração própria com dados da amostra